

Anais do 10º Encontro Nacional de História da UFAL
Memórias e Biografias no Brasil Republicano

Caderno de Resumos,
Programação e
Textos completos



Anais Eletrônicos
ISSN 2176-784X

Coordenação Geral

Anderson Almeida (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)

Comissão Organizadora

Anderson Almeida (UFAL)
Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)

Comissão Científica

Alex Benedito Santos Oliveira (UFAL)
Ana Beatriz Bezerra de Melo (UNINASSAU)
Ana Claudia Aymoré Martins (UFAL)
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
Anderson Almeida (UFAL)
Antonio Alves Bezerra (UFAL)
Aruã Silva de Lima (UFAL)
Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
Cecília Gomes da Silva (UFAL)
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Fabio Koifman (UFRRJ)
Felipe Barbosa (UFAL/SEDUC),
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Francisco Santiago Junior (UFRN)
Irineia Maria Franco dos Santos (UFAL)
Jeferson Augusto da Cruz (UFAL)
Jorge Ferreira (UFF)
Juniele Rabelo de Almeida (UFF)
Karla Carloni (UFF)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Magno Francisco da Silva (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Paulo Vitor Barbosa dos Santos (UFAL)
Priscila Maria de Jesus (UFS)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)
Rafael Costa Prata (UFMT)
Roberta Miquelanti (UFAL)
Roseane Monteiro Virginio (UFAL)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Taysa Kawanny Ferreira Santos (UFS)
Wellington da Silva Medeiros (UFAL/SEDUC)

Monitoria

Alexandre da Silva
Allan de Sá Barreto de Freitas
Ana Valéria dos Santos Silva
Andressa Porfírio Gomes
Bruna Cerqueira das Neves
Bruna Pereira da Silva
Danilo Brasil Pinto
Danyelle Mayara de Mendonça Macário
Davi Jonatas A. Clemente
Demerval Santana de Oliveira
Ewerton Oliveira de Jesus
Fabrícia Oliveira
Higor Soares de Melo
Ilvane Joventina da Costa Santos
Jacitânia Lopes Pereira
José Fernando Barbosa dos Santos
Júlio Roberto Vieira Alves
Leide Dayana Magalhães Soares
Leonardo Rodrigues Simião Pereira
Marcus Vinícius da Silva Santos
Maria Carolina Lins da Costa Silva
Maria do Carmo Ferreira Lima de Oliveira
Natana Tenório da Silva
Rafaella dos Santos Almeida
Raphaelly Maria dos Santos
Rayssa Danielle Lins de Aquino
Riquelly Carla dos Santos
Roberta dos Santos Sodó
Roberto César Gomes da Silva
Ticiane Késsia P. da Silva
Valéria Maria da Silva
Vanieire dos Santos Oliveira

Organização do Caderno de Resumos e Programação (Editoração e Revisão)

Anderson Almeida (UFAL)
Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Marcus Vinícius da Silva Santos (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)
Roberto César Gomes da Silva (UFAL)

Realização

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDhis) - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Equipe CPDhis

Anderson da Silva Almeida (UFAL)
Arrisete Cleide de Lemos (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Irinéia Maria Franco dos Santos (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)

Apoio e Agradecimentos

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH);
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL);
CAC/PROEX/UFAL (Coordenadoria de Assuntos Culturais).

Editoração (Tomo II)

Anderson da Silva Almeida (UFAL)
Marcus Vinícius da Silva Santos (UFAL)
Roberto César Gomes da Silva (UFAL)

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDHis

Encontro de História: (10: 2018: Maceió, AL).

Anais do 10º Encontro de História: Memórias e Biografias no Brasil Republicano, Maceió, AL, 11 a 14 de setembro de 2018 / Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Tomo II, Maceió: UFAL, 2018, 175 p.

ISSN: 2176-784X

1. História; 2. Encontro; 4. Memórias; 5. Biografias; 6. Brasil Republicano.

CDU: 981(063)

Sumário dos Textos Completos (TOMO II)

1. **História, memória, cultura, religiosidade e fé: a Missa do Vaqueiro de Manari – PE (1986 – 2016)**.....07
Carlos André da Silva
2. **“Vamos ter um bispado”: os acordos políticos, as mobilizações das elites e a comissão central do patrimônio para a criação da diocese de Alagoas (1896-1901)**.....17
César Leandro Santos Gomes
3. **História, Passado e Memória: leituras e aproximações**.....29
Dehon da Silva Cavalcante
4. **O poder da memória e os domínios da cana de açúcar no Sul da Zona da Mata alagoana entre as décadas de 1950 e 1970**.....40
Fábio Barbosa da Silva
5. **Sem mediação: História Oral e Tempo Presente**.....52
Geovanne Otavio Ursulino da Silva
6. **Guerra e Conflito Social no século XIV: a Jacquerie (1358) e a Revolta Camponesa de 1381**.....62
Ives Leocelso Silva Costa
7. **Um Processo de Defloramento como Lugar de Memória**.....69
Jôycimara Ferreira Barreto
8. **Opinião pública em disputa: analisando capas de revisas nas aulas de História**.....79
José Augusto Ferreira da Silva
9. **Uma análise das Hagiografias Franciscanas de Tomás de Celano e Boaventura**.....89
José Carlos Santos do Carmo
10. **“Filhas de Maria”: a mulher nas páginas do jornal ‘O Semeador’ (1960 – 1965)**.....100
José Edson da Silva Santos Junior
11. **Justa Substantial de Cristo: uma contenda sobre discordância conceitual da interpretação Migueciana e Adocionista**.....111
Luanna Klíscia de Amorim Mendes
12. **Efeitos do tráfico interprovincial de escravos nas lavouras da província alagoana da segunda metade do século XIX**.....121
Maria Valéria da Silva Araújo

- 13. Mnemosine sertaneja: como a memória piranhense se reorganiza a partir da intervenção da Chesf (1980-2000).....129**
Monielly Suelen Gomes Barboza
- 14. O Gabinete do Dr. Caligari (1920) - reflexões sobre uma sociedade em crise...140**
Nara Machado Gonçalves de Andrade
- 15. A imprensa abolicionista em Alagoas: o discurso e a propaganda.....152**
Ricardo Alves da Silva Santos
- 16. Contribuições à construção de uma história das transformações urbanas de Arapiraca a partir da memória dos atores sociais locais.....164**
Rodolfo José Oliveira Lima

Os conteúdos dos resumos são de inteira responsabilidade dos expositores de trabalho.

Os textos e resumos estão organizados por autores e em ordem alfabética.

Todos os textos que foram entregues dentro das normas e aprovados para a publicação em anais eletrônicos estarão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.cpdhis-ufal.org/anais-de-evento>

História, memória, cultura, religiosidade e fé: A Missa do Vaqueiro de Manari – PE (1986 – 2016)

Carlos André da Silva

Mestrando em História - PPGH/UFAL

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Baumgarten

Membro do GEPPIMC – Grupo de Estudo e Pesquisa Processos Imigratórios/Migratórios, Memória e Cultura em Alagoas

Resumo: Este artigo é sobre a Missa do Vaqueiro de Manari – PE e tem como objetivo evidenciar a importância histórica deste evento religioso no que diz respeito à valorização da memória, da cultura e o papel da oralidade neste processo; além da interação e o envolvimento da população com essa festividade religiosa, extremamente importante para a formação do patrimônio histórico e cultural do município. Desde que fora iniciado na segunda metade da década de 1980, o evento está tomando proporções que não foram imaginadas por seu idealizador. Suas origens, no entanto, ainda não foram totalmente desveladas. É possível observar que uma parcela significativa da população local tem uma forte identificação com a Missa do Vaqueiro, sobretudo os que tiveram a oportunidade de crescer em contato direto com essa realidade. O fato de o município ter uma vasta extensão rural e uma população camponesa contribuem diretamente para essa relação proximal. O artigo baseou-se nos trabalhos de Certeau (1998), Cunha (2003), Correia de Andrade (1963), Correia (2016), Eagleton (2003), Nora (1993), Bosi (1994) entre outros, além de entrevista com o Pároco da cidade e descendentes de Zé Pesqueira – fundador da Missa do Vaqueiro no município, visto que têm ou tiveram uma relação direta com a trajetória do ato religioso e foram agentes oculares de vários momentos importantes desta festividade.

Palavras-Chave: Missa do Vaqueiro. Memória. Cultura.

Para compreendermos a importância que o vaqueiro tem para essa história, precisamos fazer um resgate das origens da povoação deste rincão. As terras do antigo Campos da Mariana¹, que deu origem ao território do atual município de Manari², foram compostas por duas cartas sesmarias³ datadas da segunda década do século XVIII. Esses registros históricos eram até então desconhecidos pela população, pois nunca foram citados quando se tenta trazer à luz a história do município através das memórias dos anciãos, ainda que o pouco que se sabe seja fruto de relatos orais passados de uma geração a outra.

Diante disso, vale recorrer ao que Nora nos diz sobre memória:

¹ Campos da Mariana é a denominação primitiva das terras que originaram o atual município de Manari. Tal referência a nomenclatura citada acima, aparece em registros datados da primeira metade do século XVIII. Posteriormente a localidade ficou sendo chamada apenas de Mariana, até que fora renomeada para Manari, em meados do século XX, durante o governo Vargas.

² Na língua Tupi, o topônimo Manari significa “riacho, água da chuva” e faz alusão a um curso de rio que corre nas proximidades da sede do município.

³ As cartas sesmarias eram um documento, dado em nome do rei de Portugal, para um beneficiário que tinha como objetivo cultivar o lote de terra a que estava destinada a sesmaria. A distribuição de sesmarias durante o período colonial do Brasil pode ser consultada na Plataforma SILB - Sesmarias do Império Luso-Brasileiro; que está disponível online, no endereço eletrônico <<http://www.silb.cchla.ufrn.br>>

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (1993, p. 9).

Partindo da documentação oficial recentemente descoberta – entre os anos de 2015 e 2016 – sabe-se que na primeira carta sesmarial, datada de 06 de março de 1724, aparecem como requerentes três figuras masculinas: João Pereira Campos⁴, João Peixoto Vilela⁵ e Paulo Ferreira Pacheco⁶. Entre as justificativas apontadas no requerimento para posse das terras estão o motivo destas serem devolutas, nunca doadas anteriormente; eles serem *descobridores*⁷ de terras; tinham gado cavalari⁸ e gado vacum⁹. Com isso, foram responsáveis pela criação das primeiras fazendas e currais da região, bem como pela inserção de outros parceiros/meeiros para a povoação e ocupação definitivas destas paragens. Com base no exposto é possível afirmar que a presença do vaqueiro nesta região remonta aos primórdios da ocupação destas terras, tanto para a lida com o gado quanto para o preparo e cultivo da terra.

Acredita-se que estes primeiros agrupamentos¹⁰, compostos por homens livres, remanescentes indígenas e escravos, que se fixaram na região após a concessão das sesmarias, estabeleceram moradia nas proximidades da histórica Lagoa da Mariana¹¹. Ali instalaram pequenos currais para a criação do gado vacum e em outras partes do território fizeram pequenos plantios de cana de açúcar em regime de parceria, aproveitando-se dos brejos e do solo fértil da região até então inexplorado, o que os favorecia economicamente para a comercialização da produção de excedentes.

O município de Manari está localizado no estado de Pernambuco e foi elevado tardiamente à categoria de cidade, emancipando-se apenas em 12 de julho de 1995¹². Está

⁴ Na mesma carta sesmarial, aparece como Padre e morador da capitania do Ararobá. Em outro documento datado do ano de 1725, aparece como requerente de uma nova carta sesmarial, para posse de terras na mesma região, expandindo assim seu domínio, destacando-se como um grande proprietário rural da capitania citada.

⁵ No documento, consta como morador da capitania do Ararobá e tem como função Comissário Geral.

⁶ Do mesmo documento, também é morador da referida capitania do Ararobá e, tem como profissão, Alferes.

⁷ Grifo meu.

⁸ O termo gado cavalari refere-se à criação de cavalos, mueres e asininos.

⁹ O termo gado vacum refere-se à criação de bois, bezerros, vacas, vitelas, touros e novilhos.

¹⁰ Não se está descartando aqui, a possibilidade de que estas terras tivessem sido ocupadas ou exploradas anteriormente por forasteiros/exploradores e/ou curiosos, mas que não tinham sua posse oficialmente.

¹¹ A Lagoa da Mariana como ficou conhecida, é a única referência histórica que restou da primitiva ocupação do período colonial no território do município de Manari. Apesar das inúmeras tentativas da administração pública atual em fazer seu esgotamento e posterior entupimento, a comunidade católica local tem agido contra a destruição deste ‘símbolo’ tão significativo para a história da cidade, que seria segundo Meneses (2009, p. 449) um “lugar de memória (...) lugar físico que valeria a pena visitar, pois guardava lembranças do passado”.

¹² Uma primeira tentativa de emancipação política foi pleiteada em 1963; trata-se do Projeto nº 729 de 22 de outubro do referido ano. Entre as justificativas apresentadas, está a capacidade produtiva e diversificada do distrito, apontando claramente que este era um celeiro agrícola importante para a região. Contudo, o pedido fora negado, sob a alegação de que o distrito não atendia as exigências necessárias para ser elevado a município.

situado em uma microrregião denominada sertão do Moxotó¹³, apresenta clima Semiárido quente, tendo como vegetação característica a Caatinga hiperxófila. Por ser um município tipicamente rural e agrário, “a criação de gado na região ainda fomenta a existência do vaqueiro” (CORREIA, 2016, p. 29). A cidade destaca-se atualmente pela produção de feijão, mas em épocas anteriores sua produção agrícola foi bastante diversificada, cultivando algodão, mamona, milho, mandioca, de forma consorciada, concomitante à atividade pecuária.

Tradicionalmente, as terras que compõem esta região são utilizadas para atividades agrícolas e pastoris, práticas econômicas e socialmente viáveis, facilitadas pela grande extensão rural e condicionadas, sobretudo, pela fertilidade do solo, estando ainda na zona de confluência climática entre o sertão e o agreste pernambucano.

Historicamente, o vaqueiro é fruto do processo de miscigenação que transcorreu durante a colonização do Brasil. Gestado do contato entre nativos e portugueses, o vaqueiro, segundo Cunha (2003 p. 212), “fez-se homem, quase sem ter sido criança”. Homem com fortes ligações às tradições, sejam elas religiosas ou de cunho moral. O vaqueiro raiz, geralmente com pouca instrução, secularmente adaptou-se às condições do meio ambiente e do clima do sertão nordestino para garantir sua subsistência, “as grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades” (ANDRADE, 1963 p. 180)¹⁴.

Desde o período colonial o vaqueiro aparece como figura fundamental para a manutenção de uma fazenda. Seu trabalho é árduo, independentemente da estação do ano. Mas é nos períodos de estiagem que o vaqueiro enfrenta seu maior dilema, a falta de comida e de água para os animais, exigindo que o rebanho seja guiado por longos percursos para encontrar bebedouros ou até mesmo pasto em outras paragens.

Numa perspectiva cultural o vaqueiro tem, na Missa em sua homenagem, o principal elemento festivo e religioso no município de Manari, construído ao longo das três últimas décadas e, tem se firmado no calendário comemorativo da cidade, como o evento de maior expressividade e de fé. Suas raízes históricas estão permeadas pela tradição, religiosidade católica e memória de seu povo. O vaqueiro tornou-se uma figura característica do sertão e tem

¹³ Microrregião geográfica do território pernambucano, composta por sete municípios: Arcoverde, Betânia, Custódia, Ibimirim, Inajá, Manari e Sertânia.

¹⁴ Neste cenário de adversidades em que o vaqueiro se desenvolveu, o autor ainda diz que “aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam” (ANDRADE, 1963 p. 180).

sua imagem já vinculada com esta parte da região Nordeste do Brasil. Sobre esse contexto, Cunha (2003 p. 212) refere-se da seguinte maneira:

O vaqueiro, [...], criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias - tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o sol, arrastando de envolta, no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças.

Em janeiro de 2016 a realização continuada da Missa do Vaqueiro em Manari completou trinta anos. Durante estas três décadas o evento tem ganhado visibilidade, espaço e principalmente adeptos, sobretudo entre a população mais jovem do município, seja no espaço urbano ou no rural. Tal festividade religiosa vem se firmando como um elemento caracteristicamente sertanejo, de profunda identificação com as coisas do sertão e com a vida cotidiana da gente sertaneja. Como nos diz Certeau (1998 p. 31) o cotidiano, “é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. [...] “É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”.

Nesse contexto, a busca por suas raízes históricas e culturais, através da oralidade e dos registros de memória de alguns sujeitos, poderá contribuir para a construção da história não escrita¹⁵ do ato religioso em tela, além de propiciar a ampliação do conhecimento sobre o universo constitutivo do vaqueiro que tanto permeia e faz parte da história do município, bem como para a preservação da história local que “requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado” (SAMUEL, 1990 p. 220). Aproveitando-se deste conceito, conciliando história local com história oral, pode-se dizer que esta última, nas palavras de Thompson,

[...] pode dar grande contribuição para o resgate da memória (...), mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (1992, p. 17).

Ao fazer uso da oralidade para se pesquisar a história do “lugar” e tê-la como objeto de estudo, faz com que esta ganhe novos contornos, sejam eles temporais e/ou espaciais, tendo

¹⁵ A Missa do Vaqueiro, especificamente a que é realizada no município de Manari, é um evento ainda pouco estudado, carente de fontes e recursos bibliográficos. Na cidade, por exemplo, não existe museu ou arquivo público que possa reunir documentos, fotografias ou outro material de qualquer natureza, que sirva como instrumento de pesquisa para historiadores ou para o próprio conhecimento da comunidade local.

como intenção angariar um sentimento de valorização dos movimentos culturais e constitutivos do povo sertanejo, presentes também na população manariense, contribuindo assim para uma relação de pertencimento e de identificação com o fruto da manifestação cultural criada por gerações passadas, preservando assim seus registros de memória, haja vista que, conforme diz Bosi (1994, p. 39):

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.

Assim sendo, como elemento característico da cultura nordestina, a Missa do Vaqueiro em Manari é a história e cultura viva e experienciada por sua gente. Considerando que essa concepção de cultura é um termo amplo, torna-se difícil defini-lo com precisão. Mas, partindo desse pressuposto de amplitude, e dialogando com a ideia de cultura apresentada Eagleton (2003, p. 52) afirma que “de uma forma aproximada, a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico”, é assertivo afirmar que a cultura do vaqueiro que se difundiu pelo sertão “é conhecimento e prática, forma de explicar e intervir na realidade [...]. Não há ser humano sem cultura” (SIMÕES, 2005 p. 99).

A Missa do Vaqueiro está intimamente ligada à história recente da cidade de Manari e à memória afetiva dos seus habitantes, estando alinhada ao que defende Halbwachs (1990, p. 30): “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. É importante salientar que esse movimento traz consigo traços culturais seculares, adaptados à realidade do sertanejo, adquiridos com o convívio de seus antepassados e que hoje se faz muito pertinente ao presente cotidiano local. Apresenta-se interligada com a história, com a memória, com a religiosidade, com a fé, com a cultura e com a cidade em si. Um patrimônio cultural de cunho imaterial do povo manariense.

Porém, antes de se tornar um evento de escala ascendente, a história da origem dessa festividade religiosa é bem modesta, como nos contou em entrevista a Família Monteiro Lima¹⁶, descendente direta do popular Zé Pesqueira¹⁷. As fontes orais, como neste caso, “dão-nos

¹⁶ Entrevista concedida em 27 de junho de 2018.

¹⁷ José Pedro Maria, é o nome do conhecido popularmente por Zé Pesqueira. Homem do campo, com pouca instrução escolar, vaqueiro por profissão. Como o próprio pseudônimo sugere, é natural do município de Pesqueira, agreste do estado de Pernambuco.

informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida” (PORTELLI, 1997 p. 27). Sintetizando os relatos apresentados, foi durante um período de longa estiagem entre os anos de 1979 e 1985 que a promessa a São Sebastião¹⁸ foi feita: “a promessa ele fez *pra* que os bichos parassem de morrer, né. Que a doença nos bichos apilacasse, né. Como de fato parou. E o cenário de Manari era de seca”. Quem bem conhece a região ou é morador sabe o quão é desolador o cenário em que se transforma o sertão nordestino nestes períodos. Apesar da situação calamitosa que se viveu naquele e em períodos posteriores, apoiamo-nos no que Pericás (2010, p. 19) diz sobre o sertão nordestino:

Essa macrorregião não pode ser vista num flagrante único e estanque, com uma paisagem relativamente homogeneizada, mas sim interpretada como um ambiente muito mais dinâmico do que se pensa, com uma série de características, por vezes desprezadas pelos estudiosos, que vão do conservadorismo cultural latente até as renovações, adaptações e incorporações, tanto em termos materiais como nas formas de convivência social.

Desde então, com o fim da seca e o estancamento dos vários problemas que estavam acarretando a produção agrícola e impossibilitando a manutenção da pecuária, o pagamento da promessa feita pelo vaqueiro começou a ser dado em janeiro de 1986. Com efeito, além da celebração da missa para os vaqueiros, fora criado dentro do novenário¹⁹ do padroeiro uma noite para os criadores e vaqueiros.

A Missa do Vaqueiro, segundo Machado (2009), é um evento religioso, tradicional. Além disso, o evento em si é uma forma de homenagem (...) a todos os vaqueiros nordestinos corajosos que desafiam a imensidão, a seca, a fome e o perigo do grande Sertão. É importante frisar que neste cenário a celebração religiosa “traz uma ressignificação especial para o processo de valorização das culturas do sertão, do homem sertanejo”, conforme analisa Correia (2016, p. 73).

Para uma melhor compreensão sobre o objeto de pesquisa em tela, um recorte temporal foi estabelecido e se dá entre os anos de 1986 e 2016²⁰, verificando as mudanças e permanências ocorridas acerca da Missa do Vaqueiro como manifestação da cultura, demonstração de fé e

¹⁸ São Sebastião torna-se efetivamente padroeiro do município de Manari – PE, quando da elevação deste a condição de Paróquia, desmembrado da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Inajá – PE, no dia 10 de janeiro de 2012, conforme decreto diocesano da mesma data. Porém, antes da criação da paróquia, Nossa Senhora da Conceição dividiu por longos anos o ‘posto’ de padroeira com São Sebastião.

¹⁹ Esta festa litúrgica acontece anualmente na Igreja Matriz, entre os dias 10/01 – com a procissão de hasteamento da bandeira, seguida por uma missa; e 20/01 – com a missa de encerramento. Sendo desconhecida a data de origem da festividade na cidade.

²⁰ O recorte temporal estabelecido tem uma elevada significância para o evento. São 30 anos mantendo tanto a Missa quanto a noite dos criadores e vaqueiros.

consequentemente a manutenção das tradições locais, bem como sua importância histórica. Enfatizada pelas ligações com a realidade social do vaqueiro e como nos rememorou Pe. Giorgio Botta²¹ “é uma categoria que tem que ser valorizada, reconhecida e apreciada de forma ostensiva”.

No decorrer destas três décadas muita coisa aconteceu para que a Missa do Vaqueiro, pudesse ser vista como o elemento cultural e religioso com maior expressão existente no município de Manari – PE. Sendo realizada continuamente desde 1986, afirmou-se como parte dos festejos do padroeiro São Sebastião, fato que a figura entre as mais antigas a serem realizadas anualmente no estado de Pernambuco. Por isso é imperativo afirmar que esta tem contribuído para a formação do patrimônio cultural do município e para a manutenção de raízes históricas que tendem a se perpetuar às futuras gerações.

Há fatores que merecem destaque, como por exemplo o lugar para a celebração da missa ter mudado algumas vezes. Inicialmente era realizada na calçada da Igreja Matriz, mas com o crescimento e adesão de mais vaqueiros, passou a ser alocada no palco onde acontecia a festa profana à noite; durante a primeira década dos anos 2000, o espaço da festa mudou, fazendo que a realização da missa também acompanhasse a mudança até 2016. E por fim, tem sido realizada no Parque de Vaquejada Maria Chaveiro, ponto de encontro da vaqueirama que começa a se reunir nos primeiros raios de sol do dia 18 de janeiro e permanece para o almoço oferecido pela Comissão Organizadora.

Com a última mudança houve uma demonstração clara de ruptura nas relações entre a Igreja Católica local, a administração pública do município e a Comissão Organizadora²², visto que muitas das queixas da instituição religiosa nunca foram atendidas, entre as quais figura a não venda de bebida alcoólica durante a celebração litúrgica da missa. Havia um claro desconforto da comunidade católica com essa realidade – ignorada pela comissão, pelos transeuntes, turistas e pelos proprietários de barracas – já que sagrado e profano ‘disputam um mesmo espaço’ de sociabilidade.

O cerimonial litúrgico adota traços característicos que são comuns ao cotidiano do vaqueiro. A linguagem utilizada é a mais acessível possível, os cantos são entoados por aboiadores e o momento do ofertório é o mais original, de modo que alguns vaqueiros são convidados para fazerem uma oferta simbólica de seu instrumento de trabalho, com versos de

²¹ Entrevista concedida em 20 de junho de 2018.

²² Esta comissão organizadora foi instituída com a finalidade de manter e angariar recursos para a realização da Missa e da noite dos criadores e vaqueiros. Já foi composta por grandes amigos de Zé Pesqueira, filhos, nora, netos.

aboios improvisados sobre cada peça de sua indumentária de couro²³ e outros apetrechos que utilizam na labuta e no trato com o gado. Após a benção final é costume a distribuição de queijo e rapadura²⁴ aos vaqueiros, turistas e admiradores, como um momento de comunhão com todos.

Após o rito, os vaqueiros saem do parque de vaquejada e seguem em procissão pelas principais ruas da cidade com a imagem de São Sebastião à frente até adentrarem a praça de eventos, para que no palco da festa profana tenha início a entrega de troféus e homenagens pela Comissão Organizadora da Missa do Vaqueiro. Anualmente um tema é proposto e uma toada é composta em cima da temática apresentada, geralmente sendo entoada durante o cortejo dos vaqueiros. Para encerrar a parte religiosa do dia dedicado aos vaqueiros e criadores, a partir das 19h na Igreja Matriz é rezada a novena, seguida em alguns casos, por um leilão²⁵.

Encerrando o dia de homenagens, no palco onde acontece a festa profana, alguma atração musical que tenha relação com o universo do vaqueiro faz sua apresentação. Nomes de peso como Mano Walter, já se apresentaram por diversas vezes, no dia 18 de janeiro.

Com base nas informações apresentadas, percebe-se que uma figura igualmente histórica e emblemática, como a do vaqueiro, tão importante na construção do sertão e do povo sertanejo que aqui se moldou, tenha seu valor histórico, cultural, social e material pesquisado, analisado, estudado. Visto que o imaginário popular do Brasil colocou o sertão e sua gente como um mundo à parte do restante do país. Memória que ainda postula a região e deixa a margem do saber, as riquezas materiais, biológicas e culturais que só aqui existem e persistem em existir.

Como elemento recente na história da cidade de Manari, a Missa do Vaqueiro é um fato ainda pouco estudado. Nesse sentido, este artigo possibilitará o aprofundamento do conhecimento acerca do referido evento, o qual é carente de fontes escritas e registros bibliográficos. Dessa forma, a história oral permitirá uma ampliação da percepção histórica da história do lugar, valorizando-a, tornando-a mais rica.

A valorização da cultura e da história local perpassa pelo reconhecimento do cidadão e da percepção de seu papel enquanto agente modificador e transformador desse ambiente real, social e local, possibilitando a interação com as manifestações culturais do município, para que

²³ Sobre a vestimenta utilizada pelo vaqueiro, Cunha (2003, p. 213) diz que “as vestes são uma armadura”. O autor faz alusão à armadura que era utilizada pelos cavaleiros da Europa medieval. Porém, “de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, não tem cintilações, não rebrilha ferida pelo sol. É fosca e poenta”. O vaqueiro, além de ser um cavaleiro sem fidalguia ou brasão, tinha que se utilizar desta indumentaria feita de couro para poder adentrar a caatinga espinhosa e desconhecida, caso contrário, estaria colocando em risco sua própria vida.

²⁴ Estes dois alimentos, historicamente fazem parte da alimentação do vaqueiro, quando este sai para a mata em busca de arrebancar o gado solto.

²⁵ O leilão é uma prática comum nas festas tradicionais do interior do Nordeste. Consiste na arrecadação de ‘prêmios’, como animais de pequeno porte, comidas típicas, objetos de uso cotidiano, entre outras coisas.

assim se reconheçam como partícipes da história. O sertão, assim como os elementos culturais de seu povo, precisam ser vistos como partes integrantes da formação histórica do povo e da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ARAÚJO, Carlos Henrique. (Coordenador) O Dito e O Feito. **Geração de Trabalho e Renda na Cultura Popular do Brasil Central**. Brasília: Invenção Brasileira, 2005.
- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. 3ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CORREIA, Carlos André. **Manari: história, tradição e cultura**. 1ª edição. Recife – PE. Tarcísio Pereira Editor, 2016.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. Série Ouro. Ed. Martin Claret, 2006.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo, UNESP, 2003.
- MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Missa do Vaqueiro**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Cultura política e lugares de memória**. In: Cultura, política, memória e historiografia. Orgs. Cecília Azevedo... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, PUC-SP, 1993.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo, Boitempo, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC – SP, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. Vol. 9, n.º 19, set. 1989/fev. 1990.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Trad. Lúcio Lourenço de Oliveira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

“Vamos ter um bispado”: os acordos políticos, as mobilizações das elites e a comissão central do patrimônio para a criação da diocese de Alagoas (1896-1901)

César Leandro Santos Gomes²⁶

Mestrando História /PPGH/UFAL

Orientador: Dr. Pedro Lima Vasconcellos

Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões – LIER/UFAL

Resumo: A comunicação tem como objetivo analisar os jornais publicados em Alagoas entre o final do século XIX e XX, como parte da pesquisa desenvolvida mestrado que busca encontrar os “sinais” do “processo de romanização” durante o primeiro bispado de Alagoas, conduzido por D. Antônio Brandão (1901-1910). Para a criação de novas dioceses durante a Primeira República verificam-se a ocorrência de diálogos entre a Nunciatura, os governos estaduais, as elites locais por meio de campanhas de arrecadação do patrimônio das futuras jurisdições eclesiásticas. Os acordos para fundação do bispado alagoano, conforme as fontes consultadas surgiram em uma conjuntura propícia marcada pelas eclosões disputas no campo da política. Dessa forma os jornais alagoanos possibilitam pensar a criação do bispado em Alagoas como um meio de beneficiar as categorias socialmente privilegiadas. Assim como pode ser articulada com o projeto de reordenação do catolicismo diante da nova realidade vivenciada após a Proclamação da República.

Palavras-chave: História de Alagoas – Relações de Poder – Igreja Católica.

A comunicação tem o objetivo de analisar os jornais alagoanos entre o final do século XIX e o começo do XX, disponíveis no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Brasileira (HDBN), como parte da pesquisa desenvolvida no mestrado que buscar identificar os indícios do “processo de romanização”, durante o primeiro bispado de Alagoas conduzido por D. Antônio Manoel Castilho Brandão (1901-1910). Por “romanização” entende-se a política eclesiástica adotada pela Igreja Católica com a finalidade de centralizar as suas bases de atuação na sociedade. Entre os pressupostos desse “projeto católico” pode se mencionar a proposta de expansão de sua rede diocesana no território brasileiro.

Durante o percurso da consulta às fontes e da leitura bibliográfica, percebeu-se que o “trajeto burocrático” para instalação de uma nova diocese durante o início do período republicano envolvia o estabelecimento de inúmeros diálogos entre a Nunciatura Apostólica, representante da Cúria Romana no Brasil, os governos estaduais e as elites locais por meio de campanhas de arrecadação financeira em favor da futura jurisdição eclesiástica. Com esse

²⁶ Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas-FAPEAL/CAPES. E-mail: cesarl.gomes@hotmail.com.

objetivo foram criadas as “Juntas” ou “Comissões”, a depender da localidade, com intuito de conseguir obter o patrimônio dos novos bispados. Segundo Israel Santos (2016), Mauricio de Aquino (2012) e Edgar Gomes (2013) a constituição dessas comissões ou juntas não foram algo isolados. A nova realidade política do Brasil, pelo menos na legislação, definia o Estado como “laico” e por esse motivo os governos estaduais se encontrariam impedidos de arcar com as despesas financeiras para criação de dioceses.

Por outro lado, a Cúria Romana afirmava que também não possuíam recursos para a implementação de novas jurisdições eclesiásticas. Dessa forma, as comissões do patrimônio buscaram “burlar” a laicidade dos poderes temporais ao atribuir aos “fiéis católicos” a responsabilidade de arrecadar os donativos afim de criar novos bispados. Os acordos para fundação da diocese no território alagoano, conforme foi mencionado nos trabalhos de Fernando Medeiros (2007) e Márcio Nunes (2016) tiveram início nos anos de 1896 e ao se ler os relatos dos jornais *O Orbe*, *o Gutenberg* e *o Evolucionista*, publicados nesse contexto, levam-se a pensar que tais diálogos ocorreram em uma conjuntura propícia, marcada pela eclosão de conflitos interligárquicos e disputas no campo político. E de acordo com as falas dos intelectuais atuantes na imprensa local, para executar a proposta de criação do bispado de Alagoas seria preciso o esforço conjunto entre o Estado (representando o campo), político, a sociedade (os fiéis e membros de famílias ilustres), a imprensa (destacando a participação de intelectuais ligados a instituição católica) e o clero.

Como forma de convencer os opositores da causa os periódicos ressaltam as contribuições que a elevação de Alagoas à categoria de Sede Apostólica ocasionaria tanto para a sociedade, por meio da fundação de colégios católicos, como para a própria Igreja Católica, por causa da autonomia que a instituição poderia desfrutar ao se desligar da diocese de Pernambuco. As relações de poder entre a religião católica e as elites encontram-se historicamente dadas. Nas páginas dos periódicos alagoanos apresentam a possibilidade de pensar a criação do bispado alagoano teve a finalidade de beneficiar uma categoria socialmente privilegiada. Da mesma forma que pode ser articulada com uma estratégia de reordenação do catolicismo diante da nova realidade vivenciada nos primórdios da Primeira República brasileira.

A publicação do decreto 119-A, assinado pelo Governo Provisório Republicano, que estabeleceu a separação entre os poderes espirituais e poderes temporais, teve como efeito a gradual aproximação entre a instituição católica no Brasil e a Cúria Romana. Isso ocorreu como consequência do fim do sistema do Padroado Régio o qual conferia ao Imperador o status de

Grão-Mestre da Ordem de Cristo²⁷, atribuindo ao Estado a função de fornecer meios para a subsistência da Igreja Católica.²⁸

Esse elemento refletiu na forma como eram exercidos os diálogos entre a Hierarquia Católica no Brasil e a Cúria Romana. Se antes o Imperador desempenhava a função de “intermediário” entre o Episcopado brasileiro e a Santa Sé, após a separação entre a Igreja e o Estado os diálogos entre a Hierarquia Católica do Brasil e a Cúria Romana foram facilitados e passaram a ser feitos de forma mais direta.²⁹

Contudo, sabe-se que apesar de constar na legislação republicana o “distanciamento” entre a religião e a política, na prática, não haveria empecilhos para a Instituição Católica manter as relações de interesse e continuar contando com as instâncias executivas do Estado, com a intenção de dar cabo da implantação da reordenação de suas bases institucionais.³⁰

Destaca-se também o papel da Nunciatura Apostólica, que tem por finalidade atuar nas funções diplomáticas entre o Brasil e o Vaticano, e cujo seu trabalho se assemelha de uma embaixada.³¹ Outra função atribuída a Nunciatura é intermediar a comunicação entre episcopado brasileiro e as normatizações propostas pela Cúria Romana. Durante o Império o órgão se manteve como coadjuvante nas relações em administração civil imperial e a Santa Sé, provavelmente, apenas atuando quando fosse realmente necessária, a dizer, em questão a cerca do estabelecimento de concordatas, na nomeação de bispos, na solicitação do envio de membros de ordens religiosas.

Um exemplo dessa afirmação pode ser conferido durante o desenrolar dos diálogos para a criação das dioceses. Pelas leis promulgadas pelo regime republicano, o Estado (governo) não poderia arcar com as despesas financeiras relativas à fundação de novos bispados.³² Assim como a também a Santa Sé, afirmava que não possuía condições econômicas para bancar a constituição de tais jurisdições. Para tentar minimizar esse impasse foi adotado um possível

²⁷ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência**: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte/MG: Fino Tranco, 2015, p. 49.

²⁸ HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 78.

²⁹ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia.das Letras, 2009, p. 32; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia**: por um catolicismo romano (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2016, p. 66.

³⁰ AZZI, Rioldo. **A presença da Igreja na sociedade brasileira e a formação das dioceses no período republicano**. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular 2008, p. 18; SANTOS, op. cit., p. 68.

³¹ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder**: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p.178.

³² AQUINO, Maurício de. **Modernidade Republicana e Diocesanização do Catolicismo no Brasil**: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 128.

modelo tático: a formação das Comissões ou Juntas Centrais para aquisição do patrimônio dos bispos.³³ Os papéis específicos dessas Comissões de Patrimônios podem ser caracterizados conforme as reflexões de Mauricio de Aquino:

A criação de uma nova diocese implicava em [sic] movimentações da comissão pró-diocese para levantar o montante exigido por Roma, na época, estimado em torno de duzentos contos de réis, além de prédios para a futura catedral e o palácio episcopal. Essas comissões geralmente eram presididas pelo pároco da futura catedral ou cidade candidata a sediar a nova circunscrição eclesiástica. O pároco geralmente convidava as pessoas mais poderosas, política e economicamente, para compor a comissão, antecipando assim possíveis doações e articulações políticas. Para os líderes locais ou para os que pretendiam ascender a tal condição, a participação nessas comissões e o desfecho favorável poderiam resultar em maior prestígio social.³⁴

A partir dessas indicações, podem-se encaminhar as ponderações sobre a organização da Comissão Central do Patrimônio em Alagoas. Nos jornais do final do século XIX constam informações acerca das mobilizações desse grupo entre os anos de 1898 até 1901, quando, por fim, o bispo diocesano veio tomar posse da jurisdição eclesiástica. A Comissão (ou Campanha) do patrimônio em Alagoas contou com a participação de políticos, intelectuais, membros de classes privilegiadas e do clero. Salientar-se que os diálogos e acordos para estabelecer a criação do bispado em solo alagoano³⁵ entre o Governo e a Nunciatura Apostólica, conforme as informações que constam nos periódicos consultados tiveram início entre os anos em 1896 a 1898. Constam-se, também, a ocorrência de debates na Câmara legislativa do Estado sobre a validade, ou não, da contribuição do poder estadual ao patrimônio da futura diocese.³⁶

Para Marcio Nunes (2013), os acordos para a validação do projeto de criação do bispado de Alagoas foram marcados por tensões no campo institucional, entre o setor legislativo do estado e Nunciatura, onde se percebe a predominância de conflitos de interesses relacionados à formação do patrimônio e à localização da sede do futuro bispado alagoano,³⁷ Outra forma de

³³ SANTOS, *ibidem*, p. 68.

³⁴ AQUINO, *ibidem*, p. 128.

³⁵ É bom destacar que houve tentativa de criação de um bispado em Alagoas ainda na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1819. Seu autor foi o Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, e segundo o seu projeto a sede diocesana seria a cidade de Alagoas do Sul, hoje Marechal Deodoro. Mas devido a conjuntura política da época o projeto teve continuidade. Cf. NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 27; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015, p. 160.

³⁶ GUTENBERG, Maceió, 22 de abril de 1896.

³⁷ O autor aponta que três cidades alagoanas: Maceió, Alagoas e Penedo, utilizavam argumentos relacionados à respectiva importância histórica, econômica e religiosa ao defender cada qual o “por que” deveria ser escolhida como sede apostólica do futuro bispado de Alagoas. Cf. NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 75.

tensão apontada pelo autor é a de ordem política. Nesse ponto, deve-se levar em conta que a participação de indivíduos imbricados na esfera política nos debates acerca da instalação do bispado pode estar associada com a busca de prestígio e reconhecimento frente às demais classes sociais.³⁸

Aliás, as alianças entre grupos eclesiásticos e políticos constituem uma demonstração de poder e influência.³⁹ Subsequentemente, as mobilizações para aquisição do bispado que acirraram os atritos entre as categorias políticas internas a Alagoas, especificamente, no setor legislativo da federação. Em algumas situações, por causa da contribuição do governador na campanha de arrecadação em favor da futura diocese. Com essas indicações proporcionadas pela pesquisa de Nunes, e ao debruçar nas referências bibliográficas e fontes documentais nota-se a existência de uma teia de relações de poder, interesses políticos e eclesiásticos referente à criação da jurisdição eclesiástica alagoana. No geral, parece que as notícias sobre a criação de novos bispados no território brasileiro geravam expectativas sobre a possível escolha de Alagoas como um dos estados brasileiros que poderia vim ganhar o seu próprio bispado. Essas expectativas aparecem nas paginas do Jornal *Gutenberg* de ano de 1896.

Ha poucos dias a imprensa desta cidade, transcrevendo do Apostolo, gazeta religiosa que se publica na capital federal deu-nos a noticia da criação do bispado futuros no estado Espírito Santo e em um dos últimos números das Leituras Religiosas, desta cidade, noticiou que pessoas de influência no estado de Alagoas tratam também de ali criar um bispado.

Como brasileiros católicos e progressistas alegra-nos esta noticia, e desejamos que o mesmo faça ao estado do Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Santa Catarina, estabelecendo desta forma a completa autonomia em todos os ramos da administração religiosa entre os estados.

Acresce que essas criações [ilegível] incalculáveis[?] vantagens para os mesmo estado, com fundações de seminários e escolas anexas para a difusão do ensino em todas as classes sociais, principalmente nos mencionados estados, onde são deficientes as instituições de ensino secundário, e bem assim a fiscalização no próprio clero por uma autoridade superior.⁴⁰

A publicação eufórica do *Gutenberg* também assinala o ponto de partida para o começo dos acordos entre o governo estadual e a Nunciatura Apostólica para a implantação do bispado de Alagoas. No mês seguinte, na edição do dia 24 de maio⁴¹, os rumores são confirmados. Descobre-se que o Sr. Francisco Coelho Duarte Badaró, político mineiro e representante do

³⁸ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2007, p. 100; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 57-58.

³⁹ AZZI, op. cit., p. 101.

⁴⁰ GUTENBERG, Maceió, 22 de abril de 1896.

⁴¹ GUTENBERG, Maceió, 24 de maio de 1896.

Brasil em Roma, foi um dos principais responsáveis por dar cabo ao processo de criação de novas circunscrições eclesiásticas no território brasileiro.

Nota-se, ainda, nas falas dos jornais a existência de determinadas elaborações discursivas com o intuito de defender o projeto de fundação da jurisdição eclesiástica, conforme as palavras dos redatores do *Gutenberg*: (1) A criação da diocese representaria grande sonho da população alagoana; (2) O destaque a possibilidade dos benefícios ligados a melhoria do sistema educacional que o Estado poderia usufruir com a criação do bispado. No entanto, um quesito interessante nessa questão encontra-se ligada a pergunta: “Quem seria o grupo social que concebia como proveitosa a presença de um bispado em Alagoas?”

A edição do *Gutenberg* de 09/06/1896 do mesmo ano anuncia que aos 28 de maio foi entregue ao Governo, o Barão de Traipú, um projeto à câmara legislativa assinado pelo deputado Francisco Izidoro. Intitulado como “Projeto nº 37”, tinha como a proposta a autorização ao Governador para fossem cedidos lotes de terra da Trindade, em Porto de Pedras, com o intuito de serem anexadas como parte do patrimônio do futuro Bispado. O projeto foi enviado à votação, e conforme a observação em edições posteriores do periódico, as sessões para a implantação do projeto foram marcadas por tensos argumentos entre os legisladores.

Os direcionamentos dessas tensões foram apresentados aos leitores nas edições posteriores do *Gutenberg*. Nelas se ressalta as contraposições do Sr. Fausto de Barros, que considera a doação das faixas de terra pelo governo ao patrimônio do bispado um ato inconstitucional, já que o Estado republicano é laico⁴², e por outro lado, as defesas constantes dos deputados Francisco Izidoro e Wanderley de Mendonça⁴³, ao apontarem que a presença do bispado será favorável à sociedade alagoana, pois trará “benefícios tanto eclesiásticos, como criação de escolas católicas e do seminário diocesano e que ambos trarão contribuições intelectuais relevantes ao Estado”.⁴⁴

Aparentemente, na Câmara de Deputados, enquanto os debates continuaram vigorosamente, os ânimos dos representantes legislativos do Estado também se encontravam alterados. Ao iniciar a terceira sessão de votação cada lado se preocupou em defender seu ponto

⁴² **GUTENBERG**, Maceió, 6 de junho de 1896

⁴³ Destaca que ao deputado José de Barros Wanderley de Mendonça era o proprietário do prédio que veio tornar-se o Palácio Episcopal, localizado frente à Estação Ferroviária de Maceió. Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2v. -- (Edições do Senado Federal; v. 62-B), p. 274.

⁴⁴ Posteriormente, depois de encerradas as votações, um artigo foi publicado na edição do *Gutenberg* de 23 de julho de 1896, aonde seu editor reproduzia o discurso e os pontos de vistas de Francisco Izidoro sobre os benefícios que a presença do bispado traria para Alagoas. Inclusive convoca a sociedade, a imprensa e o clero para atuarem em favor da causa. Cf. **GUTENBERG**, Maceió, 23 de julho de 1896.

de vista. E apesar dos fortes argumentos dos seus opositores, no fim, o projeto foi aprovado pela maioria dos deputados, encaminhado ao governador para ser assinado e promulgado sobre o título da “lei nº 139” de 15 de junho de 1896.⁴⁵

Quase dezenove meses após a publicação da Lei estadual nº 138, no dia 23 de janeiro de 1898, inicia-se campanha de arrecadação em favor ao patrimônio do Bispado ⁴⁶, que passou a ser conhecida como a “*Comissão Central do Patrimônio do Bispado*”. A Comissão do Patrimônio foi organizada por uma junta composta pelos: Pe. Prof. José Vieira Marques, como presidente; o Dr. Eusébio de Andrade⁴⁷, vice-presidente; o prof. Joaquim Inácio Loureiro, como 1º secretário; o Cônego Otavio Costa, como 2º secretário; Hugo Jobim, 3º secretário; e o Cônego Manoel Antônio da Silva Lessa, pároco de Maceió, na função de tesoureiro.⁴⁸ A sua formação traz um significado pertinente a se salientar: A mobilização de grupos sociais, em sua maioria economicamente abastados articulados aos interesses da Igreja Católica. Sobre a composição e o papel da Comissão Central do Patrimônio Fernando Medeiros afirma:

(...) Desde o ano de 1898 fora formada uma comissão, encarregada da constituição do patrimônio através de arrecadação de donativos, que encontrava em suas fileiras representação de alta intelectualidade alagoana, vinculada à forma tradicional de poder no séc. XIX. Criada em 23 de janeiro de 1898, comissão funcionou durante três anos, sendo dissolvida em 22 de setembro de 1901, quando já então assumira a Diocese o primeiro bispo de Alagoas, por serem considerados seus servidos finalizados. A comissão teria conseguido arrecadar, segundo as informações acerca do patrimônio da Diocese, a quantia de 33.034\$286, entregue ao novo bispo sob a forma de cadernetas. Do Governo do estado de Alagoas, que tinha como governador à época Euclides Vieira Malta, a Diocese teria recebido, para a constituição do patrimônio, cem contos de réis em apólices estaduais.⁴⁹

Intelectuais, “senhoras ilustres” de família tradicional, políticos, jornalistas e o clero, são as categorias sociais ativas e participantes dos trabalhos da Comissão do Patrimônio. Conforme indica a passagem anterior da obra de Fernando Medeiros, os membros participantes da Comissão tinham como principal motivação a arrecadação dos recursos financeiros necessários para serem investidos na aquisição das posses do futuro bispado. Provavelmente

⁴⁵ GUTENBERG, Maceió, 19 de junho de 1896.

⁴⁶ NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas**: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910). Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016, p. 98; QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015, p. 162; MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. 1ª. ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 39.

⁴⁷ Observou-se o Dr. Eusébio Francisco de Andrades, foi deputado estadual de Alagoas. Além de político ele foi jornalista e diretor do jornal Gutenberg entre os anos de 1895 a 1899. Cf. BARROS, ibidem, pp. 74-75.

⁴⁸ NUNES, op. cit., p. 43; QUEIROZ, ibidem, p.162.

⁴⁹ MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. 1ª. ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p.40.

para obter o montante de que o projeto de arrecadação foram realizadas quermesses e eventos beneficentes.

Um exemplo foi a realização de um espetáculo que ocorreu no dia 16 de julho de 1899, organizado pela “Companhia da novidade”, uma trupe teatral cujo empresário era o senhor Eugene Profillet. O evento contou, ainda, com a apresentação professor Jose Ovídio, que ao que tudo indica, seria um “mágico-ilusionista”.⁵⁰ O espetáculo foi organizada pelos os membros da Comissão Central do Patrimônio, segundo informações o espetáculo faturou o montante de 209\$700 que, por sua vez, foi repassado ao cônego Manoel Antônio da Silva Lessa, pároco de Maceió e tesoureiro da campanha em favor da arrecadação do patrimônio a criação futura diocese.⁵¹

Salienta-se que para a nova política institucional da Igreja Católica de ampliação da sua rede diocesana no território brasileiro, a utilização das Comissões, Juntas ou Comitês que possuíam a finalidade de adquirirem e levantarem as bases econômicas e patrimoniais das novas dioceses parece ter sido algo predominante.⁵² E o fato da maioria dos seus membros estarem relacionados com estamentos sociais abastados torna a sua organização como um elemento relevante de ponderação. O principal motivo é a presença da representação de formas de relações simbólicas de poder, no caso as articulações entre o clero, intelectuais, políticos e burguesia urbana e rural.

Percebe-se, dessa forma, a continuidade da mentalidade hegemônica que destaca a predominância da Igreja Católica entre a sociedade, o que acaba por compor uma relação de mão dupla. A instituição religiosa católica reafirma os seus preceitos e dogmas, seus arcabouços simbólicos, sua relevância como detentora dos bens espirituais da sociedade, entre determinadas categorias da sociedade ⁵³, além de conseguir apoio dos leigos e fiéis para o desenvolvimento de suas estratégias pastorais futuras. Por outro lado, ocorre o uso da religião católica por membros das categorias políticas com a intenção de adquirir reconhecimento e angariar votos para uma possível futura eleição. Nesse ponto, as articulações com o catolicismo

⁵⁰ GUTENBERG, Maceió, 14 de julho de 1899; ORBE, Maceió, 12 de julho de 1899.

⁵¹ GUTENBERG, Maceió, 27 de julho de 1899.

⁵² AQUINO, Maurício de. **Modernidade Republicana e Diocesanização do Catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 128; GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p. 130; SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 68-69; MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia.das Letras, 2009, p. 60.

⁵³ MARCHI, Euclides. **Religião e Igreja: a consolidação do poder institucional**. In: *Revista História: Questões e Debates*, APAH – Associação Paranaense de História, Ano 14, n. 26/27, jan.-dez, 1997, p. 181.

consistem no uso do discurso religioso com ferramenta apaziguamento de conflitos e tensões sociais, legitimando a ordem constituída.⁵⁴

Porém, apesar de um segmento necessitar do outro, isso não impede que a divergência entre os interesses envolvidos levasse o clero e as forças políticas a entrar em discordância. Sobre esse ponto, menciona-se um episódio durante os trâmites burocráticos para a instalação do bispado, no qual se notam as tensões entre o Governo Estadual e a Nunciatura Apostólica brasileira:

Sendo a criação do Bispado de Alagoas uma forte aspiração do povo alagoano, logo que foi promulgada a Lei de 9 de junho do ano passado que providenciou sobre a instituição do patrimônio do bispado e cedeu um doa próprios estados para servir provisoriamente de palácio episcopal, dirigi-me ao Internúncio Apostólico do Rio de Janeiro, Monsenhor José Macchi, no sentido de ser solicitada ao Santo Padre a bula de criação da nova diocese.

O Internúncio declarou-me que estando a Santa Sé no propósito de não mais as dignidades da Igreja á situação idêntica aquela] em que se acham os bispos do Amazonas, Goiás , Espírito Santo e Petrópolis que os saldos[sic] de recursos viam-se quase na necessidade de mendigar[sic], julgava a condição essencial de 150 contos ou pelo menos de 110, e a cessão definitiva do prédio estadual comas acomodações e decência necessárias á residência do prelado. Fiz ver ao Internúncio que o Estado, em satisfação aos desejos do povo não podia presentemente ir além do que estava designado na Lei, isto é ceder temporariamente o prédio estadual e assegurar ao bispo para sua subsistência a quantia anual de 6 contos, procedente dos juros das apólices cuja emissão fora autorizada

Dei-lhe o conhecimento das subscrições paróquias que se estavam promovendo e cujo produto teria de elevar necessariamente o patrimônio do bispado, pois a importância recolhida à Caixa Econômica até 31 de dezembro ultimo já atingia com os respectivos juros a soma de 13:796\$280.

Ao próprio bispo competia, como ainda ponderei ir dando incremento ao patrimônio.

Respondeu-me, então o Internúncio em data de 12 de setembro 1898, que tendo de ir brevemente á Roma no gozo de uma licença ao Santo Padre uma exposição de tudo e oportunamente me comunicaria o resultado.

Até o presente, porém, nenhuma solução me deu ainda aquele representante da Santa Sé.⁵⁵

Durante a Primeira Republica a Nunciatura tornou-se a principal porta-voz oficial da Santa Sé no território brasileiro, transformando-se em um órgão de articulação entre os

⁵⁴ A legitimação, segundo Berger, é uma "*Objetivação dos sentidos*" produtora de novos significados e capaz de tornar plausíveis as posições institucionalizadas, embasadas em uma visão de mundo dominante. Cf. BERGER, Peter Ludwing. **O dossel Sagrado: Elementos para uma teoria da sociologia da religião**. São Paulo:Paulus, 1985. (Coleção sociologia e religião; 2), p. 41.

⁵⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Mensagem dirigida ao congresso alagoano pelo Dr. Manoel José Duarte, governador do Estado, por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 15 de abril de 1899**. Maceió: Empreza d'a Tribuna, 1899, pp. 3-4.

encaminhamentos pontifícios e a nova política eclesiástica relativa ao episcopado brasileiro.⁵⁶ Dialogar com os poderes estaduais, solicitar as suas colaborações para a fundação de novos futuros bispados ao longo do território nacional, foram os principais traços da sua participação na política eclesiástica da romanização.⁵⁷

Num trecho da fala do governador de Alagoas, Manoel José Duarte, mencionado a cima, à Assembléia Legislativa do Estado é indicada as trocas de correspondência entre o chefe político alagoano e o internúncio, representante da Cúria Romana na Nunciatura, monsenhor José Macchi. Segundo as palavras do governador, parece que ocorreu entre o poder legislativo do Estado e o representante da Cúria Romana, o internúncio, um desentendimento acerca das propriedades patrimoniais do futuro bispado. Não se sabe o fim que tiveram as conversas, no entanto, durante o mandato de Euclides Malta, o governador dirige um comunicado a Câmara de deputados afirmando que recebeu da Nunciatura um telegrama confirmando a transferência de D. Antônio Brandão de bispo do Pará a bispo de Alagoas.⁵⁸ O que faz pensar que a discussão já estava encerrada.

Em meio a esse quadro político, urbano e religioso, marcado por repercussões e tensões em diversas instâncias da vida social alagoana, no dia 2 de julho de 1900 foi fundada a sua Diocese, desmembrando-se da sede apostólica de Pernambuco. A capital do Estado, Maceió, foi escolhida para sediar a nova jurisdição eclesiástica. E ocorre a nomeação de Dom Antônio Manuel Castilho Brandão, para a função de primeiro bispo alagoano, até então dirigente da Diocese do Pará.

Logo, a edificação do bispado em Alagoas, cumpre-se a primeira das exigências da política eclesiástica católica. E com a nomeação e posse do bispo junto a nova jurisdição será preciso moldar as bases burocráticas e eclesiásticas da igreja católica em Alagoas diante da sua nova realidade: a unidade federativa possui uma diocese. E para isso será preciso, em curto prazo, a criar o Seminário Diocesano, a fim de se moldar um corpo eclesiástico capaz de servir como propagador e defensor do catolicismo diante da realidade republicana.

Como primeiro Bispo de Alagoas Dom Antônio Brandão preocupou-se em reestruturar a nova jurisdição eclesiástica e moldar os aparatos necessários para fortalecer as bases

⁵⁶ AQUINO, Maurício de. **Modernidade Republicana e Diocesanização do Catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012, p. 74.

⁵⁷ GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012, p.181.

⁵⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Mensagem dirigida pelo bacharel Euclides Vieira Malta ao Congresso Alagoano por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 15 de abril de 1901**. Maceió: Empreza d'a Tribuna, 1901, p.3.

hegemônicas da Instituição Religiosa diante a sociedade, com a fundação do Seminário Diocesano, supostamente conforme o modelo de formação clerical ultramontana⁵⁹ do Seminário Diocesano de Olinda, onde recebeu as ordens religiosas.

REFERÊNCIAS

a) Fontes

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal o Gutenberg* (1896 a 1901).

_____. **Mensagem dirigida ao congresso alagoano pelo Dr. Manoel José Duarte, governador do Estado, por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 15 de abril de 1899.** Maceió: Empreza d'a Tribuna, 1899.

_____. **Mensagem dirigida pelo bacharel Euclides Vieira Malta ao Congresso Alagoano por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 15 de abril de 1901.** Maceió: Empreza d'a Tribuna, 1901.

b) Bibliográficas

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do Bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923).** Tese (Doutorado em História e Sociedade). Assis: UNESP, 2012.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira.** Aparecida: Santuário, 2007.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2v.

BERGER, Peter Ludwing. **O dossel Sagrado: Elementos para uma teoria da sociologia da religião.** São Paulo:Paulus, 1985.

GOMES, Edgar da Silva. **O catolicismo nas tramas do poder: A estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930).** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2012.

⁵⁹ Originário do latim *ultramontanus*, esse termo designa no universo católico, os fiéis que atribuem ao Papa um excepcional papel na direção da fé e comportamento humano. O ultramontanismo antepõe-se ao galicanismo; o nome "ultramontano" advém da circunstância do papa, residir "além das montanhas" (em relação a França onde foi formulado o conceito, aproximadamente no século XIV). Cf. MANOEL. Ivan Aparecido. "A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica". In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). **Faces do catolicismo.** Florianópolis: Insular, 2008, p. 46.

HAUCK, João Fagundes, et. al. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX. 4ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2008.

MANOEL, Ivan Aparecido. “A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica”. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008

MARCHI, Euclides. **Religião e Igreja**: a consolidação do poder institucional. In: Revista História: Questões e Debates, APAH – Associação Paranaense de História, Ano 14, n. 26/27, jan.-dez, 1997.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. 1ª. ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

NUNES, Marcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas**: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brazil (1889-1910). Dissertação (Mestrado em História Social) – Maceió: UFAL, 2016.

QUEIROZ, Álvaro. **Notas sobre a história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte/MG: Fino Tranco, 2015.

SANTOS, Israel Silva. **Igreja Católica na Bahia**: por um catolicismo romano (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2016.

História, Passado e Memória: leituras e aproximações

Dehon da Silva Cavalcante

Mestrando do Programa de Pós-Graduação História/ICHCA/UFAL

Resumo: este artigo pretende colocar como objeto de discussão a História, o passado e a memória como campos independentes de exploração do conhecimento, mas que se inter-relacionam, aproximam-se e se distanciam a partir das leituras e narrativas que se fazem do tempo e do espaço, como também, dos sujeitos compreendidos nesta dinâmica. É necessário que se avance no conhecimento sobre esses temas relevantes no sentido de melhor compreender as ausências, os silêncios e os lugares que estão sendo ocupados pelas memórias na atualidade. Os distanciamentos sobre estes temas podem favorecer o não questionamento sobre quais memórias deveriam ser visíveis, seja na História, nas praças das cidades, em monumentos e até mesmo no imaginário das pessoas. De outra forma, as aproximações podem revelar os esquecimentos, sejam eles intencionais ou não. O domínio sobre esta temática concorre para um ensino de História mais eficaz. Os estudos de David Lowenthal, Pierre Nora, Michael Pollak, Maurice Halbwachs, entre outros, serão utilizados como referências bibliográficas neste trabalho, pois contribuem para melhor elucidar estas questões.

Palavras-chave: Ensino de História. Memória. Passado.

Considerações iniciais

Partido da premissa que só nos posicionamos efetivamente a partir do conhecimento dos fatos ou situações vividas, torna-se relevante o domínio dos conceitos e das especificidades do ensino da história, como também, o exercício da leitura mais aprofundada sobre o passado, a memória e a História, como forma de aumentar as chances de se aproximar da realidade ocorrida no passado distante ou compreender as questões cotidianas. As relações de disputas presentes em cada um dos temas leva-se, a princípio, numa leitura indolente em relação à escrita da História ou análise da memória, assumir posicionamentos precipitados, sobre um ou outro tema, atribuindo juízo de valor.

A partir das observações sobre o ensino de História nos 9º (nonos) anos do ensino fundamental e 1º (primeiros) anos do ensino médio, em duas escolas da educação básica no município de Palmeira dos Índios - AL, enquanto bolsista do Programa de Iniciação de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), realizadas entre 2014 e 2015, verificou-se a necessidade de abordagem sobre os conceitos que envolvem a História, a memória e o passado.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos; o primeiro trata sobre as questões que envolvem a credibilidade do passado: “Que passado acreditar? Como reconstruir o passado?”; o segundo capítulo trata das disputas que envolvem a memória e o passado: “Memória e História uma relação de disputas”; o terceiro capítulo trata dos distanciamentos e aproximações entre a História e a memória: “Memória e História: entre distanciamentos e aproximações”.

Que Passado Acreditar? Como reconstruir O Passado?

São perguntas estimulantes do ponto de vista do historiador ou do professor de História, pois já possuem certo domínio dos pressupostos teóricos e metodológicos que envolvem a temática, entretanto, aqueles que não se debruçam sobre este estudo, podem se perguntar: o que se sabe sobre o passado realmente aconteceu? Ou como se podem resgatar das consciências dos sujeitos individuais ou de grupos de indivíduos as suas memórias, atribuindo-lhes credibilidade? David Lowenthal (1998, p.67) afirma: “O passado se foi; sua analogia com aquilo agora visto, lembrado ou lido jamais pode ser provada. Nenhuma afirmação sobre o passado pode ser confirmada pelo exame de fatos presumidos”. Contudo, sabe-se da importância de revisitar este passado como forma de estabelecer vínculos com o presente para legitimar o pertencimento a uma família, nação, cultura ou classe social. Assim, torna-se imprescindível não apenas conhecer o passado, ou o que se diz sobre ele, mas, sobretudo, saber fazer as leituras e releituras dele, a partir das testemunhas, lembranças, vestígios, fragmentos e pistas deixadas, às quais serão questionadas pelas provocações que o tempo presente suscita.

O fato de não poder verificar o passado pela observação ou pela experimentação cria alguns entraves para aqueles que são amantes da materialidade ou da positividade; seus posicionamentos servem de pretexto para atestar que só acreditam naquilo que podem ver ou experimentar, em outras palavras, naquilo que podem ser provada a sua existência. Estes, na maioria das vezes, desprezam as análises subjetivas das fontes ao mesmo tempo se esquecem de que são das incertezas que brotam o senso criador do homem, como assertiva de que são através das análises, pistas, fragmentos, narrativas e registros históricos, que se podem inferir prováveis aproximações com a realidade acontecida. O passado outrora localizado distante, incognoscível, passa a ser através da teoria e metodologia, recriado, lembrado e pelas evidências das pesquisas e rastros seguidos se aproximam da verdade⁶⁰.

⁶⁰ O termo verdade é utilizado neste trabalho como o conhecimento mais próximo do real acontecido, levando em consideração as subjetividades que a própria temporalidade e o tema suscitam.

Nesse contexto, acredita-se que nos registros feitos pelos historiadores, ao mesmo tempo em que se tem a necessidade de submetê-los às análises e interfaces do tempo presente, considerando as subjetividades implícitas em sua narrativa, justificam-se não como forma de desacreditar no que está posto, mas de considerar a existência de lacunas não preenchidas em relato anterior. Assim, desenvolve-se o senso crítico e avança-se no conhecimento sobre o objeto de estudo.

O lidar com o tema “passado” nas pesquisas sobre o ensino de História, por exemplo, possui importância fundamental por motivos diversos: especialmente pela necessidade do domínio teórico e metodológico que o tema comporta, ele é a matéria prima dos historiadores, no entanto, esta realidade causa bastantes conflitos de interpretação nos alunos da educação básica, sobretudo por que existe no imaginário da maioria desses estudantes a pretensão de se acreditar numa verdade absoluta a partir de uma narrativa histórica que comporte a totalidade dos acontecimentos, o que não corresponde com os propósitos historiográficos.

Assim, torna-se urgente avançar no conhecimento sobre a História, o passado e a memória, de maneira que se possa desconstruir pré-conceitos, especialmente quando se retoma a assuntos presentes no cotidiano da sociedade e que dialogam com o presente, como por exemplo, o ensino da cultura afro-brasileira e indígena. A historiografia a partir da década de 80 do século XX já se posiciona diferente em relação à cultura dessas etnias pelo que se retratava no início deste mesmo século. Anteriormente não se levava em consideração as diferenças culturais existentes, mas ao longo do tempo foram sendo compreendidas as suas especificidades e, através de lutas pelo respeito à diversidade cultural, mudaram-se muitos posicionamentos sobre a cultura desses povos.

Lowenthal (1998, p.83) afirma:

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. [...] A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significado.

Logo, as pessoas lembram-se do passado para reconstruir suas histórias, seja no campo individual ou coletivo. As lembranças evocam a memória e afloram as continuidades de pertencimento a uma determinada história, cultura, povo e lugar. O afloramento das memórias

silenciadas conduz ao devido lugar de reconhecimento dos verdadeiros heróis, ao passo que também pode revelar verdadeiros vilões disfarçados em pele de cordeiro⁶¹

Memória e História: uma relação de disputa

Inicialmente, ressalta-se que os dois campos: memória e História, no final do século XVI e durante o século XVII, se confundiam como um único campo do saber, pois nessa época as ciências ainda não tinham sido constituídas de forma autônomas. Grandes nomes da intelectualidade, pensadores, filósofos como Descartes, Galileu, Pascal, Francis Bacon, entre outros, menosprezavam os Doutores da memória⁶² e conseqüentemente aquilo que eles estudavam, ou seja, os seus objetos de estudo, como as lembranças, a memória, o passado e a História.

No final do século XIX quando a História se constituiu como ciência, e também, no início do século XX, outros pensadores como Pierre Duhem, Ernst Mach, Paul Valéry, Virginia Woolf, Robert Musil, Fran Kafka, entre outros, também criticavam veementemente a história afirmando que era preciso deixá-la de lado, esquecê-la, pois representava um entrave à compreensão do conhecimento sobre a vida humana. Assim, nasce a ciência História, sendo pressionada e discriminada pela intelectualidade da época. Os historiadores foram sensíveis a este processo, pois pensaram que para ter acesso ao conceito da verdadeira ciência era preciso submeter à memória à ciência social, à qual estava moldada e apoiada pelos pensadores das ciências da natureza.

A contextualização acima se faz necessário para compreender como estes acontecimentos reverberaram no século XX com a prática da escrita da história oficial⁶³ e como, também, o ensino de história se comportou a partir desses desdobramentos, isto é, se a produção historiográfica contemplava a história vista de cima como as memórias subterrâneas apareceriam? Este fato transparece-se de forma muito visível, por exemplo, na produção dos livros didáticos. Qual espaço se destina a história afro-brasileira e indígena nesses livros? Quais os aspectos que devem ser ofertados de formação na formação dos professores para se pensar

⁶¹ Termo utilizado como metáfora pelo autor para designar àqueles que mascaram sua real identidade atribuindo-a como legítimo adepto dos bons atos, mas que não passam de verdadeiros vilões.

⁶² De acordo com Sabrina Loriga esse nome era dado aos historiadores como forma de diferenciar dos filósofos naturais da época, estes sim, 'caberia possuir um honroso título de filósofo.

⁶³ Entendem-se pela prática da escrita da história destinada a enaltecer os grupos dominantes, os grandes feitos, as celebridades.

esta temática? Qual lugar de memória se deve atribuir a esses sujeitos? Sem dúvidas, a invisibilidade aliado a inferioridade foi pensada para os sujeitos pertencentes a estas etnias.

Contudo, este quadro começa a mostrar indícios de esgotamento historiográfico, haja vista que os grandes acontecimentos historiográficos vivenciados pela humanidade, como o holocausto ocorrido no decorrer da Segunda Guerra Mundial, bem como, o processo de escravidão de negros e índios nas Américas, sobre os quais, a história oficial não estava dando conta de explicar. Por conseguinte, houve uma espécie de revolta contra os ditames dessa história que não davam conta das explicações sobre esses acontecimentos, os quais eram retratados, em grande parte, na ótica da elite, obscurecendo os reais motivos pelos quais tantas vidas foram ceifadas. A partir de 1970 houve uma espécie de revanche da memória sobre a história.

Segundo Loriga (2009. P.16):

O que permanece insuportável é a ideia de que mesmo os crimes mais atrozes possam cair no esquecimento, de que mesmo o horror possa se transformar em pó: que a neve tenha recoberto as valas comuns na Ucrânia e os campos de morte dos armênios na Anatólia, que as dunas da Namíbia tenham soterrado os corpos dos hererós mortos em 1904 pelo general Lothar Von Trota. Como se pode ver na reportagem fotográfica de Simon Norfolk sobre o genocídio, mesmo os crimes mais ignominiosos são mortais, “o mal conta com certeza de que a erva cobrirá os túmulos cheios de cal viva, de que a terra devorará os cartuchos, de que as vozes humanas se calarão e de que a memória fracassará”.

Percebe-se o importante papel do historiador, sua função social, pois seguindo metodologia própria, aliado a teoria, testemunhos, vestígios e fontes, como também com o apoio das ciências como arqueologia e paleontologia podem-se colocar na história, a partir do resgate da memória os verdadeiros heróis. No Brasil até o final da década de 1990 só era ensinado nos livros didáticos a trajetória dos negros oriundos da África, associando-os ao processo das viagens marítimas ocorridas no século XV e XVI e ao tráfico de escravos.

Que lugar de memória se quer atribuir aos sujeitos históricos desse processo? São estas disputas entre História e memória que se fazem presentes no ensino de história, no livro didático. Após a Lei 10.639/03 e 11.645/08, o ensino de História passa a ter nova configuração nas escolas públicas e particulares da educação básica com a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena nestes estabelecimentos de ensino.

Memória e História: entre distanciamentos e aproximações

Entre os questionamentos sobre qual a verdadeira memória a resgatar ou qual a correta história a narrar surgem às aproximações e os distanciamentos entre ambas. Assim, pode-se indagar: o que de fato estes temas possuem em comum? Certamente a busca pela verdade ou o que se possa representar dela, certamente é um dos pontos convergentes que une as análises em torno dessas temáticas. Também, se constata que o passado é o lugar em comum entre a História e memória, constituindo-se no verdadeiro palco, sobre o qual, ambas irão fazer as perguntas e colher as respostas dos sujeitos envolvidos, sejam eles individuais ou coletivos, testemunhas vivas ou apenas fragmentos do tempo transcorrido. Importa perceber que ambas estão sempre em conformidade na procura de traços e vestígios que possam ligar o passado ao presente, ao mesmo tempo em que podem preencher as lacunas deixadas pela historiografia à luz dos questionamentos feitos em cada época.

Segundo Menezes (1992, p. 16):

Se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento a memória humana é impossível.

Pode-se inferir a partir de um estudo mais aprofundado, como demonstra o autor na citação acima, nova constatação presente no tema memória, ou seja, a sua condição de existência está associada ao esquecimento. Logo, se tem memória quem se esquece. De outro modo, pode-se afirmar que pela condição de se esquecer de algo se percebe que de fato o passado existe e a sua existência está associada ao presente. Conclui-se, neste caso que a reminiscência da memória parte do presente, ou estimulada por este e vai buscar no passado as lembranças contidas no esquecimento, mas que vem a luz a partir das provocações ensejadas pelas demandas dos sujeitos do presente.

Em outra concepção, não de afinidades, mas de oposição, existe autores que contestam esta proximidade entre a História e a memória, pois ao se pensar quais memórias se tornam visíveis e quais Histórias são escritas, precisa-se refletir também sobre o domínio que uma exerce sobre a outra ou tenta exercer em um dado momento, de acordo com as condições favoráveis e as circunstâncias próprias que envolvem o domínio político e o poder que pode resultar, certo predomínio, da História em relação à memória e vice versa. Nem sempre coexiste harmonia e autonomia entre estes temas complexos, mas ao coabitarem no campo do passado possuem estreitos laços com o presente.

De acordo com Pierre Nora (1993, p. 9):

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomemos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela esta em permanente evolução, abeta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais. [...] a história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.

Como se observa existe uma espécie de extrema disputa entre quais espaços são ocupados, seja pela prevalência da memória ou da História, sendo também objeto de disputas a construção do pensamento das escolas historiográficas, levando-se em consideração as particularidades que se formam a partir dessas leituras em relação à escrita da História. Pierre Nora (1993) afirma que existe um criticismo no coração da História que caminha no sentido de destruir a memória, pois a coloca sempre como suspeita nas situações onde se precisa resgatá-la.

A historiografia contemporânea por sua vez vem tentando responder a questões atuais sobre a crescente valorização da memória diante do seu correlato esquecimento, isto é, se observa uma crescente visibilidade dos fatos e feitos ocorridos no passado, excluindo do lugar da memória oficial aqueles que a história oficial não os revelou como coparticipantes do processo histórico, ou seja, os heróis invisíveis, as culturas retraídas, os algozes, os sofrimentos que os negros e índios foram submetidos no decorrer expansão colonialista ocorrida nas regiões como a África e a América.

A compreensão mais aprofundada sobre a temática memória e História e suas inter-relações com o passado avança no campo historiográfico para dar respostas às interfaces, que estão presentes no ensino de História, como requisito para bem elucidar as particularidades dos fatos narrados. Não cabe apenas o debate de aferir quem é mais importante ou quem é mais verdadeira do ponto de vista do resgate do passado, mas, sobretudo, compreender que a História e a memória possuem compromissos em se aproximar da verdade. Assim, de acordo com os estudiosos sobre estes temas, para se chegar ao conhecimento mais seguro, faz-se necessário mergulhar nas suas especificidades para trazer a luz da historiografia e conseqüentemente do próprio ensino de História, os conceitos que corroborem com a dinâmica do espaço/tempo em que tanto os historiadores pesquisadores como o professor de história educador possam compartilhar a linguagem reflexiva sobre os acontecimentos localizados no passado, sejam eles no passado remoto ou recente.

A memória comporta vários significados e a partir da leitura de Marcel Proust, Henri Bergson e Maurice Halbwachs, pode-se encontrar pontos de apoio para compreendê-la:

“memória voluntária - voltada a vida prática, atada ao hábito, essencial a vida, porém corriqueira e superficial; memória involuntária - espontânea, descontínua, rompe com o hábito, carregada de afetividades, representa a verdadeira memória por ser mais elevada; memórias subterrâneas – aquelas que foram encobertas para favorecer interesses particulares ou coletivos; memórias silenciadas – aquelas, que por muitas vezes, foram oprimidas pelo poder vigente e não se manifestaram; memória individual – como sendo um ponto de vista sobre a memória coletiva e estão limitadas muito estreitamente ao tempo; memória coletiva – memórias que envolvem as memórias individuais, mas não se confundem com elas”. São muitos tipos de memórias encontradas, porém importa conhecer como essa(s) memória(s) trabalha com o passado e são retratadas na historiografia, às quais são objetos de estudos de muitos historiadores, pensadores e sociólogos.

Seixas (2004, p.42) afirma:

Toda memória é fundamentalmente “criação do passado”: uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. [...] A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portando do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias, significa antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...) Noção de que a memória torna poderoso(s) aqueles(s) que a gerem e controlam(m).

Observa-se, contudo que a memória está intrinsecamente ligada ao passado e a História de forma que ambas buscam no passado a legitimação da sua existência, só existe a memória e a história por que evidentemente existe o passado, o que não significa afirmar que o passado foi descrito em sua totalidade, é impossível tanto à memória como à História dar conta do passado de forma integral, existem sempre lacunas a serem preenchidas. Diante desta afirmativa e graças a ela, sobressai a importância do historiador que em seu ofício busca preencher essas lacunas deixadas nas narrativas passadas no fulcro de se poder afirmar que haverá muitas a serem preenchidas.

A fortaleza da ciência Histórica reside na sua força de recriação, como se houvesse um movimento ascendente e contínuo de revigoração. Muitos críticos querem condenar a História, como aconteceu no início da sua configuração como disciplina autônoma, atribuindo-lhe falsidade, esquecendo-se existe em sua gênese uma capacidade inovadora que se constitui a partir das demandas do presente. Portanto, o que difere do passado, da memória e da História, são as leituras e narrativas que passam a serem impregnados de representações e apropriações,

como forma de se manter o controle da memória, o poder ou a dominação dos sujeitos ou grupos mais vulneráveis.

Contudo, não se pode deixar a margem da discussão sobre o passado, a História, e a memória a importância fundamental que os costumes em comum exercem no trabalho com essas temáticas. Eles são fortes e podem interferir nas narrativas individuais e coletivas de sociedades, especialmente daquelas que foram oprimidas, pois muitas vezes, a legitimação dos usos dos costumes reflete-se na necessidade de afirmação da identidade de um povo. Percebe-se que mesmo através do uso da força ou lei, os costumes se sobressaem encontrando formas de se perpetuar e, desta forma, rememorar as memórias passadas, traduzindo-se em formas de resistência daqueles que, em grande parte, não tiveram acesso à educação formal.

Segundo Thompson (1993, p.15):

Se a muitos desses “pobres” se negava o acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de “costumes”. Se o folclore do século XIX, ao separar os resíduos culturais do seu contexto, perdeu o sentido do costume como contexto e mentalité, deixou igualmente de perceber a função racional de muitos costumes, nas rotinas do trabalho diário e semanal. Muitos costumes eram endossados e frequentemente reforçados pela pressão e protesto populares.

Nesta perspectiva, os costumes servem de base para as práticas culturais, na medida em que ao se enraizar essas práticas mantem-se no presente o sentimento de pertencimento a uma identidade cultural. Ao estudar a cultura africana e indígena, por exemplo, a partir do ensino de História, torna-se visível como estas etnias mesmo sendo subjugadas perpetuaram seus costumes. No Brasil quando os negros não podiam expressar os seus costumes religiosos, por serem escravos, vivenciou-se, em certa medida, o hibridismo religioso, ou seja, uma espécie de fusão entre o catolicismo e o candomblé.

Não se pode apagar a construção social enraizada na mente dos sujeitos pelo uso da força ou da opressão, em um dado momento os sujeitos buscarão formas de perpetuar as suas tradições, que se reverberam em movimentos de resistências quando são impedidos de manifestarem os seus costumes. As fugas empreendidas, a música, a literatura o resgate da memória, a reescrita da história colocando no lugar da memória os verdadeiros heróis, o ensino de história contemplando a cultura afro-brasileira e indígena se constituem em formas de lutas pelo reconhecimento de uma identidade cultural.

Considerações Finais

Face o exposto, convém estar sempre revisitando os conceitos sobre o passado, a História e a memória, como também o estudo dos costumes dentro do contexto historiográfico e social, não apenas para o domínio dos seus significados, mas, sobretudo, para compreender as interfaces que cada tema opera quando se busca a verdade dos fatos e a recuperação das verdadeiras memórias. O trabalho do historiador, assim como o do professor de História estão ligados entre si e também pela inter-relação com esses temas, que por sua vez, reverberam no ensino de História. Suas dinâmicas movimentam-se como um objeto a circundar uma atmosfera. Podemos chamar esta de passado e aquele de memória ou história. O destino destes objetos certamente será o porto seguro chamado verdade.

A teia formada pelo conjunto de sujeitos complexos envolvidos no campo da História, memória e passado precisam ser compreendidos a partir das demandas do presente, como sendo o caminho por onde o historiador e o professor de História precisam transitar. O processo de colonização do Brasil deixou marcas profundas na população negra e índia e em seus descendentes, eles tiveram a sua imagem inferiorizada, não tiveram direitos de rememorar a sua origem, sendo negada a liberdade de expressão cultural. Entretanto mesmo diante das dificuldades de se manter viva as suas raízes, adotaram estratégias de sobrevivência e o legado dos seus ancestrais não se perdeu graças à memória, a História e os costumes, que são as estradas percorridas, nem sempre pavimentadas⁶⁴, mas conduzem por seus caminhos complexos ao resgate da identidade sociocultural.

As relações de disputas entre História e memória, na medida em que são apropriados seus conceitos e significados, apontam para o entendimento para além das definições, direcionando para a compreensão desses temas tratando-se, também, das suas operacionalidades, assim como das inter-relações entre o passado e o presente. Neste sentido, as leituras empreendidas sobre passado, memória e História, vão além da importância do domínio teórico da disciplina História que é essencial para o ensino de História, mas também, torna-se fundamental para alicerçar de forma substancial o desenvolvimento de pesquisas nos diversos campos que compõem o ofício do historiador e do professor de história. Existe a pertinência de se transitar nestes conceitos para alcançar o domínio da práxis pedagógica e historiográfica.

⁶⁴ Termo utilizado pelo autor no sentido denotativo das dificuldades encontradas no campo historiográfico quando o poder e os interesses influenciam a ocupação dos verdadeiros lugares de memórias por seus representantes legais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALBWACHS, Marurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais / Vértice, 1990, p. 25 – 89.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Projeto História. Revista da PUC - São Paulo, n. 17, nov. 1998.

_____. **Lei 10.639/2003**. Altera a Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providencias. (DOU. Brasília, DF, 09/01/2003).

_____. **Lei 11.645/2008**. De 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acessado em 15/10/2018.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador In: GOMES, Angela M. de Castro e SCHMIDT, Benito B. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-37.

MENESES, Upiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.34, 1992, p. 9-24.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista da PUC – São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVA, Anderson. **Lições Sobre a África. Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico - 1990-2005**. Tese (Doutorado em História). UNB, Brasília, 2007.

Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, 03. Rio de Janeiro, p. 03-15.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.37-58.

THOMPSON, Edward P. “Introdução: costumes e cultura”. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 13-24.

O poder da memória e os domínios da cana de açúcar no Sul da zona da mata alagoana entre as décadas de 1950 e 1970

Fábio Barbosa da Silva⁶⁵

Mestrando do curso de História Social /ICHCA/UFAL

Resumo: Este trabalho objetiva compreender o papel assumido pela cana de açúcar na constituição de uma memória coletiva da região estudada. Tomando como base o conceito de *memória coletiva* (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), procura-se compreender a constituição de uma memória desenvolvida em torno da atividade canavieira no espaço estudado. Considerando que a monocultura da cana de açúcar é um fenômeno relativamente recente na região, este estudo aponta condições que permitiram a assimilação desta atividade econômica pelo imaginário local e como tem contribuído para a manutenção do *status quo* de dependência da região em relação às usinas, estas que, juntamente com os vastos canaviais, compreendem atualmente a forma mais elaborada da hegemônica indústria canavieira. Neste sentido procura-se elucidar como a mesma atividade ganhou posto privilegiado na memória local, tornando-se elemento-chave no mito de fundação e manutenção desta sociedade.

Palavras-chaves: Lugar de Memória; Memória Coletiva; Memória Oficial.

Os estudos que deram origem a este trabalho se concentram no espaço que compreende a microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, no Sul da Zona da Mata alagoana. A escolha deste recorte é justificada pela recente expansão dos canaviais nos tabuleiros⁶⁶, área inapropriada para o cultivo da *Saccharum officinarum* até a década de 1950, mas que, costuma ser associada historicamente a zona açucareira. Deste modo, o presente artigo pretende apresentar uma possibilidade explicativa para o entendimento coletivo de uma presença hegemônica da cana de açúcar para além dos limites temporais historicamente verificáveis.

Recorrendo a relação entre História e memória, procura-se compreender o papel que a cana de açúcar passa a assumir na memória coletiva contribuindo para a sua afirmação como elemento preponderante na formação e manutenção da sociedade local. Para embasar a pesquisa foram acessados trabalhos desenvolvidos acerca do papel histórico da cana de açúcar no espaço estudado, além da produção de teóricos que enveredam pelos domínios comuns da história e da memória. Considerando que o papel atual das usinas na região busca suporte na defesa de um passado também fortemente ligado a cana, este trabalho pretende entender os limites dessa

⁶⁵ Mestrando com projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: xp.fabiobarbosa@gmail.com

⁶⁶ A palavra tabuleiros designa usualmente a formação geográfica dos planaltos.

influência, e como a constituição de uma memória coletiva⁶⁷, já associada as usinas, despreza o abismo entre a realidade da cana vinculada no passado aos engenhos da região, e aquela já ligada às modernas fábricas de processamento, ou seja, as usinas.

Uma das características predominantes no espaço estudado é a presença de vastos tabuleiros. Atualmente cobertos por canaviais, este espaço esteve historicamente associado a criação de gado através do modelo de colônia⁶⁸ e, em menor escala, ao cultivo de gêneros alimentícios para a subsistência de pequenos produtores (VERÇOSA, MORAIS, 2012). Por razões ligadas à constituição do solo, os tabuleiros foram, até a década de 1950, poupados de intensa atividade agrícola (AVE-LALLEMANT, 1981; LIMA, 2007). Até então, o cultivo da cana de açúcar se concentrava nos vales úmidos de rios e riachos onde o solo de massapê permitia o melhor desenvolvimento das plantas. Foi no período pós Segunda Guerra Mundial que uma série de fatores levaram o governo federal a aumentar as apostas na produção e/ou comércio do açúcar e álcool brasileiros (SZMRECSÁNYI, MOREIRA, 1991). Em resposta aos estímulos concedidos, sobretudo, por meio do Instituto do Açúcar e Alcool – IAA, os usineiros já instalados nos vales locais desenvolveram métodos agrícolas que permitiram a expansão dos canaviais. Esta nova possibilidade de cultivo levou as populações locais a uma ruptura profunda com suas relações de uso e permanência na terra. De acordo com Verçosa e Silva (2012):

A expropriação dessas extensas faixas de terra possibilitou, de um só golpe, abrupta expansão das lavouras de cana para áreas planas e intensificação da proletarização da força de trabalho, sendo ambos os aspectos basilares para a construção da mais recente reestruturação desse setor produtivo (VERÇOSA; SILVA, 2012, p. 83).

O processo histórico que levou a adaptação dos tabuleiros ao cultivo da cana, permitiu que os mesmos se consolidassem como um símbolo da nova indústria canavieira na região. Para além dos próprios canaviais, esta nova fase é marcada pelo êxodo rural e a proletarização da força de trabalho que, em grande parte expropriada das zonas rurais, se aglomeraram nas zonas urbanas cujas populações passaram a seguir o ritmo do ciclo vegetativo da cana. A dominação da área rural pelos canaviais criou um abismo entre rural e o urbano e restringiu o grosso da mão de obra produtiva a própria atividade canavieira. Assim, as cidades industriais passaram a constituir o cenário característico do novo modelo de organização social. Moradia, trabalho,

⁶⁷ O conceito de memória coletiva aqui trabalhado está em consonância com as propostas de Michel Pollak. Embora o mesmo conceito tenha sido amplamente discutido por Maurice Halbwachs (1990), este entende-o como fruto de um consenso amistoso entre os membros do grupo, enquanto Pollak (1989) reconhece a possibilidade de uma disputa que é travada entre uma memória coletiva oficial, e outra, extraoficial a que chama de memória subterrânea. É justamente este entendimento que estará presente em um momento decisivo para a compreensão da proposta deste artigo.

⁶⁸ Na criação de gado em forma de colônia, os animais eram criados soltos nos pastos nativos.

comércio, acesso aos bens e serviços, enfim, os elementos mais emblemáticos da reprodução social foram ajustados às disposições das cidades, espaços de concentração dos trabalhadores entre os canaviais e as próprias usinas.

O rápido crescimento da população, sobretudo urbana, é, a propósito, um dos fenômenos mais marcantes do processo de industrialização no espaço estudado. A expansão das cidades se deu, em grande medida, através da migração de pessoas que tinham na usina seu principal atrativo. Estudos comparativos apontam que, durante a década de 1970, ápice da expansão da indústria canavieira na região, alguns municípios registraram um crescimento total da população superior a 107%, caso de Junqueiro⁶⁹, e até 152%, como Campo Alegre, cidade localizada no centro dos tabuleiros de São Miguel dos Campos e que havia registrado crescimento populacional de apenas 0,6% na década anterior (SILVA, 2016, p.101).

Esta migração ocorreu em dois níveis. O primeiro da zona rural para os centros urbanos próximos as usinas; o segundo de outras regiões, inclusive do Sertão do Estado para a zona canavieira (ANDRADE, 1973). A instalação das usinas Porto Rico e Seresta em 1973, nos municípios de Campo Alegre e Junqueiro, respectivamente, e usina Guaxuma em 1974 na região de tabuleiros de Jequiá da Praia parecem justificar o crescimento populacional nestas cidades que funcionavam como pontos estratégicos para acesso as novas usinas assim como aquelas já instaladas na região.⁷⁰

Ao tempo que as populações se deslocavam para as zonas urbanas, o novo sistema canavieiro tomava posse das terras da zona rural. Os canaviais se alastraram pelos tabuleiros suprimindo os vestígios do modelo de organização social que o antecedeu, ou seja, os resquícios materiais que testemunhavam a ocupação rural naquele espaço. Enquanto isso, o cotidiano na cidade passou a exigir de seus moradores a normatização do convívio social, a criação de uma coletividade em meio a diversidade de origens e culturas. É neste quadro de heterogeneidade que os signos da monocultura canavieira, em expansão, encontram terreno fértil para se firmar e impulsionar a formulação de uma identidade local marcada pela cana de açúcar.

⁶⁹ A população urbana de Junqueiro cresceu 435% na década de 1970, quase dez vezes o valor registrado na década anterior. A principal razão deste crescimento está ligada a fundação da usina Seresta em 1973 e o crescimento do distrito de Feira Nova, que, próximo a usina pertencia a Junqueiro e era o principal ponto de concentração dos trabalhadores da nova usina. Em 1991, quando Feira Nova já havia se emancipado, agora como Teotônio Vilela, a população urbana registrada para Junqueiro caiu pela metade.

⁷⁰ Outras duas usinas já haviam sido instaladas na região em períodos anteriores, suas localizações permitiam que os tabuleiros em volta passassem a constituir a zona de influências das mesmas. Elas são a Sinimbu, fundada em 1893 no vale do rio Jequiá, e que se tornou a pioneira no uso dos tabuleiros da região para o cultivo de cana a partir da década de 1950, e, a Coruripe, fundada em 1925 próximo a foz do rio de mesmo nome. Outras três usinas foram fundadas na década de 1950 exercendo influência sobre os mesmos tabuleiros, a Roçadinho em 1952, em São Miguel dos Campos, a Caeté, no mesmo município, foi fundada em 1959, mesmo ano que a Triunfo em Boca da Mata.

Para melhor compreender tal situação é possível recorrer as teorias de constituição da memória coletiva. Para Meneses (1992, p. 15) a memória coletiva “é um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados”. O espaço das zonas urbanas, ilhadas entre os canaviais, e o período de efervescência da industrialização podem ser tomados como espaço e tempo fecundos para a constituição de uma memória coletiva, porém, a necessidade de uma lembrança em comum parece dificultar a utilização do ponto de vista de Meneses para este contexto, uma vez que, como já foi defendido, a atividade canavieira nos moldes que se apresenta a partir de 1950 está mais para uma ruptura que uma continuidade com o sistema anterior, comprometendo assim a possibilidade de uma lembrança que lhe testemunhe.

O mesmo autor defendeu que “a elaboração da memória coletiva se dá no presente e para responder a solicitações do presente” (MENESES, 1992, p. 11). Deste modo, é possível entender que as lembranças da atuação da cana de açúcar no passado, ainda vinculada aos engenhos banguês, possam ser acessadas em um presente de usinas para legitimar a sua atual hegemonia. Por mais distanciadas que sejam as realidades do engenho e da usina no contexto do espaço estudado, com frequência a memória acerca da atividade canavieira ignora tais distinções. Para esta conexão entre ambas realidades, a historiografia tradicional alagoana oferece contribuições significativas.

Recorrendo apenas a trabalhos mais recentes, podemos tomar como exemplo o artigo de Douglas A. Tenório, “Os caminhos do açúcar em Alagoas”⁷¹ de 2011. Nele o autor defende que as usinas são a “continuidade” da atividade banguê. Para justificar sua afirmação faz usos de elementos como as chaminés das usinas, apresentadas como uma espécie de evolução daquelas que ainda podem ser constatadas nos antigos engenhos de fogo morto.

Quando percorrermos os campos de Alagoas e divisamos os vestígios do que outrora foi um pequeno engenho, temos noção dessa ruptura e, indiferentes ao presente, assistimos a um verdadeiro *flashback* do mundo do açúcar desde os primeiros dias do Escurial e do Buenos Aires até hoje, com as chaminés das grandes usinas” (TENÓRIO, 2011, p. 19).

Ainda que reconheça a existência de uma ruptura entre a dinâmica dos banguês e das usinas, o autor deixa a entender que elementos em comum entre as duas realidades podem funcionar como uma ponte que gera a noção de continuidade.

⁷¹ Embora o autor faça referência ao estado de Alagoas como um todo, é notório que seu estudo se concentra na atuação histórica da atividade canavieira na região em torno das lagoas.

Em certo sentido as posições de Meneses e Tenório parecem encontrar um ponto de convergência, o que muito tem a contribuir com este trabalho. “Fragil, a memória é enganosa, seleciona, interpreta e reconstrói dentro da visão do presente” (TENÓRIO, 2011, p. 15). É esta visão do presente, o presente da vida urbana, da dependência em relação a usina que faz a memória acessar a presença dos antigos engenhos, seja dos vales que cortam os tabuleiros em questão, ou aqueles dos locais de origem dos novos ocupantes do espaço, e assim, prologar no tempo a presença massiva dos canaviais. Embora a atividade banguê não tenha exercido no espaço estudado a mesma influência que exercia desde o período colonial na região das lagoas (SILVA, 2016), o recurso da lembrança parece maximizar a relevância da atividade canavieira no passado, e quando associa ao presente gera uma ideia de continuidade quase irrestrita. Estão postas as condições para a formulação de uma memória coletiva fundamentada na predominância e dependência a monocultura canavieira.

Ao que tudo indica, é o deslocamento das massas para a zona urbana que permitiu a constituição desta memória coletiva fortemente vinculada a atividade canavieira. Como “um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 204) a memória coletiva que se desenvolvia nas cidades da região carecia de um instrumento que unisse a todos dentro do novo quadro de industrialização e urbanização. Uma vez que tais centros urbanos tinham nas usinas o *locus* do desenvolvimento da região, é possível defender que as atividades em torno da cana se tornaram de certo modo o elo entre os migrados, o ponto em comum que justificava a estadia do indivíduo naquele espaço. Quanto para os que já habitavam a região nos tempos em que os canaviais ainda não tinham ultrapassados os vales, era da mesma maneira o trato com a cana que justificava a presença dos novos vizinhos e suas inter-relações.

Os estudos de Michel Pollak sobre “Memória e identidade social” oferecem grandes contribuições para melhor compreensão do fenômeno aqui estudado. Segundo ele, a memória coletiva se sustenta em experiências vividas em comum por um grupo. Assim, é necessário recorrer ao fato de que, para o contingente que adentra as cidades a partir da década de 1950, as únicas experiências vividas em comum são as relacionadas a atividade canavieira. A busca por emprego nas usinas, as expectativas de crescer profissionalmente, o estímulo para os estudos fundamentado na carreira em algum setor ligado a atividade açucareira, enfim, a usina e o trabalho com a cana de açúcar estavam associadas às mais significativas experiências compartilhadas socialmente na zona canavieira. Mesmo os grupos que, aparentemente, atuam alheio às determinações do setor, se veem envolvidos nele. O agricultor familiar⁷² tem sua área

⁷² Termo empregado para designar os produtores de gêneros alimentícios utilizados na subsistência da própria família, dos quais só o excedente é comercializado.

limitada pelos canaviais. O comerciante pode notar que o fluxo de clientes oscila entre a safra e entressafra, períodos, respectivamente, em que mais pessoas são empregadas pelas usinas e ganham mais devido as horas extras, e o de redução do quadro, quando, inclusive, parte dos desempregados se deslocam para o Sul do país onde a safra está iniciando.

Outras duas situações paralelas parecem ter contribuído para a sedimentação, na memória local, da monocultura canavieira como atividade fundadora e mantenedora daquela sociedade. A primeira diz respeito a lacuna deixada pela ausência de um lugar de memória⁷³ bem definido pelas atividades precedentes, a segunda se apoia nos critérios de progresso e desenvolvimento que foram desde cedo vinculados a usina.

Como já apresentado, antes dos canaviais eram as colônias de gado que dominavam os tabuleiros entre os vales dos rios São Miguel, Jequiá, Coruripe e Piauí. As técnicas rudimentares de criação de gado nos tabuleiros⁷⁴ impediram que elementos físicos, característicos da mesma, fossem preservados no espaço, o que poderia vir a caracterizar um lugar de memória da atividade pecuária na região. A ausência de cercas que confinassem o rebanho, ou mesmo de instalações para ordenha ou abate reduzem o registro da pecuária a bibliografia sobre o tema e a cartografia sobre a região, ambas fontes pouco socializadas e por isso quase inertes no que concerne aos domínios da memória coletiva. Do mesmo modo, não foi encontrado elementos que apontem a agricultura de subsistência praticada na região submetida a alguma burocracia para circulação e por isso a uma documentação própria, uma vez que os gêneros eram produzidos e consumidos na redondeza. A exemplo dos camponeses pobres da Inglaterra que Thompson estudou, os pequenos agricultores, vaqueiros e criadores de gado do espaço estudado “não deixaram seus asilos repletos de documentos” (THOMPSON, 1998, p. 26).

Os elementos mais representativos da pecuária na região, e que sobreviveu à ação do tempo, talvez sejam os travessões: valas abertas nos limites entre os espaços destinados a criação de gado e aqueles restritos a agricultura (HERÉDIA, 1988; COSTA, s/d). Geralmente esses limites se estendiam nos tabuleiros seguindo a borda dos vales dos rios. Ainda assim, o crescimento da zona urbana e, sobretudo, o constante revolvimento do solo nas áreas dos canaviais leva ao aterramento destes potenciais lugares de memória, ou, em alguns casos, o redirecionamento de seus usos, o que leva o observador a acreditar que tais valas, ou o que

⁷³ Este conceito é amplamente trabalhado por diversos teóricos dos quais cabe destacar Pierre Nora. Na forma como é abordada neste texto, ela está em consonância com o entendimento de Le Goff (1994) onde o autor defende os lugares de memória como monumentos, símbolos ou celebrações que ativam a memória sobre determinado período, pessoa ou evento.

⁷⁴ A ênfase dada aos tabuleiros aqui, e ao longo do texto, é justificada pelo fato de ser esta a formação geográfica predominante na região, e, ao mesmo tempo os maiores símbolos de expansão dos canaviais.

sobrou delas, sejam fruto da urbanização, para escoamento da água e esgoto urbano, ou galerias utilizadas para condução da água de irrigação ou drenagem dos canaviais. Ou seja, mesmo as testemunhas de outras atividades adquirem novo significado sendo associadas a monocultura canavieira e a urbanização dela advinda.

Os agentes envolvidos e beneficiados com o monopólio dos meios de reprodução da vida humana por parte da indústria canavieira deram sua contribuição para garantir a predominância dos canaviais, também, na memória local. Jacques Le Goff (1994) ao discorrer sobre a relação entre memória e poder, defendeu que a primeira se tornou historicamente um veículo de luta ou base de sustentação do segundo. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1994, p. 426). É neste sentido que os elementos característicos da monocultura canavieira se apoderaram de todos os espaços possíveis que garantissem um clima de familiaridade com a nova organização do ambiente e da sociedade local. Ao mesmo tempo promoviam uma espécie de *damnatio memoriae* da vida rural, e dos elementos que predominava no espaço antes da apropriação do mesmo pelas usinas.

Conscientes ou não da necessidade de fundar uma memória baseada na cultura da cana, os usineiros assim como a classe política, geralmente ligada a usina, se empenharam em ajustar a sociedade local aos moldes da nova realidade econômica. Os apitos das usinas passaram a exercer o papel dos sinos nos campanários das igrejas, anunciando horas, mortes de pessoas ligadas a usina, ou festividades locais⁷⁵. Ruas e avenidas, quando não a cidade, foram batizadas com nomes dos usineiros ou senhores de engenho⁷⁶, o que de alguma forma tenta apresentar a usina, através do trato com a cana, como uma continuidade ou desenvolvimento da atividade banguê. A imagem da cana ascendeu aos mastros nas bandeiras municipais⁷⁷. Toda essa apropriação dos domínios do simbolismo local parece ser sustentada pela ideia de progresso e desenvolvimento que a usina trazia para a região.

No início da década de 1980, o sr. Manoel Elesbão Costa relatou em escrito o depoimento do então prefeito de Junqueiro acerca das expectativas quanto ao “progresso” que viria para a região trazido pela usina. Segundo Elesbão, quando reclamado por um deputado

⁷⁵ Tradicionalmente as usinas apitavam duas vezes por dia anunciando a hora no período de moagem, apitavam também marcando o início e o fim da safra. Na usina Sinimbu, a procissão do Santo padroeiro da vila próxima era marcada por um forte apito quando o cortejo se aproximava da usina que era um dos pontos do percurso.

⁷⁶ A título de exemplo é possível citar o caso de São Miguel dos Campos onde nomes relacionados a famílias de senhores de engenho, como os Vieira Lins, são muito presentes nos domínios públicos, ou Teotônio Vilela que, além de receber o nome de um usineiro local tem nas principais ruas os nomes dos demais membros das famílias dos usineiros e de senhores dos principais engenhos locais como o Brejo e o Matheus.

⁷⁷ A cana de açúcar ou a usina está presente nas bandeiras de todos os nove municípios que compreendem a região dos tabuleiros estudados e formam juntos a Microrregião dos de São Miguel dos Campos.

por ter investido dinheiro na construção de uma escola onde só se via “alecrim de taboleiro”, o prefeito justificou o investimento: “ ‘ Excia., a Usina Seresta vem aí nós estamos aqui dentro de zona canavieira e logo que seja instalada a Usina, este setor vai progredir consideravelmente’ ” (COSTA, s/d, p. 4). A expectativa de progresso e desenvolvimento apoiada na instalação da usina se contrapunha as condições de abandono e isolamento em que se encontrava grande parte das famílias na zona rural.

Enquanto as famílias dos pequenos agricultores viviam entregues as condições climáticas, a usina representava a atuação de uma empresa consistente, a possibilidade de um salário e demais benefícios que o trabalho no próprio campo não oferecia. A grande empresa parece assumir uma dimensão que é compreendida como a união de todas as forças produtivas locais, em detrimento ao isolamento das famílias no âmbito da produção rural de subsistência. O usineiro se torna o ente que conduz o progresso e garante o salário. L’estoile e Sigaud (2006) tornam esta posição perceptível em estudo realizado no engenho Amaragi em Pernambuco, onde alguns agricultores da região externaram um medo associado a reforma agrária nas terras da usina falida, uma vez que tal reforma, se por um lado representaria o acesso à terra, por outro, a perda do patrão e da proteção e segurança que ele representava. O papel assumido historicamente pelo senhor de engenho é tema estudado amplamente por diversos autores. Para Herédia (1988) a presença simbólica dos senhores de engenho – ainda que pequenos – e suas famílias chegava a ser motivo de disputas entre engenhos diferentes. É possível defender que as inovações como transportes, energia elétrica, postos de saúde, salários, etc. advindas das instalações das usinas e do crescimento das zonas urbanas tenham sido facilmente interpretadas como extensões dos braços protetores dos senhores dos grandes engenhos: os usineiros.

Mesmo que a expansão da atividade canavieira tenha sido vista com bons olhos pelos agentes nela envolvidos, trabalhos em diversas áreas do conhecimento têm apontado os problemas sociais fruto da atuação da cana. Primeiro no que diz respeito as expropriações das populações rurais, depois, a dependência a monocultura canavieira imposta aos moradores da região. Não se pode descartar a possibilidade de que a ideia primitiva de progresso vinculada as usinas tenha contribuído para a repressão da memória de uma realidade anterior compartilhada por aqueles que habitavam o espaço desde os tempos anteriores a ascensão das usinas. Longe do esquecimento, a realidade local anterior aos canaviais mais parece silenciada.

Quem enveredou de maneira clara neste campo do silêncio trajado de esquecimento foi Pollak (1989). Para o autor algumas situações pedem o silêncio de uma memória que, em certa medida parece esquecimento. No entanto, este silêncio não tem que ser necessariamente permanente, o mesmo autor ao fazer uso do termo “ressentimento” se refere a capacidade de

irrupção de uma memória silenciada. Assim, é possível defender que, diante da retórica desenvolvimentista, levantar-se contra as usinas pode ser entendido como uma oposição ao desenvolvimento e ao progresso. Do mesmo modo a memória de uma alternativa para a hegemonia da cana pode parecer uma ameaça a mesma e por isso segue, a maior parte do tempo, na memória de quem lembra calado. Ou seja, o silêncio aparece aqui patrocinado pelos critérios de progresso inerentes a atual indústria sucroalcooleira.

A aparente consolidação da atividade canavieira ultrapassou os domínios do econômico. A mentalidade que se desenvolveu em torno da cana de açúcar e seus pressupostos adentrou o campo do imaginário onde a sua primazia também se concretizou na memória coletiva. Os clássicos da historiografia alagoana deram sua contribuição para o pretense entendimento de que a história da região sempre esteve vinculada, prioritariamente, a atividade canavieira. No passado associada aos engenhos, no presente às usinas. Ainda assim, a memória de um passado sustentado pela policultura não pode ser dada por morta, esquecida ou superada, ela se encontra latente e se manifesta de modo significativo diante da crise do setor sucroalcooleiro, quando este mostra a incapacidade de sustentar os contingentes da zona da cana.

A ideia de um passado canavieiro é complementada pela constatação empírica de um presente socialmente subordinado ao mesmo elemento, a cana. Esta associação entre o passado imaginado e o presente vivido gera uma expectativa pouco fecunda quanto a um futuro, também, de dependência ao setor canavieiro. No entanto, quando os roçados se estendem pelos canaviais abandonados das usinas falidas, e os tons de verde se diversificam nos tabuleiros, aquela memória subterrânea emerge revelando que as “novas” formas de apropriação do espaço não remetem necessariamente a um teste na procura de alternativas potenciais. Essas alternativas já são em certa medida conhecidas, e aqueles que detém na memória os usos dos espaços para antes da expansão dos canaviais deixam revelar que a ideia de dependência em relação a monocultura canavieira compreende apenas uma dimensão da memória coletiva local: aquela que, em algum momento tornou-se a memória coletiva oficial.

A constatação de um passado onde as populações não dependiam exclusivamente da atividade canavieira, pode ajudar as populações do presente a pensarem, não em um retorno a este passado, mas, em uma alternativa para o presente. David Lowenthal (1998) sugeriu a existência de três vias para o conhecimento da parte do passado que é possível conhecer, são elas a história, os fragmentos e a memória. O mesmo autor, defendeu duas dimensões da história em relação ao passado: História menor que o passado, a medida que não pode abarca-lo por completo, e maior que ele na medida em que pode observa-lo de longe e assim compreender melhor a sua dimensão. Já pudemos discorrer sobre as condições dos fragmentos, estes,

inscritos nos domínios da arqueologia, estão sujeitos a condições desfavoráveis de conservação e interpretação, como os travessões da pecuária. Quanto à memória, no que diz respeito a problemática aqui trabalhada ela parece ser o elemento essencial para a visão do passado que é almejado por este trabalho. A irrupção da memória subterrânea, que já foi defendida, é capaz de reabilitar o entendimento necessário sobre os fragmentos, ao tempo que direciona a história para um melhor aproveitamento da vista panorâmica que se pode ter sobre o passado. Trata-se assim de uma ação conjunta, e dificilmente alguém pode ir muito longe se valendo de apenas uma dessas três possíveis vias de conhecimento do passado.

A inserção de elementos novos na memória coletiva dos ocupantes de dado espaço denunciam o caráter de maleabilidade desta mesma memória. Longe de limitar-se a uma forma dada e acabada, a memória “é um processo permanente de construção e reconstrução *um trabalho*, como aponta Ecléa Bosi. O esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu caráter fluído e mutável”⁷⁸(MENESES, 1992, p. 10). As vias de constituição da memória coletiva hoje oficial na região estudada já foram devidamente apresentadas, cabe ainda discorrer sobre as possibilidades de mudança das quais essa memória também é passível.

E possível entender que a própria ideia de dependência da cana seja fruto de uma mudança. Afinal, seria anacrônico defender que a mesma ideia fizesse parte da memória coletiva local antes que os canaviais se estendessem pelos vastos tabuleiros. Também já não se pode negar a possibilidade de uma nova mudança na constituição desta memória. Como já foi colocado, a historiografia alagoana, baseada no papel da cana na Região das Lagoas fortaleceu a ideia de uma história da Zona da Mata alagoana totalmente vinculada a cana de açúcar. Do mesmo modo, trabalhos que pautem as dimensões históricas da sociedade local para além dos domínios dos canaviais, contribuem para o necessário e urgente rompimento com a ideia de que a dependência em relação a monocultura canavieira é a verdade eterna da qual a sociedade na Zona da Mata alagoana não pode escapar. O próprio desenvolvimento deste trabalho de pesquisa já sinaliza para essa possibilidade de ruptura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

⁷⁸ Pollak (1992, p. 204) também discorre sobre o tema, para ele “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa.”

_____. A terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1973.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

COSTA, M. Elesbão. **Introdução a História de Feira Nova**. Junqueiro: Impressão do autor, s/d.

HALBWACCS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990, p.25-89.

HERÉDIA, Beatriz M. Alásia de. **Formas e Dominação e Espaço Social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

LIMA, D. A. Estudos Fitogeográficos de Pernambuco. In: Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, v. 4. p. 243 – 274, 2007.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**. Revista da PUC-São Paulo, n. 17, nov. 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.03-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10. Rio de Janeiro, 1992, p.200-205.

MBI. **Bandeiras dos municípios alagoanos**. Disponível em: <<https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/municipios-estado-alagoas-br/>>. Acessado em 08 jun. 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992, p.9-24.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007

SILVA, F. Barbosa da. **Entre o vale e os tabuleiros: o processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970)**. 2016. 113 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas –UNEAL, Arapiraca.

SINDAÇUCAR-AL. **Relação das Usinas**. Disponível em: <<http://www.sindacucaral.com.br/relacao-das-usinas/>>. Acessado em: 08 jun. 2018.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, E. Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In: **Estudos Avançados**, vol. 11, n.5. 1991, p. 57-79.

TENÓRIO, Douglas Apratto. Os caminhos do açúcar em Alagoas. In: Revista Incelencia. p.5-27, 2011.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

VERÇOZA, Lucio Vasconcellos; MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana**. In. Revista Áskesis, nº 1, Vol. 1, p. 82-104, jan/jun 2012.

Sem mediação: História Oral e Tempo Presente

Geovanne Otavio Ursulino da Silva
Mestrando em História pelo PPGH da UFAL
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lídia Baumgarten
Membro do CENHPRE/UFAL e do GEPPIMC/UFAL

Resumo: Neste artigo proponho um olhar sobre o Tempo Presente, sobre como o seu estudo se deu nas últimas décadas e, por meio deste olhar mais amplo, identificar dentro da historiografia quais elementos podem ser usados para potencializar seu estudo. Proponho também um olhar sobre a História Oral enquanto possibilitadora da pesquisa, escrita e análise do Tempo Presente. Para que este olhar seja possível, utilizo como base a bibliografia adotada pelas professoras Dr^a. Lídia Baumgarten e Dr^a Raquel Parmegiani na disciplina “Teorias: História Cultural”, ministrada no primeiro semestre de 2018 para a turma do mestrado do PPGH-UFAL, assim como bibliografias decorrentes desta.

Palavras-chave: História; Tempo Presente; História Oral.

Introdução

Há um acordo geral de que Heródoto possa assumir o posto de primeiro historiador, independente das questões que envolvem esta afirmação. Sendo assim, posso concluir também que a primeira historiografia feita por historiadores estava preocupada em dar respostas a problemas do seu tempo. Embora houvesse um esforço por parte destes primeiros historiadores, até mesmo por parte dos logógrafos, que vieram antes dos historiadores, em escrever uma história das origens da Grécia desvinculada das explicações mitológicas a exemplo da “Teogonia”, de Hesíodo, ou da poesia homérica, estas investigações sempre estiveram relacionadas ao presente, sempre relacionadas às problemáticas da vida na polis. Ao menos assim diz François Hartog ao afirmar que a historiografia grega “claramente se preocupava mais com o presente que com o passado” (2001, 18).

A oralidade, por sua vez, é um meio reconhecidamente útil para se garantir a permanência de determinadas “tradições”, do mesmo modo para a entrevista de testemunhas e agentes dos processos históricos. Afinal, a palavra *histôr* é traduzida por “testemunha”. Tucídides, quem forma o par de “pais fundadores” da História ocidental, escreveu sua “História da Guerra de Peloponeso” fazendo uso também de testemunhos orais e partindo de suas próprias observações, tendo ele mesmo sido um agente naquela guerra. Teria, então, surgido a História

como uma forma de História Oral? De todo modo, não há dúvidas de que os gregos antigos “compilam o que ouvem da tradição oral” (TÉTART, 2000, 11).

O presente artigo é resultado das aulas da disciplina “Teorias: História Cultural”, ministrada pelas professoras Dr^a. Lídia Baumgarten e Dr^a Raquel Parmegiani para a turma do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no primeiro período de 2018. Sendo assim, o artigo se baseia na bibliografia indicada pelas professoras durante as aulas, mas também em leituras que se mostraram necessárias para a melhor articulação dos pensamentos discutidos naquelas. Com o intuito de, em um primeiro momento, discutir as questões que envolvem e envolveram o estudo do Tempo Presente, em um segundo momento procuro discutir quais os usos da História Oral para a pesquisa sobre o Tempo Presente, e, por fim, concluo com uma apresentação da contribuição que as leituras e debates na disciplina trouxeram para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado.

Tempo Presente através do tempo

A História do Tempo Presente vem se firmando cada vez mais como uma área importante para a compreensão do Real e para a escrita da história. O famigerado retorno da História Política entre os anos 60 e 80 do século passado proporcionou novas ferramentas, teorias, técnicas e enfoques para a historiografia. Visando se distanciar da chamada “História Política Tradicional”, sua tão rejeitada predecessora, a “Nova História Política” se cercou de apontamentos para rumos ainda negligenciados pelos historiadores. Tornando possível, desta forma, o surgimento de uma história interessada no imediato do presente, este recorte temporal que carrega há séculos a marca do estudo de insurgências menores, e que acabou sendo deixado a encargo de eruditos amadores, os chamados antiquários. A força da historiografia francesa a partir da década de 1930 contribuiu ainda mais para que o tempo presente fosse deixado de lado. Com suas megaestruturas e sua longa duração, os Annales privilegiaram quase que exclusivamente a pesquisa de estruturas duráveis como mais determinantes para o estudo dos processos históricos. E sobre estes pontos trato neste primeiro tópico do artigo.

A História Política Tradicional já vinha sofrendo ataques empreendidos por muitos historiadores desde o século XIX. Naquele século, assim em como na maior parte do século seguinte, os historiadores se empenharam em demonstrar a cientificidade da História. Em decorrência disto, a historiografia que se dedicava ao político, uma historiografia narrativa,

factual e linear, que aplicava seus esforços na construção de uma narrativa do Poder, vinculada diretamente à produção de uma história que legitimasse os Estados-nação – foi combatida por muitas frentes. Apontada como positivista, se tornou a arqui-inimiga tanto de marxistas, como de estruturalistas, quanto da historiografia francesa. E o seu apogeu, segundo Francisco Falcon em seu capítulo para o livro “Domínios da História”, organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vaifas, se deu nas primeiras décadas do século XX com a Escola Metódica. Ainda segundo Falcon, este apogeu não durou mais do que algumas poucas décadas: “a partir de 1929/1930 é possível dizer-se que começou de fato o declínio da história política” (1997, 78). Não por coincidência este é o mesmo período da publicação, na França, do primeiro número dos *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, com a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre.

Conhecida por suas palavras de ordem como “história totalizante”, “longa duração”, “história problema”, “interdisciplinaridade” dentre outras, a Escola dos Annales, como se habituou a chamar o grupo de historiadores franceses surgido no finzinho da década de 1920 em torno de sua revista homônima, transformou profundamente o modo como historiadores do mundo inteiro escrevem e encaram seu objeto de estudo. Em sua segunda geração, a “Era de Braudel”, os annalistes abraçaram abertamente o estruturalismo e se autoproclamaram “*La Nouvelle Histoire*”. Empenhados em produzir uma historiografia que também respondesse questões que se apresentavam tão urgentes para a sociedade daquele tempo (arrasada pelas duas Grandes Guerras, em momento de reconstrução de suas cidades, reconstrução de suas autoestimas, mas imersa no terror causado pela Guerra Fria), estes historiadores utilizaram de seus métodos quantitativos próprios para dar respostas a estas questões. Foi desta forma que a escola fundada por Bloch e Febvre chegou à sua influência máxima, nos anos 1970 (CHAUVEAU, 1999, 9). Esse desejo de afirmação de seus métodos só foi endossado pelo desejo daqueles historiadores em figurar nos grupos de cientistas que ficaram em evidência no pós-guerra, entre aqueles que controlam o átomo e recebem o Prêmio Nobel, como explica Marly Silva da Motta (2000, 103). Dentro deste contexto, mais do que nunca, o estudo de pequenas insurgências, o estudo do tempo presente, o estudo de pequenos grupos ou indivíduos, ou seja, o estudo do Político foi rejeitado.

Psicologizante, biográfica, qualitativa, narrativa, factual, e, por isso mesmo, “ideológica”, a história política não teria condições de atingir a natureza da “realidade social”, na medida em que era prisioneira de fatos superficiais e atitudes individuais, de análises estreitas e descrições lineares (MOTTA, 2000, 104).

Ironicamente, foi também dentro deste mesmo contexto que a História Política ressurgiu sob o emblema de “Nova” e dentro da própria *École*. Apesar da envergadura de sua influência, a Escola dos Annales possuía, em especial, um grande problema que a “Velha História” não possuía: suas técnicas de erudição. Jean Lacoutre publicou um capítulo intitulado “A história imediata” na coletânea “A História Nova”, organizada por um dos mais influentes historiadores da Terceira Geração de Annales, Jacques Le Goff. No capítulo, ele aponta que “a história nova não fez a renovação dos problemas acompanhar-se de uma renovação paralela das técnicas de erudição” (2001, 54), ao contrário da História Tradicional, conhecida justamente por suas técnicas de erudição. A partir disto, Lacoutre propõe três tarefas para a História Nova: 1) “uma nova concepção de documento, acompanhada de uma nova crítica desse documento”; 2) “um retratamento da noção de tempo, matéria da história”; 3) “o aperfeiçoamento de métodos de comparativos pertinentes, que possibilite comparar apenas o que é comparável” (2001, 55). Estas lacunas que, por tanto tempo, foram vangloriadas pelos franceses estavam sendo, agora, tomadas pela História Política. Estas lacunas propositais também fizeram parte dos fatores que levaram à “crise geral das ciências humanas” nos anos 1980,

crise essa que foi pautada pela falência dos sistemas globais de interpretação e dos paradigmas dominantes fornecidos pelo marxismo e pelo estruturalismo, ou seja, pelo declínio radical das teorias e dos saberes sobre os quais a história havia escorado seus avanços nos anos sessenta e setenta (MOTTA, 2000, 105).

E foi visando se distanciar da História Política Tradicional que a Nova História Política se cercou de teorias, métodos, técnicas, propostas e enfoques dos mais variados possíveis para produzir respostas diante da “crise”. Uma dessas possibilidades foi o enfoque no estudo de períodos de curta e até curtíssima duração, o Tempo Presente, como meio para resolver estes novos problemas e aliviar a pressão da demanda social. O que Agnès Chauveau chama de simetria entre produção histórica e demanda social (1999, 16).

É importante mencionar a importância de Chauveau e de sua coletânea “Questões para a história do presente” como uma das primeiras obras produzidas exclusivamente sobre o tema⁷⁹. Atendendo o despontamento do Tempo Presente, seleciona ensaios produzidos para a divulgação e a discussão destes estudos, ensaios escritos por importantes pensadores como

⁷⁹ O capítulo citado anteriormente de Lacoutre no livro organizado por Jacques Le Goff, “A História Nova”, está inserido em mais de trezentas páginas dedicadas a pensar sobre esta historiografia e a ele foi ofertado, apenas, um pequeno capítulo.

Rémond e o próprio Le Goff. Comportando recortes como o do imediato, o Tempo Presente possui noções fluídas de temporalidade – afinal, o imediato corresponde a algumas semanas? Alguns dias? Algumas horas? Ou se enquadraria melhor nas concepções de produção de um conhecimento pautado no “devir” dos filósofos, nos termos de Nietzsche, por exemplo? De qualquer forma, o ressurgimento da História Política e a abertura da comunidade de historiadores, mesmo que sob muitas suspeitas, do estudo do presente garantiu que gerações posteriores de historiadores pudessem analisar a história por meio da perspectiva de indivíduos ou pequenos grupos, ou a partir de pequenas insurgências. A preferência do historiador pelo estudo do presente o coloca diante de duas questões fundamentais para ele e para o seu “objeto”: 1) a proximidade temporal entre a escrita resultante da investigação e o próprio “objeto” estudado; 2) a proximidade do próprio pesquisador com o seu “objeto”. Ou seja, milhares de anos depois, Clio e seus historiadores se veem confrontados por questões que surgiram ainda com Heródoto e Tucídides na Grécia Antiga – o historiador enquanto escritor e testemunha da história.

Preocupado em investigar os próprios autores da história, o estudo do presente produz uma historiografia imediata, sem mediação. Embora seja preciso salientar a discussão que envolve as possibilidades de confusões e de más interpretações decorrentes da proximidade temporal do “fato” com sua escrita, isto não deslegitima sua produção enquanto conhecimento histórico. Basta levar em consideração que até o momento de sua publicação, que parece ser o instante máximo de uma pesquisa histórica, o historiador precisou de tempo para levantar questões, ler bibliografias, buscar fontes e, inclusive, para escrever – erram a criticar o estudo do Tempo Presente como um estudo fadado a ser determinado pelo “calor do momento”. Foi necessário, portanto, o surgimento de métodos que possibilitassem o estudo do presente. O jornalismo histórico⁸⁰, as biografias históricas e a História Oral são alguns destes principais métodos. No próximo tópico discorro sobre quais as contribuições que a História Oral tem a dar para o estudo do Tempo Presente.

História Oral

Para as epistemologias genéticas a relação entre o “sujeito” e o “objeto” deve ser observada por intermédio duma dinâmica progressiva: uma relação sempre em movimento onde

⁸⁰ Os jornalistas estiveram entre os primeiros a produzir sistematicamente sobre o presente. Nas palavras de Chauveau: “De certa maneira, ela (a história do presente) é mesmo filha da imprensa” (1999, 22).

um estabelece novas questões ao outro (JAPIASSU, 1979, 28). É desta forma que a História Oral desponta como um método (uma técnica? Uma teoria?) que trabalha diretamente com o imediato do presente, focando na produção de um conhecimento histórico que tem como fonte os próprios produtores do Real, uma historiografia sem mediação, imediata, em face às problemáticas apresentadas no tópico anterior. Sendo assim, este tópico tem por intuito a discussão das possibilidades e desafios da História Oral para o estudo do Tempo Presente.

Gerada fora dos muros da academia, a História Oral estava associada a entrevistas de personalidades da época como artistas, políticos famosos e empresários de sucesso. Mas sua utilidade para enxergar questões no âmago do imediato do presente logo a levou a ser utilizada de outras variadas formas. Coincidindo o seu surgimento com as lutas por direitos civis das comunidades negras estadunidense, não demorou para ser usada na produção de uma “história vista de baixo”. Desde então, a História Oral vem despertando o interesse da comunidade acadêmica, apesar de ainda ser ignorada por alguns segmentos da academia, vem se mostrando eficaz para o estudo do tempo presente, para a produção de biografias históricas e para dar voz e significado a comunidades, a grupos e a indivíduos que estão à margem da historiografia. Para Marieta de Moraes Ferreira, pesquisadora e autora de obras sobre o tema, as constantes críticas que a História Oral sofreu e sofre por parte de muitos historiadores incentivam os oralistas a produzir uma historiografia que se encontra em permanente estado de reflexão no que diz respeito ao seu modo de funcionamento. Ainda segundo Ferreira, não é difícil de se detectar na História Oral “um potencial de pesquisa extremamente rico” (2002, 327) e divide, de modo geral, o uso da História Oral por meio de duas linhas de trabalho. A primeira delas faz uso dos procedimentos da História Oral para preencher vazios deixados pelas fontes de documentação escrita. Esta linha de trabalho foi largamente difundida, em especial, pelos Annales (AVELAR, 2010, 158): a História Oral mantendo uma relação com a História que lembra a da substituta com a prima-dona – ópera na qual se a estrela (o documento escrito) por algum motivo se ausentar, sua substituta (a oralidade) assume o palco, usando a analogia de Gwyn Prins (1992).

A segunda linha de pesquisa apontada por Ferreira é a que concebe a História Oral como autônoma, possuidora de suas próprias problemáticas, métodos, discussões e “objetos” – esta linha vejo com maior potencial para o estudo do Tempo Presente. Defendendo a autonomia da História Oral, estes oralistas se debruçam em uma abordagem que “privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre história e memória, buscando realizar uma discussão mais refinada sobre o uso político do passado” (2002, 328). Deslocando o “centro das atenções” para um narrador, por exemplo, a História Oral garante a integralidade

da narrativa daquele indivíduo, garantindo que as suas experiências de vida sejam narradas com a menor interferência possível. É uma libertação da narrativa onde ela possa ser criada com sua própria lógica interna, sua própria temporalidade, suas próprias perspectivas – a perspectiva daquele que narra sua vida através de suas concepções de mundo e de suas concepções sobre sua própria vida. Deste modo, o “objeto” da pesquisa assume a posição de sujeito da atenção do oralista. O propósito não é o de tornar o narrador apenas em um documento, apenas em um dado, apenas em um depoimento – mas de dar limpidez ao imediato do presente, que é a matéria prima da História Oral, que é o tempo onde este indivíduo pensa, cria e narra suas vivências; apreendendo, assim, numa melhor forma, como desdobramos o nosso presente, como concebemos as relações que este narrador faz entre si e o mundo que o cria e que, ao mesmo tempo, é criado por sua narrativa. Em outras palavras, garante uma determinada “anulação” do papel do oralista enquanto sujeito da ação, e garante também que aquele indivíduo seja visto enquanto a singularidade que é – propostas que agradariam Michel Foucault e sua “arqueologia do saber” (2008).

Conclusão

O Brasil foi formado, ao longo de séculos, por populações oriundas de muitos lugares do mundo. Descendentes de muitos povos fazem parte disto que chamamos brasileiro. Em contrapartida, o estado de Alagoas registra pequenos índices de processos imigratórios. Tendo em vista a predileção dos imigrantes por condições semelhantes às de seus países de origem, a grande maioria dos europeus se instalou ao sul do Brasil. Portanto, é necessário pensar processos imigratórios para Alagoas, ainda que sejam em pequenos números – principalmente por serem em pequenos números. Este é um dos pressupostos base para o projeto *Giorno e Notte: Vivências de um imigrante italiano*, tendo como narrador Riccardo Canesi, que imigrou para o Brasil em 1991, e se instalou em Maceió no ano seguinte.

As discussões em torno dos textos propostos à disciplina “Teoria: História Cultural” me levaram a considerações, leituras e reflexões que ampliaram ainda mais as possibilidades de realização do projeto. Especialmente as discussões envolvendo História Oral e Biografia, tendo como base os textos da já citada Marly Silva da Motta, da Marieta de Moraes Ferreira, Mary Del Priore. Meu projeto é fruto também da articulação de dois métodos: História Oral e Ego-história – chamados de *Ego-história Oral*. Sendo nosso narrador ele mesmo um historiador formado, pela UFAL, se abriu a possibilidade de este realizar uma análise da sua própria narrativa

sob uma perspectiva histórica. As leituras que abordam a Biografia foram, portanto, de grande utilidade. Assumindo a indicação feita por Alexandre de Sá Avelar (2010, 161), busco fazer uso da Biografia como forma de “experimentação”, compreender como que por meio dela pode ser produzido um conhecimento que diga respeito aos processos imigratórios para Alagoas.

Mas não apenas o que envolveu a História Oral foi determinante para a pesquisa. Os textos de Michel de Certeau, por exemplo, tiveram grande influência no sentido de fazer repensar questões tão caras para o historiador como o seu lugar social. Para Certeau, a História tem por função identificar as “mudanças” sociais. Em outras palavras, o autor diz que a História “se recorta (e se define)” com o propósito de combinar discursos que “remetem à regras comuns de diferenciação” (1982, 49). Para que isto seja possível, o autor apresenta características intrínsecas ao historiador e à historiografia. O lugar social do historiador tem forte influência sobre as preferências destes, sobre quais ferramentas de análise ele utiliza, sobre quais as conclusões que ele chega e sobre quem ele escreve. Michel Foucault, que também fez parte da bibliografia proposta, teve igualmente forte influência para repensar o projeto. Embora já o conhecesse, discutir Foucault é sempre um desafio. O debate sobre sua “Arqueologia do Saber” foi decisivo para que eu pudesse ver com ainda mais profundidade questões quanto ao narrador da minha dissertação. Buscar compreender sua narrativa como uma narrativa única que aborda discursos datados e muitas vezes impossíveis de serem relacionados (apesar de estarem relacionados dentro da lógica do narrador), é buscar entender como se deram suas relações com todas as memórias por ele selecionadas e narradas que, juntas, formam “sua vida”.

Sendo assim, busquei apresentar quais as principais inquietações que me envolveram durante as aulas, leituras e debates nestes últimos meses. Longe de buscar escrever, aqui, uma vasta genealogia do Tempo Presente e da História Oral, busquei discutir rapidamente quais os contextos do (re)surgimento do Político para a historiografia dominante, busquei também apresentar como isto foi determinante para o que o Tempo Presente conseguisse mais atenção da parte dos historiadores, discutindo quais as principais possibilidades do uso da História Oral para o estudo do presente, articulando tudo isto à minha pesquisa de mestrado. A narrativa de Canesi representa a possibilidade do estudo de novas formas de processos imigratórios para a Alagoas, para o Brasil. Não atendendo a nenhuma das características básicas do perfil dos imigrantes (jovem, pobre, em busca de melhores condições de subsistência, pouco letrado e que busca construir uma nova vida no país em que foi acolhido), vem para o Brasil em busca de uma vida completamente diferente da que cultivou na Itália, mas sem perspectivas de enriquecimento, sem perspectivas de retorno, aos 48 anos de idade, aposentado, viúvo. A narrativa de Canesi abre novas

possibilidades para se pensar não apenas os processos imigratórios de italianos para o Brasil, mas também o perfil destes novos imigrantes italianos e quais as condições que se alteraram para que se tenha havido também alteração no perfil daquele que imigra. Afinal, “uma vida pode contar outras tantas” (DEL PRIORE, 2009, 10). A sociedade alagoana também é formada por imigrantes, em maior ou menor número. É imprescindível se pensar a vivência do imigrante como meio de compreensão da realidade histórica do estado, assim como do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, Verena. Ferreira, Marieta de Moraes. Fernandes, Tania Maria (orgs.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- Avelar, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da história: Possibilidades, limites e tensões**. Dimensões/UFES, vol. 24, 2010, p. 157-172.
- Bachelard, Gaston. **A Poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Barros, José D'Assunção. **Teoria da História: Princípios e Conceitos Fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- Burke, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- _____. **A Escola dos Annales: A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- Caldas, Alberto Lins. **Nas Águas do Texto: Palavras, Experiência e Leitura em História Oral**. Porto Velho: Edufro, 2001.
- _____. **Experiência e Narrativa: Uma Introdução à História Oral**. Maceió: Edufal, 2013.
- _____. **Espaço e Oralidade**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.
- Cardoso, Ciro Flamarion. Vainfas, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaio de teoria metodológica**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- Certeau, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- Chauveau, Agnès. Tétart, Philippe. **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.
- Ferreira, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, Ano 3, nº 5, 2002, p. 314-332.
- Fogel, Gilvan. **Conhecer é Criar: Um Ensaio a Partir de Friedrich Nietzsche**. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005.
- Foucault, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Halbwachs, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- Japiassu, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- Le Goff, Jacques (org.). **História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3 vol., 1976.
- _____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- Marques, Antônio. **A Filosofia Perspectivista de Nietzsche**. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- Marrou, Henri-Irénée. **Sobre o Conhecimento Histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Meihy, José Carlos Sebe Bom. **Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida**. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. **Manual de História Oral**. Loyola: São Paulo, 1996.
- _____.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral - Como Fazer Como Pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- Motta, Marly Silva da. **O relato biográfico como fonte para a história**. Vidya, Santa Maria (RS), nº 34, p. 101-122, jul./dez. 2000.

- Nora, Pierre. **Entre memória e História: A problemática dos lugares**. Projeto História, PUC/SP, 1993.
- Prins, Gwyn. **História Oral**. In: Burke, Peter (org.). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- Priore, Mari Del. Biografia: **Quando o indivíduo encontra a história**. Topoi, Rio de Janeiro, Ano 10, nº 19, 2009, p. 7-16.
- Rodrigues, J. P. **Diálogos entre História e Memória: A construção de um campo interdisciplinar de estudos**. In: Silva, Vicentônio R. N. História: Diálogos e Paradigmas. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

Guerra e Conflito Social no século XIV: A Jacquerie (1358) e a Revolta Camponesa de 1381

Ives Leocelso Silva Costa⁸¹

Resumo: O século XIV foi marcado por numerosos enfrentamentos bélicos, dentre os quais se destaca a série de confrontos coletivamente chamados de Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Esta comunicação irá abordar duas insurreições ocorridas neste contexto: a *Jacquerie*, acontecida na França em 1358, e a Revolta Camponesa de 1381, na Inglaterra. Por meio de revisão bibliográfica e de análise de fontes, dentre as quais destacam-se as *Crônicas* de Jean Froissart e a *Chronica Maioria* de Thomas Walsingham, pretende-se analisar o papel da guerra na origem e disseminação destas revoltas, assim como na formação e conduta de seus agentes. Desta forma, buscaremos demonstrar o profundo impacto político e social da condução da guerra na Baixa Idade Média.

Palavras-chave: Guerra. Revoltas. Baixa Idade Média.

Introdução

O século XIV foi um período conturbado na História da França e da Inglaterra. Ambos os reinos foram marcados por crises e transformações sociais, pela primeira grande irrupção de Peste Negra na Cristandade e pelo sempre presente espectro da guerra.

A Guerra dos Cem Anos (1337-1453), com suas diversas tréguas e hiatos alternando-se com fases de pesado engajamento, produziu inúmeras consequências para além dos campos de batalha: ergueu e derrubou reis, transformou a forma medieval de organização da guerra e provocou a eclosão de movimentos sociais, muitas vezes violentos, protagonizados por homens comuns. Recrutados como arqueiros e infantas, cooptados para trabalhar e servir nas empreitadas bélicas, ou mesmo expulsos de suas terras pelos ataques e incêndios dos inimigos, os aldeões estiveram nas linhas de frente do confronto e foram por ele transformados (ROGERS, 1993; 1999).

Esta experiência coletiva contribuiu para o maior engajamento político das classes populares, que foram ganhando consciência de sua relevância dentro da sociedade medieval. É decorrente disso o empoderamento da Câmara dos Comuns e do Parlamento na Inglaterra, que teria um papel cada vez maior na tributação e regulamentação dos gastos da Coroa. Na França, ocorreram as primeiras reuniões dos Estados Gerais, com a nascente burguesia obtendo

⁸¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS). Bolsista CAPES/DS. Integrante do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS). E-mail: ivesleocelso@gmail.com.

destaque crescente. Por outro lado, foram muitas as insurreições de camponeses e cidadãos revoltosos com a dominação senhorial.

Para os propósitos deste trabalho foram elencadas duas rebeliões famosas: a *Jacquerie* de 1358 e a Revolta Camponesa de 1381. Ambas serão abordadas com o auxílio de bibliografia especializada e por meio da análise de fontes, destacando-se as *Crônicas* de Jean Froissart e a *Chronica Maioria* de Thomas Walsingham. Consideramos que, apesar de sua curta duração, ambas permitem estabelecer um diálogo entre guerra e conflito social no contexto anglo-francês no século XIV.

A *Jacquerie* (1358)

A derrota da monarquia francesa na Balha de Poitiers (1356), que resultou na captura do rei João II pelos ingleses, trouxe um período de perturbação civil para o reino. O rei Carlos de Navarra, genro de João II, disputava a autoridade com o Delfim, o príncipe herdeiro. A aristocracia estava, então, dividida, e partidários de cada príncipe revezavam-se atacando fortalezas e vilas pertencentes a seus adversários (FIRNHABER-BAKER, 2016a).

Para os aldeões, havia pouca diferença entre os bandos armados que pilhavam e destruíam as propriedades rurais. Este estado geral de insegurança, além da cobrança de corvéias – serviços gratuitos principalmente no reparo de estradas e castelos - por ambos os lados em conflito, gerou um estado de ressentimento por parte do campesinato, que, primeiro em pequenos grupos, depois de forma organizada, se insurgiu contra a aristocracia (SUMPTION, 1999; FIRNHABER-BAKER, 2016b).

A *Jacquerie*, ou rebelião dos Jacques – termo pejorativo para os homens do campo - explodiu na região de Beauvaisis, uma área rica de camponeses livres que, ainda não afetada pelas devastação que a guerra provocara em regiões próximas, temia entrar no caminho da destruição. De forma espontânea, os camponeses tomaram armas contra seus senhores. Segundo Jonathan Sumption (1999, p. 328, tradução nossa): “Imensas multidões de homens sem líderes se espalharam pela região atacando castelos e solares da nobreza”⁸².

Para o cronista Jean Froissart, seu objetivo nada mais era do que subverter a ordem social: “Eles acreditavam que por tais meios poderiam destruir todos os nobres e fidalgos do

⁸² Huge crowds of leaderless men spread through the region attacking castles and manors of the nobility

mundo, de forma que não existisse mais nenhum deles....”⁸³ (FROISSART, 1968, p. 153, tradução nossa).

Liderados por Guillaume Cale, um camponês rico que organizou os insurgentes em um exército de cerca de 5.000 homens, diversos membros da pequena nobreza e da aristocracia vilã foram atraídos para a causa. Acreditamos, na linha de Firnhaber-Baker (2016a), que estes eram homens mais acostumados à prática das armas e, possivelmente, possuidores de alguma experiência militar.

Não se percebe, contudo, ao menos a princípio, um objetivo claro para as ações dos revoltosos, que pareciam mais preocupados com a vingança da opressão senhorial. Após uma breve tentativa de aliança com os “revolucionários” partidários de Carlos de Navarra que haviam tomado o controle da cidade de Paris no mesmo período, os Jacques foram derrotados pelo próprio rei. Sob uma bandeira de trégua, Guillaume Cale foi capturado e executado, pois, segundo Sumption (1999, p. 333), o rei não devia obrigações a um camponês, independente de ter dado ou não a sua palavra.

Finda a rebelião, a aristocracia realizou extensas campanhas de punição, massacrando vilas inteiras pela mera suspeita de que algum de seus habitantes haviam participado ou colaborado com os revoltosos. É notório que as rivalidades foram então postas de lado: mesmo nobres que haviam combatido pelos ingleses em Poitiers colaboraram com a perseguição aos camponeses (SUMPTION, 1999).

A Revolta Camponesa de 1381

Após a eclosão da Peste Negra em 1346, a necessidade de mão-de-obra levou a um aumento dos salários e da migração de camponeses entre senhorios na Inglaterra. Diante disto, o governo aprovou medidas restritivas – dentre as quais destaca-se o Estatuto dos Trabalhadores de 1351 – que fixavam os servos na terra e estabeleciam um valor fixo para a remuneração. A impopularidade destas medidas, somadas ao aumento da taxaço para o financiamento da guerra na França durante a regência de João de Gaunt (1374-1377), provocou um movimento em massa dos camponeses, principalmente nas regiões de Essex e Kent (BARKER, 2014; SUMPTION, 2011).

A Revolta de 1381 caracterizou-se, desde o princípio, por um programa político-ideológico radical, personificado na figura de seus líderes Wat Tyler, Jack Straw e,

⁸³ They thought that by such means they could destroy all the nobles and gentry in the world, so that there would be no more of them....

especialmente, o padre John Ball. Em discurso atribuído a Ball, Froissart (1968, p. 212, tradução nossa) afirma:

De que maneira estes a quem chamamos de senhores são mestres superiores a nós mesmos? Como eles fizeram por merecê-lo? Por quê nos mantêm em servidão? Se todos saímos de um mesmo pai e mãe, Adão e Eva, como eles podem clamar ou provar que eles são senhores mais do que nós, exceto fazendo-nos produzir e cultivar a riqueza que eles gastam?⁸⁴

Em sua *Chronica Maiora* (2005, p. 120-121, tradução nossa), Thomas Walsingham, descreve a rebelião da seguinte forma:

Pois em Essex os camponeses, a quem chamamos ‘vilãos’ ou ‘servos’, junto com outros conterrâneos lá, realizando um empreendimento além de suas forças e tendo esperança de submeter todas as coisas à sua estupidez, reuniram-se em grandes números e começaram a se revoltar com o intuito de ganhar sua liberdade.⁸⁵

Entre os “conterrâneos” referidos por Walsingham encontravam-se *reeves*, bailios, condestáveis e proprietários ricos, membros da pequena aristocracia rural que se identificavam com a causa camponesa (SUMPTION, 2011).

Os revoltosos atuavam de forma organizada, havendo grande probabilidade de que em seus números houvessem soldados experientes das campanhas do outro lado do Canal da Mancha. Afinal, os arqueiros que eram a fonte do poderio inglês na primeira fase da Guerra dos Cem Anos eram recrutados nas vilas e pequenas cidades (ROGERS, 1993; 1999). O próprio Wat Tyler teria sido arqueiro (FROISSART, 1968).

Os rebeldes marcharam para Londres, onde foram bem recebidos pela população e pressionaram o jovem rei Ricardo II a aceitar seus termos, principalmente a abolição da servidão. Os camponeses agiram como um verdadeiro exército, de forma coordenada: não realizaram saques ou depredações às propriedades dos cidadãos, mas destruíram metodicamente o palácio de João de Gaunt, que estava então na fronteira norte do reino – sem levar nada de suas riquezas. Os insurgentes acreditavam que o rei havia sido mal aconselhado e responsabilizaram seus ministros pelos tributos e imposições. Idealizavam um reino onde, abaixo do rei, não houvessem distinções, desejando o fim da aristocracia (BARKER, 2014;

⁸⁴ In what way are those whom we call lords greater masters than ourselves ? How have they deserved it ? Why do they hold us in bondage ? If we all spring from a single father and mother, Adam and Eve, how can they claim or prove that they are lords more than us, except by making us produce and grow the wealth which they spend?

⁸⁵ For in Essex the peasants, whom we call ‘villeins’ or ‘bondsmen’, together with the other countrymen there, taking on an enterprise beyond their strength and having hopes of subjecting all things to their stupidity, massed together in great numbers and began to revolt in order to gain their freedom.

SUMPTION 2011). É perceptível a indignação de Walsingham: “Homens que haviam sido servos do mais baixo tipo entravam e saíam como senhores, e cuidadores de porcos, que não eram nem cuidadores de porcos dos cavaleiros, mas dos camponeses, ditavam as regras a cavaleiros”⁸⁶ (THE CHRONICA MAIORA, 2005, p. 125).

A princípio, Ricardo II aceitou realizar a libertação dos servos e emitiu cartas de perdão para aqueles que haviam se rebelado. Isto fez com que muitos dos camponeses abandonassem as armas. Posteriormente, contudo, o rei rescindiu as ofertas, utilizando como justificativa o massacre de oficiais reais por um segmento dos rebelados enquanto ocorriam as negociações. Atribui-se a Ricardo II a fala de que não só os camponeses permaneceriam em servidão, como conheceriam uma mais dura que a anterior. Apesar disso, após a supressão da rebelião a Coroa reduziu o esforço de guerra, diminuindo por consequência a taxaço, e entrando num longo período de trégua com a França (BARKER, 2014; SUMPTION, 2011).

Guerra e Conflito Social

Jean Froissart e Thomas Walsingham, escritores ligados à aristocracia, viam claramente com maus olhos os movimentos populares que retrataram. Froissart (1968), o cronista da cavalaria por excelência, via na plebe revoltosa da *Jacquerie* nada além de um mal social, sobre o qual a nobreza guerreira inevitavelmente triunfaria. Walsingham (2005) enxegou na Revolta de 1381 uma afronta à ordem social, divinamente estabelecida, e, portanto, fruto da ignorância e fadada ao fracasso.

Apesar de sua curta duração – a *Jacquerie* durou pouco mais de um mês e a revolta camponesa na Inglaterra cerca de seis – estes movimentos são emblemáticos dos conflitos sociais que se manifestaram no século XIV. Em sua causa encontram-se as consequências diretas e indiretas da guerra prolongada, com seus profundos impactos políticos, econômicos e sociais.

Os triunfos dos rebeldes em tomar fortalezas e mesmo grandes cidades demonstra, conforme já ressaltava Fitz (1998), o papel crucial da infantaria na guerra medieval. Apesar da cavalaria ocupar o lugar de prestígio, sem peões poucas operações militares podiam ser realizadas. Do mesmo modo, fica demonstrada a capacidade bélica dos camponeses, que muitos deles com pouco ou nenhum treino e parcamente equipados, podiam se tornar uma força temível, desde que bem organizados e liderados. É importante também recordar que, ainda que

⁸⁶ Men who had once been serfs of the lowest sort went in and out like lords, and swineherds, who were not even the swineherds of the knights but of the peasants, laid down the law to knights.

a guerra fosse o domínio da aristocracia, durante todo o período medieval haviam obrigações militares comuns a todos os homens aptos, principalmente para o caso de defesa (CONTAMINE, 1980).

Específico ao contexto da Guerra dos Cem Anos foi a “popularização” da prática da guerra, com o recurso crescente a soldados de infantaria – armados de lanças, piques e outras armas de haste – arqueiros e até mesmo cavaleiros não-nobres. Esta entrada cada vez maior das classes populares nas linhas de frente foi, segundo Rogers (1993), um dos elementos fundamentais da passagem dos exércitos medievais para os exércitos modernos.

Também foi um dos causadores do aumento da mortandade, pois os homens comuns não seguiam os princípios da cavalaria – que prezavam a captura para posterior resgate e não a morte do inimigo. A eles não era oferecida misericórdia e eles retribuía de igual forma. Isto pode ajudar a compreender a fala, de outro modo claramente exagerada, de Froissart (1968, p. 151, tradução nossa), ao dizer sobre os Jacques que “seus atos bárbaros foram piores do que qualquer coisa que jamais ocorrera entre os Cristãos e os Sarracenos”⁸⁷.

Por outro lado, é importante destacar que os camponeses e servos não agiram sozinhos, mas contaram com o suporte da aristocracia local, pequenos senhores e proprietários ricos, que se identificavam mais com sua causa do que com a alta aristocracia, e sem os quais dificilmente teriam atingido o grau de sucesso – militar se não político – de que foram capazes.

Conclusão

A Guerra dos Cem Anos, por sua natureza prolongada e pelo grande número de territórios afetados causou envolvimento direto ou indireto de praticamente todos os segmentos da sociedade anglo-francesa no século XIV. Ataques afetavam a produção e a circulação de mercadorias, derrotas traziam perda de prestígio às casas reais e vitórias proporcionavam oportunidades de ascensão social. Os camponeses estavam envolvidos na guerra, ora como mão-de-obra no trabalho de fortificações e operações de abastecimento, ora como soldados, ora como vítimas que viam suas plantações queimadas e seu gado roubado.

Fosse pelo aprendizado no campo de batalha, fosse pelo ressentimento diante da tributação e da dominação senhorial, este período ocasionou o surgimento de homens dispostos a tomar armas para contestar a ordem social. A *Jacquerie* e a Revolta Camponesa de 1381 são movimentos emblemáticos deste contexto, e esperamos, por meio de sua análise, ter

⁸⁷ Their barbarous acts were worse than anything that ever took place between Christians and Saracens.

demonstrado a profunda relação entre guerra e conflito social na França e na Inglaterra do século XIV.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

FROISSART, Jean. **Chronicles**. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968.
THE CHRONICA MAIORA OF THOMAS WALSINGHAM, 1376-1422. Trad. David Preest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

Obras Consultadas

BARKER, Juliet. **1381: The Year of the Peasants' Revolt**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

CONTAMINE, Philippe. **War in the Middle Ages**. New York: Barnes & Noble, 1998.

FIRNHABER-BAKER, Justine. The Eponymous Jacquerie: Making revolt mean some things. In: _____.; SCHOENAERS, Dirk (orgs.). **The Routledge History Handbook of Medieval Revolt**. London: Routledge, 2016a. p. 55-75.

_____. Soldiers, Villagers and Politics: Military Violence and the Jacquerie of 1358. In: PÉPIN, Guilhem et al. (orgs.). **Routiers et Mercenaires pendant la Guerre de Cent Ans**. Bourdeaux: Ausonius, 2016b. p. 101-114.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea**. Madri: Arco Libros, 1998.

ROGERS, Clifford J. The Age of The Hundred Years War. In: KEEN, Maurice (ed.). **Medieval Warfare: A History**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 136-160.

_____. The Military Revolutions of the Hundred Years' War. **The Journal of Military History**, Lexington, v. 57, p. 1-33, 1993. Disponível em: <<http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SUMPTION, Jonathan. **The Hundred Years War v. II: Trial by Fire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

_____. **The Hundred Years War v. III: Divided Houses**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

Um processo de Defloramento como Lugar de Memória

Jôycimara Ferreira Barreto

Graduada em História Pelo Centro Universitário AGES/Paripiranga em 2016.
Pós-Graduação em Gestão Escolar, 2018 pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI.
Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Alagoas, 2018. Bolsista pela FAPEAL- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

Resumo: O referido artigo tem como objetivo analisar um processo crime sobre defloramento na cidade de Aracaju no ano de 1920 e a sua relação com a memória. No desenvolvimento do texto é possível encontrar alguns conceitos que irão definir estas questões. Assim, na análise deste processo é possível encontrar nos depoimentos das testemunhas, “vítima” e acusado elementos que seriam características da memória. Com isso, torna-se possível uma reflexão sobre essas questões, visando a contribuição de teóricos como Halbwachs e Le Goff. O documento que será analisado vai partir de um acontecimento envolvendo uma menor com oito anos de idade e um acusado com trinta e cinco anos de idade. Através desta análise é possível perceber as relações que existiam entre a criança e o acusado e a preocupação da família em reparar o crime ocorrido. Com isso, busca-se refletir sobre os elementos que constituem o processo relacionando com os conceitos de memórias. Para entender sobre os crimes de defloramento um elemento que ajuda no julgamento do processo é o exame do corpo de delito, onde o mesmo traz características próprias do defloramento definindo se este ocorreu ou não na examinada. Além de trabalhar com os conceitos de memória coletiva, também notaremos são importantes fontes de pesquisa para entender determinado acontecimento.

Palavras-chave: Defloramento. Memória. Processo Crime.

Algumas pessoas da sociedade dizem que a primeira vez de uma mulher precisa ser especial, ser romântica, pois ficará marcada em suas memórias durante toda a vida. Na realidade, nem tudo se concretiza como o sonhado, muitas mulheres guardam em suas lembranças esse momento como um pesadelo de ter que expor para sociedade que sua relação sexual não ocorreu como o planejado. Ter que voltar ao tempo para recordar acontecimentos que deixaram marcas nas vidas de muitas meninas que sonhavam com um momento especial são lembranças guardadas em processo.

Pensar na sociedade sergipana no início do século XX relacionando ao comportamento que as mulheres deveriam ter para serem consideradas mulheres honestas e de família, a perda da virgindade antes do casamento caracterizava como uma mulher de vida fácil, mulher que não estaria sujeita a constituir uma família. Assim, as jovens que tiveram sua honra perdida antes do ato matrimonial procuravam reparar o “erro” levando a queixa até a delegacia local com o objetivo de o acusado casar-se com a mesma. Após a denúncia e a investigação do processo, são colocadas a análise todas as memórias não somente da deflorada, mas as

memórias coletivas de todos que constituem o inquérito. Sobre memórias coletivas Halbwacs traz uma definição interessante sobre este aspecto.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas não são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nos vimos. É porque em realidade, nunca estamos só. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.⁸⁸

Halbwacs em sua definição sobre o que seria memória coletiva diz que a mesma está ligada diretamente ao contexto social, sendo assim, essas que aparentemente pareceriam como memórias somente individual apresentam características de memória coletiva porque um sujeito nunca está só, outros elementos “invisíveis” também fizeram parte. Por exemplo, o caso de defloração da menor que será discutido neste artigo não poderia segundo o autor ser considerado uma memória somente individual, porque na relação sexual entre a deflorada e o acusado tinham outros indivíduos que também fizeram parte daquela memória.

Partindo da perspectiva de Halbwacs sobre toda memória ser considerada coletiva e ser evocada por outras pessoas, uma vez que para ele nunca estamos sós contribuiu para entender não somente o papel da memória, mas, para compreender as relações de lembranças e depoimentos que constituem um processo crime. Assim, o autor ajuda a analisar com detalhes os relatos e histórias contadas pelas testemunhas, como também pelo acusado e deflorada.

Com isso, analisaremos um processo crime que se definiu como defloração ocorrido na cidade de Aracaju no ano de 1920.⁸⁹

Às duas horas da tarde de terça-feira, a senhora Madalena⁹⁰ chegou até à delegacia da cidade de Aracaju com o objetivo de realizar uma denúncia de defloração da sua filha com apenas oito anos de idade. A mãe, solteira, trabalhava na roça para sobreviver, não sabia ler nem escrever, morava em uma casa de palha em terras alheias e tinha oito filhos, assim, não permitiria que uma criança tivesse sido deflorada e exigia que o acusado pagasse pelo crime.

Em um processo crime são levantadas todas as provas que definem se o crime ocorreu ou não, testemunhas são importantes elementos para julgamento final do acusado. Quando a queixa é levada até à delegacia e se inicia o processo, é necessário realizar um exame de corpo de delito para definir se o defloração ocorreu ou não na jovem. No caso desde processo foram

⁸⁸ HALBWACS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990. p. 26.

⁸⁹ Processo Crime. **Defloração**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, nº geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920. Arquivo Judiciário de Sergipe.

⁹⁰ Por se tratar de processo contra a honra sexual do ano de 1920 o nome Madalena é um pseudônimo (fictício) para representar a mãe da vítima do crime de defloração.

reveladas através do exame as seguintes características da menor: a vagina da criança ainda sem pelos apresentava grandes lábios de coloração rosa, o hímen estava intacto e não ocorreu ruptura. A vagina estava normal não indicando introdução de nada, nem da ponta do dedo. O anus e o artifício lateral estavam intactos. No autoexame não havia vestígio de violência. Não existia resposta positiva ou negativa de qualquer vestígio. Sendo assim, através do resultado do exame de corpo de delito eram analisadas as testemunhas junto com seu depoimento para verificação se o crime ocorreu ou não. De acordo com Boris Fausto:

O exame de corpo de delito introduz o saber técnico em um grau só encontrado nos raros casos em que se apela para a psiquiatria. As conclusões do exame tomam a forma de respostas a questionários, em que a especialização se instaura ao longo dos anos: questionários específicos para os defloramentos, para as violências carnavais em geral para os atos de pederastias. Como se costuma dizer, o saber técnico não é neutro. Nos defloramentos, os peritos devem esclarecer se o fato ocorreu, se é recente ou remeto.⁹¹

O exame de Corpo de delito é fundamental nos processos de defloramento. Neles é possível descobrir características próprias deste crime, por exemplo, se o hímen foi rompido recentemente, se houve agressão ou resistência da jovem, se a mesma era ou não virgem quando levou a denúncia até a delegacia. Assim, Boris Fausto traz em seu livro *Crime e Cotidiano* um capítulo retratando sobre defloramentos, onde contribuiu para entender não somente sobre esses ocorridos, mas, também sobre as relações entre a jovem deflorada e o acusado.

A primeira testemunha deste processo foi a senhora Madalena, mãe da menor deflorada com idade de oito anos. Em seu depoimento contou que morava em um lugar chamado Barra dos Coqueiros na cidade de Aracaju e que o acusado do crime também residia neste mesmo local. Se recordou do lugar em que ocorreu a tentativa de defloramento, lugar este que ficava próximo à sua roça e que a menina sempre ia levar comida para os animais. Este lugar agora, estaria sujeito a fortes lembranças não somente da criança que sofreu o atentado ao defloramento, mas também da mãe da menina e do acusado.⁹²

Os lugares de memória são fortes fontes de pesquisa para se compreender determinado acontecimento. Lá, nesses lugares, as pessoas recordam detalhes que muitas vezes preferem esconder ou esquecer. Com isso, Pierre Nora traz um pouco sobre as memórias em diferentes lugares.

⁹¹ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). Boris Fausto. 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 203.

⁹² Processo Crime. **Defloramento**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, n° geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920. Arquivo Judiciário de Sergipe.

Nada impede, em contrapartida, no interior do campo, que se imaginem todas as distribuições possíveis e todas as classificações necessárias. Desde os lugares mais naturais, oferecidos pela experiência concreta, como os cemitérios, os museus, e os aniversários, até os lugares mais intelectualmente elaborados, dos quais ninguém se privará; não somente a noção de geração, já evocada, de linguagem, de “região memória”, mas aquela de “partilhas”, sobre as quais estão fundadas todas as percepções do espaço francês, ou as de “paisagem como pintura” imediatamente inteligível, se pensamos particularmente em Corot ou em Sainte-Victorie de Cézanne. Se insistimos sobre o aspecto material dos lugares, eles próprios se dispõem num vasto degradê.⁹³

Os lugares de memória são importantes espaços que ajudam a entender determinados acontecimentos. Muitas vezes eles estão nas entrelinhas, mas estão presentes e podem ser analisados para entender um contexto ou fato social. Pierre Nora traz o sentido de Lugar de memória definindo em vários conceitos podendo está em elementos concretos, abstratos, simbólicos. Mesmo os simples espaços, como um espaço de arquivos, como ele citam o exemplo, constituem memória. Assim, esses lugares para Nora são uma construção histórica que servem como fonte para entender um acontecimento social.

Assim, a ideia sobre os diferentes espaços de memória que Pierre Nora trás acabou contribuindo para compreender e analisar cuidadosamente os espaços em que ocorreram os crimes de defloramento e também os arquivos públicos e judiciários onde se encontram os processos crimes. Pensar nesta perspectiva de Nora contribuiu para uma nova visão sobre os diferentes espaços de memória visando a relação sexual na qual ocorreu o crime contra a honra.

No decorrer no depoimento da mãe da deflorada contou que a criança foi chamada para um local distante, onde não passava muitas pessoas, a criança inocente seguiu com o rapaz que se ajoelhou no chão e uniu seu corpo ao da criança colocando a menina de lado e levantando a sua saia procurando todos os meios para introduzir seu pênis na vagina da criança. Lembrou a mãe, que a menina chegou em casa toda assustada e desfigurada, teve frio e febre durante toda a noite, disse que a menina nada contou por que o rapaz lhe prometeu muitas coisas, dentre elas um vestido para a festa de Santa Luzia e uma corrente. Dois dias depois a criança contou para sua mãe o que tinha acontecido provocando na genitora um sentimento de justiça onde levou a queixa até a delegacia, disse que não sabe se a criança foi deflorada porque não a examinou.⁹⁴

No relato da mãe da menina percebemos que a mesma julgava a criança inocente, que não sabia o que poderia acontecer se saísse sozinha com o rapaz para um lugar distante, porém,

⁹³ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista da PUC-São Paulo, N.10, DEZ. 1993. p. 26.

⁹⁴ Processo Crime. **Defloramento**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, nº geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920. Arquivo Judiciário de Sergipe.

quando a menina chegou em casa assustada e desfigurada a mãe não procurou saber o que poderia ter ocorrido no caminho entre a roça e a sua casa. Disse que não a examinou a menina e que não sabe se a mesma foi deflorada. A criança a princípio não contou nada sobre o caso porque iria ganhar um vestido, que talvez pela condição da família não poderia ou não teria uma roupa nova para usar no evento que se aproximava fazendo a criança se calar diante o ocorrido.⁹⁵

Após o depoimento de Madalena foi analisado o testemunho do acusado pelo crime. Um homem com trinta e cinco anos de idade, casado, sabia ler e escrever, residente na Barra dos Coqueiros à dois anos. Em sua fala contou que conhecia a menina que era sua vizinha, negou toda a denúncia feita pela mãe da criança dizendo que não a deflorou, que a senhora Madalena estava mentindo sobre o ocorrido, que se isso fosse verdade já teria tomado um tiro de seus parentes, pois era o que merecia, disse que não prometeu nada à moça, negou todas as denúncias. Diante do depoimento do acusado, será que o mesmo cometeu o delito? Quem estaria falando a verdade? Este crime seria mesmo um crime de defloramento?⁹⁶

Segundo a análise do exame do corpo de delito é notável que não ocorreu nenhum rompimento do hímen, que ocasionaria a perda da virgindade de uma mulher. No entanto, isso não significa que não houve tentativas para deflorar a menor. Por algum motivo o acusado preferiu calar-se diante do ocorrido negando a denúncia realizada. Sobre o silenciamento ou esquecimento das memórias Michael Pollak traz a seguinte questão.

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de arriscar a um mal-entendido sobre essa questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?⁹⁷

Quando Pollak aborda que esquecer uma lembrança ou acontecimento para evitar se comprometer ao ocorrido, diferencia um pouco do silenciamento do acusado pelo crime de defloramento onde negou todas as denúncias ocorridas. Se realmente este cometeu ou tentou se aproveitar da jovem menor, calar-se diante das autoridades foi sua melhor opção, visto que as

⁹⁵ Processo Crime. **Defloramento**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, nº geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920. p. 54. Arquivo Judiciário de Sergipe.

⁹⁶ Segundo o Código Penal de 1890 na Seção I “Estupro” Art. 219. Deflorar mulher virgem menor de dezessete anos. (191). Neste Código, temos uma sessão única para julgamento dos casos de defloramento e estupro. O que o Código aborda sobre esse último é que “julgam nullo o processo perante o Jury por se ter englobado no quesito circunstanciais elementares do crime de estupro, que deveriam ter sido separadas, para evitar a confusão do Jury”. p. 400.

⁹⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989. p.6.

testemunhas do processo não presenciaram o ocorrido, falando somente o que ouviram de um ou de outro na localidade.

A abordagem que Pollak faz em seu artigo memória, história e esquecimento ajudam a entender os motivos pelos quais muitas pessoas preferem não contar sobre algo que ocorreu ou presenciaram, isso para ele se dá por diversos motivos, medo, resistências, traumas ou simplesmente não querer se envolver em casos que envolveriam a justiça. Assim, este artigo de Pollak contribuiu para formar uma hipótese sobre a causa que levou o acusado a negar o seu envolvimento no crime analisado. “Nesse caso, o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.⁹⁸ Sobre os silenciamentos das memórias Le Goff traz uma citação que complementa a ideia de Pollak sobre os motivos que levam as pessoas negarem sobre determinado acontecimento.

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁹⁹

A ideia de Le Goff de que a memória está vinculada em algumas questões sobre o esquecimento ou silenciamento ligada a interesses individuais e coletivos acabam interferindo no entendimento de casos sociais que precisam que as lembranças deixem de ser esquecidas, influenciadas a até manipuladas por alguns grupos sociais. A questão é que quando se nega ou esconde um fato importante, acaba prejudicando o entendimento ou julgamento de um fator social.

Diante das contradições no depoimento da mãe da deflorada e do acusado, foram analisadas as testemunhas que compõem o processo. A primeira delas foi o senhor Miguel¹⁰⁰, casado, trabalhador de roça e residente na Barra dos Coqueiros há vinte e cinco anos. Sobre o crime, relatou que não presenciou, que tudo que sabe foi o que ouviu da mãe da criança. Relatou que o acusado frequentava o lugar em que ocorreu o suposto defloramento para dar de comida aos seus carneirinhos. Foi questionado se a testemunha considerava o acusado capaz de cometer

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora de Unicamp, 1994. p. 426.

¹⁰⁰ Por se tratar de processo contra a honra sexual do ano de 1920 o nome Miguel é um pseudônimo (fictício) para representar o acusado no crime de defloramento.

determinado crime. Disse que não sabia dizer se ele teria essa coragem, mas que a mãe da menina não iria reclamar de algo que não teria sido verdade.¹⁰¹ “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.¹⁰²

Na última fala da testemunha nota-se que ela avalia a mãe da menor “deplorada” como uma mulher honesta, mãe de família e incapaz de mentir sobre determinado crime. A identidade de uma pessoa é importante para defini-la na sociedade, neste caso, a credibilidade que a senhora Madalena teve no relato do testemunho é um fator que pode influenciar na decisão do juiz, assim, como o comportamento da deplorada, suas amigas são elementos pertinentes em um processo de deploração. “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade”.¹⁰³

No depoimento acima percebemos que o senhor Miguel não presenciou o caso, apenas pegou as informações que foram passadas pela mãe da criança e reproduziu como discurso, não questionou e acreditou na história que lhe foi contada. Assim, para melhor compreender sobre a memória, Jacques Le Goff traz sua contribuição sobre o assunto.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.¹⁰⁴

Le Goff traz em sua citação que a memória é um instrumento e um objeto de poder, poder este que pode interferir no contexto social e influenciar em julgamentos como o relatado acima. A memória vai sendo reproduzida fazendo com que determinado acontecimento seja considerado como verdade, a memória coletiva quando espalhada apresenta um poder que pode influenciar no contexto social. Por isso, é necessário que a memória seja somente um objeto de investigação, precisando assim ser questionada e analisada.

Le Goff traz em seus estudos uma importante contribuição para entender a transição da memória oral para a memória escrita. Ele vai defender que a memória coletiva é uma forma de expressão dos povos sem escrita. A memória tem a propriedade de conservar algumas informações e que se não tiver cuidado com essas informações a mesma pode interferir na

¹⁰¹ Processo Crime. **Deploração**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, nº geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920. Arquivo Judiciário de Sergipe.

¹⁰² LE GOFF, Jacques. Op.cit. p. 476

¹⁰³ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10. Rio de Janeiro. p. 205.

¹⁰⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora de Unicamp, 1994. p. 476.

memória coletiva e social. Le Goff faz uma ligação entre as diferentes memórias, onde podem apresentar características não reais. A memória coletiva para ele foi colocada em jogo na luta social pelo poder.

Assim, a contribuição que Le Goff traz para entender as memórias nos processos crimes sobre defloramento ajudam a analisar cuidadosamente a relação que as testemunhas tem com o acusado ou vítima levando em consideração as informações coletivas que já foram reproduzidas sobre determinado assunto, isso, com interesses pessoais ou com objetivo de resolver uma situação que a princípio não existiam provas concretas sobre o crime, como o caso que está sendo analisado. Le Goff ajuda a entender o poder que as memórias orais apresentam na sociedade.

No desenrolar no processo foram ouvidas outras testemunhas. O senhor Raimundo¹⁰⁵ com quarenta e um anos, solteiro, morador da Barra dos Coqueiros à dez anos, vive do sustento de sua roça, não sabe ler nem escrever. O que contou sobre o caso foi que só ficou sabendo por causa que a mãe da menina lhe falou, disse que ninguém mais comentou sobre o crime na localidade onde reside. O depoimento das outras testemunhas relatou sobre o crime o mesmo que as demais haviam falado antes, que ficaram sabendo do caso por que a senhora Madalena contou e explicou o que aconteceu. Em todas as falas ficou claro que as testemunhas não conheciam o acusado e que a mãe da menina não inventaria determinado crime somente para incriminar alguém.¹⁰⁶ “A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária”.¹⁰⁷

O processo crime analisado acima conta com testemunhos que não presenciaram o ocorrido, é um processo fundamentado em memórias que foram transmitidas pela mãe da criança que sofrera um atentado que segundo o processo classifica como um defloramento de acordo com o Código Penal de 1890¹⁰⁸ no artigo 266. Neste artigo é definido como defloramento ou estupro de mulheres menores de 21 anos de idade. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Por se tratar de processo contra a honra sexual do ano de 1920 o nome Raimundo é um pseudônimo (fictício) para representar a testemunha no crime de defloramento.

¹⁰⁶ Processo Crime. **Defloramento**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, nº geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920. Arquivo Judiciário de Sergipe.

¹⁰⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora de Unicamp, 1994. p. 450.

¹⁰⁸ TINÔCO, Antônio Luiz Ferreira. **Código Criminal do Império do Brasil anotado**. História do Direito brasileiro, 2002.

¹⁰⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora de Unicamp, 1994. p. 477.

Diante da análise do exame de corpo de delito que atestou que a criança não foi deflorada, e os depoimentos das testemunhas que não presenciaram o ocorrido, o juiz decretou que o acusado ficasse confinado na cadeia para evitar fuga determinando assim, uma prisão preventiva do homem. Analisando os depoimentos das testemunhas nota-se que não existe nada concreto para incriminar o acusado, o exame do corpo de delito relata que não houve rompimento de nada, ou seja, que o crime não ocorreu. Porém, isso não significa que não tenha havido tentativas para que o mesmo ocorresse. “[...] O problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”.¹¹⁰

Assim, nas análises dos processos crimes percebe-se o quanto os mesmos guardam memórias individuais, coletivas, sociais sobre determinado crime. Em suas leituras descobrimos fatos que não foram abordados por outros relatos, talvez por não se recordarem ou por preferirem esquecer o ocorrido. O fato é que as memórias ficam registradas em um processo e para aqueles que vão analisá-la é preciso ter a consciência que essas memórias serão objetos de pesquisa, assim, precisam ser criticadas e avaliadas em seu contexto social.

Com isso, as memórias que ficam registradas em um processo trazem muito sobre a identidade de uma sociedade, de um grupo ou até mesmo de uma família, de uma jovem. Os crimes de defloramento que são levados até a delegacia têm como proposta resolver a situação fazendo com que o acusado assuma suas responsabilidades casando-se com a jovem deflorada, assim, evitaria manchar a reputação de uma família prejudicando a honra e o futuro da jovem deflorada. Por tanto, é mais viável recordar os acontecimentos em um processo do que ficar sujeita a falsos julgamentos sociais.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). Boris Fausto. 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora de Unicamp, 1994.

¹¹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989. p.9.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista da PUC-São Paulo, N.10, DEZ. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10. Rio de Janeiro, 1992, p.200-205.

TINÔCO, Antônio Luiz Ferreira. **Código Criminal do Império do Brasil anotado**. História do Direito brasileiro, 2002.

FONTE:

Processo Crime. **Defloramento**. Série Penal, caixa 05. Período de 1920 a 1926. Acervo 02, módulo I, Nº geral 2547, Aracaju/Sergipe, 29 de novembro de 1920.

Opinião pública em disputa: analisando capas de revistas nas aulas de História

José Augusto Ferreira da Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em História/ICHCA/UFAL

Resumo: O presente trabalho consiste no aprofundamento de um debate surgido durante a realização de uma oficina com o tema “Fotografia e música como formas de resistência”, desenvolvida em uma turma de 2º ano do ensino médio de uma escola pública da periferia de Maceió a qual o autor atuou na condição de bolsista/pesquisador do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). Quando, em um determinado momento, uma aluna problematizou a influência da mídia para a sociedade através de imagens. Na tentativa de encontrarmos respostas, utilizamos capas de periódicos de grande circulação, como as revistas *Veja* e *IstoÉ*, referentes a períodos eleitorais e pré-eleitorais (2010-2016), observando a construção da imagem e o jogo de palavras que, de uma maneira ou de outra, permite perceber o posicionamento de tais revistas sobre determinadas figuras políticas e as disputas implícitas ou explícitas pela opinião pública no nosso cotidiano.

Palavras chave: Ensino de História, Mídia, Opinião pública.

O exercício de ação/reflexão deve ser feito constantemente durante a prática docente. Foi por meio dele que uma equipe de estudantes História, bolsistas do PIBID se depararam com uma pertinente indagação: qual a influência política da grande mídia para a sociedade? Uma ideia que, segundo uma discente, surgiu durante uma aula de Sociologia. É preciso destacar que tal pergunta foi deferida por uma aluna do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Profª. Benedita de Castro Lima, localizada em um bairro socialmente vulnerável da cidade de Maceió, durante uma oficina cujo tema era “Fotografia e música como formas de resistência” que, inicialmente, não tinha o objetivo debater o papel das mídias de massa na formação da opinião pública em relação à política. Havíamos nos preparado para mostrar como as músicas e as fotografias foram importantes em variados contextos políticos e sociais para combater o preconceito e demarcar politicamente um grupo frente a uma situação adversa.

Entretanto, diante da questão exposta pela aluna, decidimos repensar o intuito da oficina em busca de respostas. O tema era provocativo demais para deixarmos passar em branco e devemos considerar a escola como um espaço de produção e troca de conhecimento, além da formação para a cidadania e para as relações sociais, de acordo com a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Título II, art. 2º), optamos por estender a oficina em mais um encontro destinado ao debate a cerca da disputa pela opinião pública.

Neste encontro nos dedicamos em analisar capas de revistas de circulação nacional, bastante conhecidas, três capas da revista *Veja* e uma da *IstoÉ*. Tais capas remetem a períodos eleitorais e pré-eleitorais (2010-2016) onde os mencionados periódicos posicionavam-se contra ou a favor à determinados atores políticos, demonstrando o quanto a mídia poder ser imparcial ou, no mínimo, tendenciosa. Para iniciar o debate levamos para a sala de aula, além das capas dos periódicos, o livro “O Quarto Poder: Uma outra história” do jornalista Paulo Henrique Amorim¹¹¹.

Recorremos a este livro pelo seu enredo de fácil compreensão e para exemplificar aos alunos que atividade política da mídia não é uma atividade recente no Brasil. O marco temporal desta obra remete ao suicídio de Getúlio Vargas no ano de 1954 até a eleição presidencial de 2014, vencida pela candidata petista Dilma Rousseff. Ele serviu como uma introdução à discussão, pois não se trata de um livro com uma linguagem acadêmica, é, em sua maior parte, composto de relatos de experiência feitos pelo jornalista durante sua vida profissional nos mais diversos jornais do país com o objetivo de mostrar a influência da mídia (o “quarto poder”) nas decisões políticas nacionais.

A proposta foi bem aceita entre os estudantes e ajudou a aprofundar a discussão com inserção das capas das revistas. A partir desse ponto a discussão ganhou maior complexidade. Porém, Noam Chomsky costuma dizer que “a lógica é cristalina. A propaganda política está para a democracia como o porrete está para um Estado totalitário” (CHOMSKY, 2003). Isso significa que a dominação mental indolor poder ser tão eficaz quanto à desumana prática da violência física em regimes ditatoriais, é preciso, então, compreendê-la. Para fazermos a devida análise sobre as capas foi necessário um estudo sobre o conceito de **dramaturgia do discurso populista**, o qual a grande mídia aparentemente se opõe, mas que acaba adotando, de forma implícita, para atrair as massas. Para o linguista francês Patrick Charaudeau: “Todo discurso político, na democracia, é por definição demagógico, na medida em que procura a aprovação do povo e se empenha em adulá-lo, tranquilizá-lo, arrebatá-lo na esperança de um bem estar social” (CHARAUDEAU, 2016, p. 107). Sobre a dramaturgia do discurso populista este autor argumenta que:

Tendo por finalidade a conquista da opinião, o discurso político é encenado segundo uma dramaturgia cujos componentes já descrevemos anteriormente:

¹¹¹ PHA, como também é conhecido, além de jornalista também é blogueiro e popular apresentador de TV no Brasil. No jornalismo, atuou em diversos jornais e revistas como *Veja*, *Exame*, *Jornal do Brasil*, *Fantástico*. Atualmente, apresenta o programa Domingo Espetacular na Rede Record e opina sobre política em seu *blog Conversa Afiada*.

denúncia de um mal social que o povo é vítima, estigmatização dos responsáveis e promessa de reparação desse mal, defendendo certos valores e propondo meios de concretizá-los, mas o faz “aumentando-os”, pois explora um terreno semeado de crise social (desemprego, insegurança, injustiça), no qual desaparecem as grandes referências identitárias que criam o vínculo social: a nação, a identidade, a autoridade (CHARAUDEAU, 2016, p. 107).

É preciso dizer que esta oficina foi elaborada e executada em setembro de 2017, pouco mais de um ano após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e este acontecimento gerava e ainda gera repercussão entre a população devido a maneira em que foi abordado nos meios de comunicação, seja na televisão ou nos jornais e revistas impressos.

Ao serem questionados sobre por que eles, os alunos, acompanhavam as recentes movimentações políticas, a resposta era, majoritariamente, por se tratar de “escândalos”. Não poderia ser diferente, existe no campo do jornalismo investigativo a ideia de “escândalo político midiático” (EPM) que ocorre devido à dependência que as ações políticas têm de ganharem visibilidade na mídia, combinado pelo crescimento dos meios de comunicação de massa e a disseminação de informações. De acordo com Pierre Bourdier (BOURDIER, 1989) o escândalo político envolve indivíduos ou ações que estão situadas dentro do campo político e que tem impacto nas relações dentro desse campo, isto consiste no capital simbólico que o jornalista tem de “fazer ou desfazer reputações¹¹²”. Seguindo esta perspectiva, o jornalista Venício de Lima o “escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores” (LIMA, 2006, p. 13).

Em contrapartida, fomos questionados também pelo fato termos usado mais capas da revista *Veja* em detrimento de outras revistas de grande circulação como a *Época*. Esclarecemos que a *Veja*, pertencente a editora Abril, é tida por muitos como principal veículo de informação impresso do país, suas tiragens semanais chegam a ultrapassar um milhão de exemplares, conta com mais de 800 mil assinantes¹¹³ e tem um leitorado fiel entre boa parte das classes média e alta da sociedade. Ela é vista como “formadora de opinião” por, justamente, ir muitas vezes, de encontro a alguns dos pilares da atividade jornalística que são imparcialidade e a objetividade. Este foi comportamento assumido pela revista desde 1968, ano de sua fundação, comportamento este que ocasionou a presença de censores em sua redação durante a ditadura militar, mas com a redemocratização permitiu a aproximação dela com alguns políticos, como

¹¹² Para exemplificar este “poder” do jornalista, Bourdier cita o caso Watergate que levou a renúncia do presidente Richard Nixon nos Estados Unidos em 1974.

¹¹³ Fonte: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>

o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por este carregar em seu discurso ideias semelhantes as de seus alto funcionários e investidores, que geralmente são pessoas de grande poder aquisitivo e injetam dinheiro no periódico através da publicidade. O cientista político Luis Felipe Miguel e a historiadora Flávia Biroli argumentam que:

Veja adota um estilo de jornalismo que rompe ostensivamente com os cânones da objetividade. Sua adjetivação é agressiva, suas antipatias são explícitas, sua predileção por determinados temas da agenda é indifaçada – características que se acentuaram nos últimos anos. As personagens de suas matérias são tratadas com pesos e medidas diferenciados, conforme a posição que possuem. Os muitos adversários da revista não cansam de denunciar o “antijornalismo” que ela adota, muitas vezes apresentando evidências de contaminação do noticiário por interesses políticos, comerciais ou mesmo desavenças pessoais. Mesmo assim, *Veja* permanece numa das posições centrais da imprensa brasileira (MIGUEL & BIROLI, 2017).

Dessa forma, por meio das capas, demonstramos a tendência desta revista em atacar ou enaltecer determinados políticos. Para melhor explicarmos como ocorrem esses escândalos e a função da mídia na formação da opinião pública no cenário político aos alunos, adotamos a sequência, mencionada anteriormente, da dramaturgia populista elaborada por Charaudeau: I. Denúncia de um mal social de que o povo é vítima; II. Estigmatização dos responsáveis; III. Promessa de reparação desse mal. Relacionando esse referencial teórico com a visualização das capas, percebemos o interesse do estudantes em participar da discussão.

A primeira capa utilizada foi a da revista *Veja*, edição 2187, de 2010 (ver ANEXO A), que trás como principal pauta a frase: “O poder de Aécio”. A capa “grita” silenciosamente. O então candidato ao senado pelo Estado de Minas Gerais aparece como um super herói que tem o poder não só de virar pleitos eleitorais a seu favor, como também de mudar o resultado das eleições presidenciais entre a candidata dos Partidos dos Trabalhadores (PT) e José Serra do partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Aécio neves. Além da arte, usando cores que transmitem uma sensação descontraída e agradável, chama atenção o comentário ao lado da figura do pleiteante: “Político das viradas eleitorais impossíveis, O neto de Tancredo Neves pode ser um fator decisivo na campanha presidencial”.

Imagem 1



O fato de evocar a memória de Tancredo neves, avô de Aécio Neves, remonta ao conceito de **uso político do passado** formulado pelos historiadores Jacques Revel e François Hartog que se baseia na apropriação de uma memória para sustentar um argumento ou um posicionamento presente, e é necessário que historiadores que se dedicam ao estudo do tempo presente fiquem atentos às manipulações do passado feitas pelos meios de comunicação com a finalidade propagandística (REVEL & HARTOG, 2001). Neste caso, possivelmente, a memória de Tancredo ajudaria Aécio a adquirir o carisma que seu avô tivera no cenário político nacional na segunda metade do século passado. Cabe ressaltar que o candidato peessedebista, José Serra, foi derrotado por Dilma Rousseff no segundo turno das eleições, 43,95% dos votos válidos para o primeiro contra 56,05% para a última.

A segunda capa (ver ANEXO B), edição 2397, remete ao pleito eleitoral de 2014, precisamente o segundo turno entre a candidata a reeleição, Dilma, e o agora candidato a presidencia, Aécio Neves. Esta capa não faz alusão a disputas entre esses dois candidatos. Ela foca em uma possível relação entre Dilma Rousseff e o ex-presidente e maior liderança petista, Luís Inácio Lula da Silva, num escândalo de corrupção conhecido como “Petrolão¹¹⁴”.

¹¹⁴ É o nome dado para um esquema de corrupção e desvio de fundos que ocorreu na Petrobras, a maior empresa estatal brasileira.

Imagem 2



O fundo da imagem é escuro, em contraste com a manchete que está em vermelho, a cor símbolo do Partido dos Trabalhadores, as personagens, Dilma e Lula, aparecem com um semblante misto de preocupação e surpresa como se fossem pegos em flagrante. O interessante é saber que está foi uma edição extra da revista, publicada 48 horas antes da eleição, tempo limite estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para circulação de propagandas políticas em momentos de eleição direta. Trata-se de uma tentativa de desestabilização de um provável eleitorado de Dilma pela via da destruição da reputação da candidata, para que desse modo ela viesse a perder as eleições daquele ano. Isso não aconteceu. Dilma Rousseff foi reeleita numa das mais acirradas disputas políticas presidenciais da História.

Após as eleições de 2014, houve uma intensa movimentação por parte dos partidos de oposição em prol do *impeachment* da então presidente. Foi neste período, no ano de 2016, que *Veja* lançou uma de suas capas mais emblemáticas (ANEXO C), a da edição 2409, em que expõe Lula, a principal figura petista e padrinho político de Dilma, como a “Medusa”, um monstro da mitologia grega, com serpentes ao invés de cabelos. Novamente o fundo é escuro, além das serpentes no lugar de fios de cabelo, chama atenção a expressão enfurecida de Lula. Ele havia tentado apoio para Dilma em Brasília, mas acabou enfrentando um pedido de prisão preventiva. Como não foi preso, Lula declarou em um discurso a seguinte frase: “Se tentaram

matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo¹¹⁵”. Esta declaração serviu para criação irônica manchete desta edição, “O desespero da jararaca”.

Imagem 3



Lula passou a ocupar o papel de vilão nos noticiários. Mas continuava sendo a figura política mais popular do país. Era preciso encontrar alguém que fosse capaz de assumir a posição de concorrente direto ao líder petista, como já havia tentado José Serra, Geraldo Alckmin e o próprio Aécio Neves, todos do PSDB. Percebe-se então, que já identificamos dois dos três estágios da dramaturgia do discurso populista adotado pela grande mídia. A corrupção é o grande mal de que a população é vítima, segundo os meios de comunicação, ela se agravou durante os governos do PT (2003-2016) e tem como principais responsáveis os integrantes deste partido, sendo Lula seu maior mentor. A partir daí, toda ação desenvolvida pelos políticos do PT e seus militantes foi, massivamente, dada como corrupta, imoral e catastrófica.

O último estágio, o da promessa de reparação desse mal, só pode ser realizada se houver, como já foi dito, alguém capaz de assumir o controle da situação. A imprensa, aparentemente, deixou de investir suas fichas em Aécio Neves, devido ao fato de seu nome ter passado a ser constante nos relatórios da Polícia Federal após das eleições de 2014. Entra em cena João Dória, milionário empresário que se intitula como um *outsider* na política, ou seja, alguém que não compactua com as velhas práticas políticas e ferrenho crítico ao Partido dos Trabalhadores. Mas que se serve de alianças com caciques políticos para fazer sua carreira dentro do PSDB.

¹¹⁵ Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/se-tentaram-matar-jararaca-nao-bateram-na-cabeca-bateram-no-rabo-diz-lula-em-discurso.html>

Então, em julho de 2016, o periódico *IstoÉ* publica sua revista de edição 2486 (ANEXO D), lançando Dória como provável grande opositor de Lula. Não a toa, a manchete diz: “Nasce o anti-Lula”, representando o “novo jeito de fazer política”.

Imagem 4



Podemos perceber, novamente, o uso de cores e imagens que transmitem uma sensação de leveza, positividade. A figura de João Dória aparece sorridente, imponente em contra partida as imagens dos políticos petistas. Nilton Hernandez considera que “toda revista é uma sofisticada engrenagem que transmite valores por meio de operações racionais, emocionais e sensoriais. São escolhas de composição visual, de tipo de argumentação, de jogos de elementos verbais e não verbais entre inúmeros outros recursos” (HERNANDES, 2004). Neste caso, trata-se em uma estratégia de persuasão, pela imagem, que atenua a dicotômica situação entre “bem e mal”, “corrupto e anticorrupto”, “herói e vilão” com a finalidade de formar a opinião pública de acordo com os interesses de quem produz e de quem investe na revista.

Considerações finais

Tendo como base o trabalho da historiadora Maria Helena Capelato, podemos afirmar que as revistas da grande imprensa caracterizam-se como instituições de natureza pública e privada. Pública por que diariamente lança para seu leitores informações que poderão de uma forma ou de outra interferir na vida desses indivíduos e privada, porque tais informações vem

carregadas de uma apelo que não necessariamente tem a ver com interesse desses leitores e sim com a ideia de seus editores, redatores e, principalmente, de seus financiadores.

Assim, acaba-se mesclando os interesses políticos com os interesses empresariais, sempre com objetivo de favorecer aqueles que “bancam” os meios de comunicação, ou seja, os empresários que podem ser identificados na área destinada a publicidade dos periódicos, tornando-se responsável por colocar no mercado um produto específico: “a mercadoria política” modeladora na opinião pública. Dessa forma os alunos puderam perceber que as empresas jornalísticas inserem-se na sociedade não apenas com o intuito de informar, mas, “também como atores políticos de destaque na construção da história do Brasil” (CAPELATO, 2014). Capaz de construir “heróis” e até mesmo derrubar governos.

FONTES E REFERÊNCIAS

Imagem 1 - **Revista Veja**. Editora Abril, edição 2187 – ano 47 – nº42, 20 de outubro de 2010.

Imagem 2 - **Revista Veja**. Editora Abril, edição 2397 – ano 47 – nº44, 29 de outubro de 2014.

Imagem 3 - **Revista Veja**. Editora Abril, edição 2409 - ano 49 – nº11, 16 de março de 2016.

Imagem 4 - **Revista ISTOÉ**. Editora Três, edição 2486 - ano 39, 27 de julho de 2016.

AMORIM, Paulo Henrique. **O Quarto Poder: uma outra História**. 1ª edição. São Paulo: Hedra, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo**. In: [Rio de Janeiro: FGV], 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: Como o discurso manipula as escolhas políticas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2016

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martin Fontes, 2017.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.) **Les usages politiques du passe**. Paris, Éditions de l'EHESS, 2001.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. 1ª edição, Salvador/Maceió: Edufba/Edufal, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: Mídia, democracia e formação de preferências no Brail**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

LIMA, Venâncio A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. 1ª edição, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

Uma análise das hagiografias franciscanas de Tomás de Celano e Boaventura

José Carlos Santos do Carmo
Mestrando em História/ ICHCA/ UFAL
Orientador (a): Raquel de Fátima Parmegiani
Grupo de pesquisa: *Vivarium* – Alagoas.

Resumo: A produção das hagiografias de São Francisco de Assis são documentos que estavam ligados a contextos de mudanças no interior da Ordem Franciscana, os escritos de Tomás de Celano estavam relacionados à canonização do Assisense e os de Boaventura de Bagnoregio, visava uma nova institucionalização da imagem de Santo de Assis. O presente trabalho possui como objeto analisar o processo de construção das hagiografias franciscanas e suas respectivas intencionalidades no século XIII. Para isso utilizamos o método comparativo no intuito de analisar as vidas do Poverello.

Palavras- Chave: hagiografia, franciscanismo, ordem dos frades menores.

O contexto de escrita das hagiografias de São Francisco de Assis

A escrita da primeira vida do Poverello ocorreu em 1228, para a canonização de São Francisco de Assis. Gregório IX encomendou o texto a Tomás de Celano. Este documento ficou conhecido como *vita prima* e tinha como finalidade a construção da santidade de São Francisco. O texto deveria enaltecer as virtudes do Pobre de Assis que em sua caminhada terrena o identificavam como santo. A primeira hagiografia era fruto da memória histórica¹¹⁶ dos indivíduos que conviveram e ouviram o Poverello como destacou o próprio hagiógrafo¹¹⁷ em seus escritos, ao afirmar que tal obra só foi possível graças às várias testemunhas que ajudaram na reconstrução dos fatos. A *vita prima* era uma história do presente, pois este escrito era praticamente simultâneo a experiência de São Francisco, os fatos foram narrados e recolhidos no calor das emoções, onde a experiência franciscana estava viva na memória de todos que se depuseram a cooperar na elaboração do material.

No entanto, a rapidez para a escrita da vida do Assisense devido sua canonização, tornava o texto incompleto e com lacunas, sendo necessário em 1244 a pedido do ministro-geral

¹¹⁶ MICOLLI, Giovanni. **Francisco: O santo de Assis na origem dos movimentos franciscanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 188.

¹¹⁷ 1 Cel. TEIXEIRA, Celso Márcio (org.). **Fontes Franciscanas e Clarianas**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 197.

Crescêncio de Jesi¹¹⁸, uma reelaboração de uma vida complementar, Celano se pôs a escrever a *vita seconda* de São Francisco que ficou pronta em 1248. Diferente de seu primeiro texto que foi escrito quando os indivíduos possuíam uma memória viva dos acontecimentos, ao redigir seu segundo documento, o hagiógrafo no prólogo de sua obra relatou as dificuldades de sua produção, visto que com a passagem de duas décadas de desenvolvimento a Ordem Franciscana nos anos quarenta do século XIII, encontrava-se inserida na estrutura eclesiástica.

Provavelmente o problema do tempo relatado por Celano em seu segundo escrito se enquadrava nos conflitos internos da ordem. Sabemos que os franciscanos nunca foram um grupo homogêneo, São Francisco possuía muitas dificuldades para reunir em um único projeto a heterogeneidade de sua fraternidade. A unificação das práticas dos frades deu-se por meio da escrita e aprovação da Regra bulada. No entanto mesmo com este documento normatizador não foi possível equilibrar as forças opositoras encontradas no seio dos menores, assim após a morte do fundador da Ordem ocorreu uma ruptura drástica entre os irmãos que dividiram-se em Espirituais e Conventuais.

A memória de São Francisco situava-se, portanto na disputa entre estas duas alas. As dificuldades encontradas por Celano estavam ligadas as diversas imagens de santidade do Pobre de Assis que foram produzidas no decorrer de vinte anos. Dessa forma o que a *vita seconda* tentava realizar era um controle institucional da imagem do Poverello que deveria harmonizar as forças contrárias que existiam entre os religiosos. No entanto as primeiras obras oficiais não foram suficientes para apaziguar os conflitos internos entre os franciscanos, nem para consolidar uma imagem de santidade de São Francisco que continuava crescendo e tomando diversos contrastes e formas.

Assim em 1260 no Capítulo de Narbona, Boaventura de Bagnoregio recebeu a tarefa de redigir a nova e definitiva vida de São Francisco de Assis, a conclusão desta empreitada ocorreu em 1263 e o escrito foi intitulado de Legenda maior, que de acordo com Grado Merlo¹¹⁹ recebeu esse nome para distinguir-se da Legenda menor que foi reproduzida e distribuída nas províncias da Ordem. Terminado o trabalho de escrita deste documento, no capítulo de Paris em 1266 foi ordenada que todas as demais hagiografias fossem destruídas.

Podemos perceber que tanto os escritos de Tomás de Celano primeiro hagiógrafo de São Francisco de Assis, quanto os de Boaventura redator da vida oficial do Assisense, estavam inseridos em momentos de intensos embates entre os grupos franciscanos que integravam os

¹¹⁸ GOFF, Jacques Le. **São Francisco de Assis**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017, p. 55.

¹¹⁹ MERLO, Grado Giovanni. **Em nome de São Francisco: História dos Frades Menores e do Franciscanismo até inícios do século XVI**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 119.

frades menores e de dificuldades para a própria Igreja. A encomenda do papa Gregório IX a Tomás de Celano para a canonização do Poverello convergia segundo Merlo¹²⁰ para uma necessidade de santos dispostos a autodefesa e da exaltação da Sé Romana em um momento difícil para sua história, visto que existia uma ameaça de conflito entre Gregório IX e Frederico II.

Não muito diferente de Celano, Boaventura por sua vez ao redigir a Legenda maior tentava resolver um problema interno da Ordem que era a proliferação de vidas do Pobre de Assis, ele desejava construir uma imagem do Poverello equilibrada tanto para os frades espirituais como aos conventuais, para isso era necessário voltar ao passado¹²¹, para reconstruir uma imagem de São Francisco que fosse capaz de mediar os conflitos do presente do grupo minoritário.

Logo por meio das redações hagiográficas foi possível acompanhar as mudanças no interior da Ordem, convergindo para a ideia de Michel de Certeau¹²² que salientou que hagiografia deve ser colocada como baliza para entender as dimensões de um movimento religioso, pois ao mesmo tempo em que tal escrito mostra a distância do grupo em relação à origem, tornando perceptíveis as transformações do presente em relação ao seu passado, também permite reconstruir uma unidade em um momento em que desenvolvendo o grupo, este corria o risco de se dissipar. É, portanto nesta perspectiva que devem ser inseridos os escritos sobre São Francisco. Logo a hagiografia assume um caráter de documento sociológico, pois por meio dele torna-se possível conhecer as dinâmicas que envolvem o grupo, Igreja ou comunidade que a vida de santo está inserida.

Relação obra e autor

Apesar da infinidade de escritos em relação à vida de São Francisco de Assis, neste trabalho nos propomos a pensar as obras de Tomás de Celano e de Boaventura de Bagnoregio, devido esses escritos possuírem a intencionalidade de construir uma imagem de santidade do Poverello e de apaziguar os conflitos entre os frades. Após situar o contexto de composição da vida de

¹²⁰ MERLO, Grado Giovanni. **Em nome de São Francisco: História dos Frades Menores e do Franciscanismo até inícios do século XVI**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 119. p. 48.

¹²¹ HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

¹²² CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 269.

Assisense, faz-se necessária uma breve análise sobre quem são os autores das hagiografias franciscanas.

Tomás de Celano, segundo Cibele Carvalho¹²³, adentrou na Ordem por volta de 1215 e foi recebido pelo próprio fundador do grupo minoritário, ocupou importantes cargos como o de custódio de Mongúncia, Worms, Colônia e Espira em 1223. Segundo Le Goff¹²⁴, famoso pelo modo elegante como escrevia foi escolhido para elaborar a vida de São Francisco, sua produção partiu de modelos tradicionais já estabelecidos como a vida de São Martinho, Sulpício Severo e São Bento de Gregório Magno.

Boaventura¹²⁵ diferente de Celano não conheceu o líder dos menores, mas isso não diminuía sua intimidade com São Francisco, visto que o mesmo relatou que quando criança sofria de grave doença, mas devido o pedido de sua mãe ao Poverello, ele obteve a cura de seu problema de saúde. Este hagiógrafo fazia parte do mundo universitário e ao tornar-se ministro geral da ordem dos frades se dedicou a escrever suas legendas sobre o Assisense.

Ao compreender a ligação entre os biógrafos de São Francisco de Assis e suas obras, podemos perceber que quem escreveu sobre o Pobre de Assis são seus companheiros, dessa forma para Cibele Carvalho¹²⁶, as hagiografias por serem a fala sobre o outro, acabam imbuídos de posições e convicções pessoais de seus autores, por isso em alguns escritos sobre a vida de São Francisco, questões importantes da história dos franciscanos foram silenciadas, pois nas escolhas realizadas pelos hagiógrafos aqueles fatos renegados não encontravam espaço na imagem que tentavam construir do Poverello ou foram deixados a parte devido a proximidade partidária que os hagiógrafos possuíam com as ramificações franciscanas que existiam entre os menores.

A hagiografia, portanto partia de escolhas dos fatos que seriam narrados como destacou Giovanni Micolli¹²⁷, a escrita de uma vida de santo não era um projeto livre, mas um escrito preso aos modelos religiosos e espirituais, no caso de São Francisco como destacou Andre Vauchez¹²⁸, estava baseado no seguir Cristo (*sequela Chisti*). São esses modelos que nos fornecem as chaves de leituras desses documentos. As hagiografias de São Francisco de Assis também possuíam um viés institucional, pois elas tinham um papel político que visava ligar a

¹²³ CARVALHO, Cibele. As hagiografias franciscanas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 4, p.142-160, jun. 2013. Semestral. ISSN 2237-6585, p. 148.

¹²⁴ GOFF, Jacques Le. *Ibidem.*, p. 55.

¹²⁵ Lm. In: TEIXEIRA, Celso Márcio (org.). **Fontes Franciscanas e Clarianas**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 721.

¹²⁶ CARVALHO, Cibele. *Op. cit.* p. 146.

¹²⁷ MICOLLI, Giovanni. **Francisco: O santo de Assis na origem dos movimentos franciscanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 186.

¹²⁸ Vauchez, André. O santo. In: GOFF, Jacques Le. **O homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 218-219.

imagem do Poverello a Sé Romana, portanto se nas hagiografias encontramos as narrações de relatos miraculosos e virtudes, ao mesmo tempo ela se encarregava de fazer as ligações necessárias entre os homens e as instituições de seu tempo.

Basta observar o que ocorreu com o enaltecimento que Celano realizou da amizade entre Gregório IX e São Francisco. De acordo com Maria Pia Alberzoni¹²⁹, os laços existentes entre São Francisco e o bispo citado, remontavam a 1217, quando o líder minoritário visitou a casa de tal religioso e a partir deste primeiro contato sucederam-se alguns encontros e interferências na questão da posse de residências da fraternidade.

Alberzoni no decorrer de sua obra problematizou a amizade entre o Assisense e o então protetor dos menores, mostrando que o laço afetivo entre ambos, deu-se por meio de uma construção hagiográfica, que remontava a Tomás de Celano primeiro hagiógrafo do Poverello. A primeira vida escrita por Celano reforçava a ligação entre esses homens, neutralizando e até mesmo negatizando o contato que São Francisco chegou a possuir com outros religiosos da Cúria Romana como o Cardeal Leão que convidou o Assisense para hospedar-se em uma torre próximo a ele, mas o Assisense sentiu-se desconfortável com aquela situação, pois segundo ele, permanecendo ali estaria fugindo da dificuldade e das intempéries que deveria viver assim como seus seguidores.

A construção hagiográfica em torno da amizade de São Francisco e de Hugolino era necessária, pois trazia autoridade às ações do cardeal protetor em relação aos assuntos minoritários, principalmente no tocante a adesão a uma regra normatizadora que em 1219 ainda não existia entre os franciscanos. A atuação do cardeal Hugolino deu-se na tentativa de superar a primeira fase da história dos menores onde eles estavam ligados a fraternidade, para a adesão a um status de ordem religiosa. O fato de Celano enaltecer a relação entre esses religiosos era uma forma de legitimar a submissão e intromissão da Igreja nos problemas internos da Ordem.

A escrita da hagiografia parte de escolhas, ela não era imparcial, ela seguia regras e modelos e legitimava um conjunto de práticas e visões de determinados grupos. Logo devemos pensar o quão difícil é conhecer o verdadeiro São Francisco em meio às convicções dos próprios hagiógrafos e dos indivíduos que eles representam e também dos discursos de virtude. No entanto devemos destacar que o enquadramento institucional da imagem do Poverello a serviço da Igreja, precisou passar por modificações, e esses ajustes foram realizados por meio das hagiografias, no entanto é possível perceber alguns comportamentos que foram colocados como

¹²⁹ ALBERZONI, Maria Pia. Dalla *Domus* Del cardinale d'Ostia Alla curua di Gregorio IX. In: **Gregorio IX e Gli Ordini Mendicanti**. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'alto Medioevo, 2011.

em defesa da pobreza, mas que na verdade pouco mostra a doçura e amabilidade que São Francisco em algumas ocasiões tratava seus irmãos.

Celano na *vita seconda* nos narrou que o Líder dos menores ao descobrir que os frades possuíam uma casa em Porciúncula, subiu no teto e jogou parte das telhas no chão, só não destruiu todo o edifício porque a população afirmou que a *domus* era de propriedade da comuna, o mesmo episódio ocorreu em Bolonha, neste caso ele não destruiu a casa, mas ordenou que todos os irmãos inclusive os enfermos deixassem a residência, neste caso os irmãos apenas voltaram quando Hugolino assumiu a posse daquela morada. Por meio desses fatos podemos perceber um São Francisco intransigente, no entanto essa imagem não poderia ser narrada dessa forma, logo ela recebeu um tom de defesa, onde o hagiógrafo deixava entendido que se o Assisense agiu daquela forma foi em defesa de seu projeto.

A comparação entre as hagiografias

Como verificamos anteriormente a hagiografia além de um instrumento religioso deve ser entendido como um documento político que no caso da Ordem franciscana visava resolver o problema de representatividade entre os adeptos da religiosidade minoritária. Dessa forma cada obra possuía uma finalidade e certa proximidade com as convicções dos frades Espirituais ou dos Conventuais. Logo se faz necessário um confronto entre os documentos de Tomás de Celano e Boaventura de Bognoregio, para uma melhor percepção dos discursos que foram utilizados para reconstruir a imagem de São Francisco quando necessário¹³⁰.

A princípio quando confrontamos os dois textos podemos perceber que cronologicamente os escritos de Boaventura encontram-se melhor sistematizados que os de Celano. Sabemos que não podemos esperar uma cronologia das hagiografias, visto que sua preocupação não era descrever a vida de um homem como faz a biografia, mas sim elencar episódios que demonstrassem as virtudes e santidade de São Francisco em sua passagem terrena. No entanto Boaventura dividiu seu escrito por blocos, Celano mesclou algumas narrativas com admoestações e conselhos do Poverello para seus irmãos, tornando, portanto mais difícil uma pequena linearidade dos fatos. Talvez o modo como as primeiras hagiografias de São Francisco foram apresentadas por seu hagiógrafo estava ligada à pressa para finalizar o documento que seria utilizado na canonização do Assisense.

¹³⁰ VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis Entre História e Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, pp. 240-255.

Após destacar a estrutura dos textos, passemos a uma análise da narrativa encontrada nas vidas do Assisense. Quando se escreveu as hagiografias franciscanas existia o intuito de legitimar a imagem de Santo de Assis frente à cristandade e a própria Ordem religiosa, neste caso ela passou a ser visão de um determinado grupo sobre São Francisco. Dessa forma definiria que a transformação religiosa do Assisense nos escritos de Tomás de Celano baseou-se na tentativa de mostrar que a santidade franciscana foi fruto de sua conquista, ou seja, enquanto indivíduo que abriu mão de suas vontades, para seguir o modelo de Cristo. Seu primeiro hagiógrafo o posicionou em relação à sociedade de seu tempo e no interior das práticas burguesas de Assis, seu intuito era trazer a tona a dicotomia do bem e do mau para posteriormente realçar o desprezo que o Assisense sentiu do mundo que o rodeava.

Na narrativa de Celano, a conquista de uma espiritualidade por parte de São Francisco apenas ocorreu por meio de uma enfermidade, que possuía como objetivo castigá-lo para que por meio desta, Deus lhe mostrasse o caminho que ele deveria percorrer. Deve-se destacar que no segundo escrito sobre o Assisense, seu hagiógrafo mudou radicalmente sua narração, colocando o jovem como um homem que desde cedo mostrou diversas virtudes. Para Vauchez¹³¹, essa mudança significava uma ruptura na tradição hagiográfica sobre a vida do Poverello, visto que os hagiógrafos estavam preocupados em legitimar suas convicções sobre a Ordem.

As duas vidas de santo composta por Boaventura diferente de seu primeiro hagiógrafo em nossa apreensão tentava reforçar uma predisposição do Poverello para uma vida longe dos vícios humanos, ele descreveu um homem de virtudes, que desde cedo mostrou-se paciente, amável e generoso para com os outros. A doença aqui era colocada não como castigo, mas como uma forma de São Francisco compreender o projeto de Deus para sua vida, era uma forma de aperfeiçoamento.

Outra cena em que podemos encontrar uma diferença nas narrativas foi no episódio do crucifixo. Para Celano em sua primeira vida quando São Francisco decidiu vender os tecidos de seu pai em Foligno, ele estava realizando essa ação devido a uma confirmação do espírito santo e apenas ao voltar da feira descobriu a Igreja de São Damião que estava em ruínas e decidiu reformá-la. Quando ele vendeu os tecidos de seu pai, ele não sabia o que fazer com o dinheiro, ele apenas realizou o que em seu estado de espírito era o correto a se fazer, já na segunda vida escrita por Celano, o Cristo crucificado moveu os lábios ordenando que ele restaurasse a sua Igreja dessa forma ele vendeu as malhas de seu pai sabendo o que iria fazer.

¹³¹ VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis Entre História e Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, p.241.

A narrativa de Celano na *vita seconda* é semelhante à descrição realizada por Boaventura, este mesmo episódio também recebeu um tom místico tanto na Legenda maior quanto na menor, visto que ao vender os tecidos de seu pai, o Poverello estava obedecendo a um comando que ele ouviu do crucifixo que chamava a atenção de São Francisco para a ruína que sua Igreja estava. Portanto na *vita prima* ao vender os bens de sua família o Assisense agiu por impulso, na Legenda Maior, já era apresentado como um indivíduo ligado a Cristo e com capacidade de entender seus desígnios. No entanto deve-se destacar que em ambos os casos existe a imagem de um Santo que iria ajudar a Sé Apostólica em sua reforma.

A primeira aprovação do modo de vida de São Francisco pelo papa Inocêncio III também possui algumas distinções nos documentos. Na primeira vida de São Francisco escrita por Celano o papa realizou a aprovação de seu propósito de vida sem nenhuma objeção, já na segunda vida o pontífice pediu que o Poverello rezasse a Deus para que lhe fosse mostrada a sua vontade, de acordo com o hagiógrafo, Cristo apresentou ao Assisense a parábola da mulher do deserto que havia se relacionado com um rei e tiveram alguns filhos, a mulher era Francisco e o rei era Cristo, esta parábola deveria ser dita ao papa, o governador da Sé Romana naquele momento reconheceu a legitimidade do modo de vida dele e lembrou-se também de um sonho que tivera antes da chegada dos menores a Roma, onde a basílica de Latrão estava prestes a cair e foi sustentada por um homem pequeno e desprezível, que naquele momento ele interpretou como sendo São Francisco de Assis. Esses episódios narrados assumem a característica espiritual¹³², pois foi por meio da relação íntima entre São Francisco e Cristo, que o Poverello recebeu a resposta que deveria proferir frente ao papado.

Boaventura na Legenda Maior seguiu a mesma narrativa da segunda vida de Celano, ao mostrar o receio de Inocêncio e da Cúria com o propósito de vida de São Francisco, no entanto, foi narrada uma defesa institucional da pobreza por parte de João de São Paulo, bispo de Sabina que afirmou que se a Igreja negasse o modelo de viver do Poverello, eles estariam negando o próprio Cristo, visto que o desejo do Assisense era viver segundo o santo Evangelho. Já na Legenda menor a aprovação de Inocêncio ao Assisense deu-se antes dele apresentar-se ao papa, pois o governador da Sé Apostólica havia sonhado com a basílica de Latrão e ao se deparar com o Pobre de Assis já sabia que aquele homem simples seria o salvador da Igreja, logo as descrições desses fatos estavam diretamente ligadas a uma perspectiva teológica e mística.¹³³

Salientamos que muitos milagres e fatos foram narrados por ambos hagiógrafos. As semelhanças entre os hagiógrafos ocorreram devido Boaventura ter tido contanto com o período

¹³² VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis Entre História e Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, p.241.

¹³³ VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis Entre História e Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, p. 252.

de explosão das hagiografias franciscanas, principalmente com os escritos de Celano. Os fatos foram reproduzidos de um texto ao outro, no entanto eles divergem nas abordagens que fazem dos episódios, visto que existe um interesse político imbuído nas escritas.

Um bom exemplo das semelhanças entre os autores da vida de São Francisco de Assis deu-se na questão da escrita das Regras ambos se silenciaram em relação aos dilemas e conflitos que existiam no interior da Ordem. Celano apenas citou uma dilatação que ocorria entre os franciscanos na *vita prima*. Na *vita seconda* o mesmo reforçou a necessidade da Ordem dos frades menores se submeter ao controle da Igreja, para que fosse mantida a unidade dos irmãos, essa submissão a autoridade da Sé Apostólica ocorreu após uma visão de uma galinha que não conseguia proteger os filhotes sob suas asas, São Francisco ao acordar reconheceu que a galinha era ele e os pintinhos seus irmãos, logo para manter a Ordem era preciso aproximar-se de Roma.

Boaventura por sua vez também utilizou o substantivo dilatação para se referir ao contexto da escrita da Regra, porém acrescentou a parábola das migalhas, onde São Francisco colhia pequenas migalhas de pão e devia distribuí-las aos irmãos famintos, no entanto uma voz veio do alto advertindo-o que utilizasse os pedaços de pão para fazer uma hóstia. Na tentativa de um esclarecimento após uma vigília, o Pobre de Assis ouviu uma voz que lhe dizia: “Francisco, as migalhas da noite passada são as palavras do Evangelho, a hóstia é a Regra, a lepra é a iniquidade.”¹³⁴ A Regra era colocada como uma perpetuação do projeto de São Francisco.

Os estigmas também possuem certas semelhanças e silenciamentos em relação aos conflitos que ocorriam na Ordem, tanto Celano na *vita prima* quanto Boaventura na Legenda Maior, narraram que São Francisco desejava saber o que iria ocorrer com sua vida, ele recorreu à bíblia e ao abrir se deparou com os Evangelhos e com as cenas da paixão de Cristo, afastando-se cada vez mais do convívio dos irmãos ele orava em locais isolados e foi no Monte Alverne que ele teve a visão de um serafim que imprimiu em seu corpo as chagas de Cristo. Boaventura foi além ao afirmar que naquele momento o Poverello percebeu que o serafim era o próprio Cristo que o visitava. Devemos salientar que os estigmas apenas foram descobertos por todos no momento da morte do Assisense. O fato de ter ocultado as marcas sagradas necessitou de um discurso de legitimação muito marcante dos milagres que São Francisco operou por meio de seus estigmas, as legitimações são encontradas principalmente nos escritos de Boaventura.

A morte de São Francisco por sua vez, é possível perceber uma teatralização que simbolizava o momento de liberdade espiritual para o santo. Na narrativa de Celano percebemos

¹³⁴ Lm. In: TEIXEIRA, Celso Márcio (org.). **Fontes Franciscanas e Clarianas**. Petrópolis: Vozes, 2004p. 577.

um tempo cíclico, pois este hagiógrafo narrou à migração de São Francisco, que mesmo doente manteve seu ânimo missionário e próximo de sua morte migrou para Sena e depois regressou a Porciúncula, local onde o Pobre de Assis fundou sua Ordem após voltar de Roma em 1209. Em todo tempo o hagiógrafo tentou aproximar os últimos momentos de vida do Assisense a Cristo, o Poverello ao solicitar a leitura dos Evangelhos, abriu na passagem que retratou as últimas horas de Jesus, após a leitura pediu para que fosse colocado sob um cilício e aspirado cinzas sobre ele. Na *vita seconda* a leitura do texto bíblico permanece, mas foi reproduzida a cena da última ceia, onde ele distribuiu pão a todos seus frades.

Boaventura na Legenda maior também ressaltou a volta de São Francisco a Porciúncula, despido pediu que lessem uma passagem bíblica, o texto encontrado foi o da páscoa, ele abençoou os irmãos e admoestou sobre a paciência, pobreza e fé da Igreja católica que deveriam ser conservadas. Os mesmos fatos também foram narrados na Legenda menor, salientando a ideia de que o fundador dos menores tinha certa preocupação de como a sua Ordem continuaria mantendo uma relação saudável com a Sé Romana após sua morte.

Dessa forma podemos perceber que a escrita das hagiografias franciscanas estavam diretamente ligadas a memória e o interesse dos grupos que compunham a Ordem, e os hagiógrafos tomaram um partido ao escrever. Tomás de Celano e seus escritos estavam mais vinculado ao mundo espiritual, pois ao escrever necessitavam de uma imagem de São Francisco virtuoso diretamente ligado a Sé Romana e apesar das mudanças estruturais das hagiografias nos anos quarenta do século XIII, que afetaram a segunda vida, seus escritos continuaram tentando imprimir este perfil ao santo. Os escritos de Boaventura possuíam um viés teológico, tentava como destacou Vauchez¹³⁵, desvincular a Ordem de seu fundador, pois dessa forma era possível legitimar as mudanças da Ordem, mostrando que a Ordem ultrapassou a imagem de São Francisco e por isso não poderia olhar para o passado como modelo, mas sim como uma fase que já havia sido superada.

Considerações finais

Podemos concluir que a produção hagiográfica franciscana foi impregnada pela luta política que a Ordem mergulhou após 1226, data da morte do Poverello. A luta entre espirituais e conventuais foram os grandes norteadores da escrita da vida de São Francisco de Assis, que precisou passar por um enquadramento institucional para tornar-se um Santo da Igreja, logo às

¹³⁵ VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis Entre História e Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, p.254.

contradições de suas atitudes foram dispostas como em defesa de seu projeto. A hagiografia segue padrões e modelos antes estabelecidos, no caso da vida de São Francisco possuía como representação a experiência de Cristo, dessa forma muitos fatos foram abordados por ambos os hagiógrafos, diferindo apenas as intenções de seus escritos.

REFERÊNCIAS

- ALBERZONI, Maria Pia. Dalla *Domus* Del cardinale d'Ostia Alla curua di Gregorio IX. In: **Gregorio IX e Gli Ordini Mendicanti**. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'alto Medievo, 2011.
- CARVALHO, Cibele. As hagiografias franciscanas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 4, p.142-160, jun. 2013. Semestral. ISSN 2237-6585.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- GOFF, Jacques Le. **São Francisco de Assis**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MERLO, Grado Giovanni. **Em nome de São Francisco: História dos Frades Menores e do Franciscanismo até inícios do século XVI**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MICOLLI, Giovanni. **Francisco: O santo de Assis na origem dos movimentos franciscanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- TEIXEIRA, Celso Márcio (org.). **Fontes Franciscanas e Clarianas**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis Entre História e Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
- VAUCHEZ, André. O santo. In: GOFF, Jacques Le. **O homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

“Filhas de Maria”: A mulher nas páginas do jornal ‘O Semeador’ (1960 – 1965)

José Edson da Silva Santos Junior
Graduado em Bacharelado em História/ICHCA/UFAL

Resumo: Tenho como objetivo, através do presente trabalho, estudar a influência da Igreja Católica Apostólica Romana sobre a mulher, em Maceió, no período de 1960 – 1965. Como fonte para esta investida, utilizo o jornal ‘O Semeador’ com a finalidade de problematizar a representação do ideal de comportamento, e/ou condição, apresentado ao sexo feminino, divulgado/defendido pela imprensa da Arquidiocese desta cidade, bem como para inserir a mulher no contexto histórico do momento das publicações.

Palavras-Chave: História das Mulheres. O Semeador. Igreja Católica.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja e [...] divulgado pela imprensa. Marina Maluf¹³⁶

As fontes eclesiásticas são extremamente importantes em informações históricas. Pois, “as fontes da Igreja [...] mostram-se [...] riquíssimas para aproximar o historiador das intimidades vividas no passado”.¹³⁷ Entretanto, é inestimável que o pesquisador seja muito detalhista e criterioso em suas análises, pois este tipo de documentação foi escrita por “agentes do poder” – como ressalta Vainfas – dentro dos “modelos da moral católica”, sem que houvesse nenhuma contestação sobre as mesmas. As fontes, portanto, são relevantes, mas são também a produção dos que detém o poder – no caso, a Igreja Católica – pois, não existe documento que não apresente cunho ideológico e representativo.

Acerca de representação, um dos teóricos mais conhecidos é Roger Chartier. Para ele, as representações ocorrem na realidade social e a mesma é constituída através do nosso intelecto, o qual cria figuras para fazer o presente ter sentido; assim ocorrem as representações do mundo social, bem como seus compartilhamentos. Estas representações também são construídas historicamente, portanto, são passivas de mudanças, de adaptações, advindas, por

¹³⁶ MALUF, Marina. & MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do Mundo Feminino**. In: NOVAIS, Fernando. & SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil; 3).

¹³⁷ (VAINFAS, 1997, p. 228).

exemplo, dos conflitos sociais, do interesse de grupos e das relações de poder. Sobre representação, Amanda Silva completa:

Para Chartier, as representações são expressas por discursos. [...] este autor levanta uma questão, a saber: as formas diferenciadas com que os indivíduos apreendem os discursos que dão a ver e a pensar o real. Para ele, as leituras dos discursos feitas pelos sujeitos e a consequente produção de sentido são determinadas por certas condições e processos, como por exemplo, da relação móvel entre texto e leitor. Assim, há uma pluralidade dos modos de emprego dos discursos e uma diversidade de leituras que devem ser evidenciadas, revelando que as categorias aparentemente invariáveis são construídas historicamente. (SILVA, 2015, p. 01).

Vale salientar, ainda, que “boa parte das reflexões em torno dos discursos sobre sexo [...] foi produzida nos âmbitos da história da mulher”¹³⁸. Neste sentido, ainda, o que na maioria das vezes chamamos de “História das Mulheres” foi, na verdade, escrito com punho de homens ou de instituições. Fica um tanto quanto complexo, portanto, desvincular uma análise sobre a mulher dessa questão, principalmente se envolver sexualidade, no tocante às acepções da Igreja Católica Apostólica Romana – se bem que apenas a sexualidade não é exatamente o objetivo único deste trabalho.

Vejamos um pouco da história do jornal: ‘O Semeador’ é o órgão de comunicação da Arquidiocese de Maceió, portanto católico, que foi fundado em 02 de Março de 1913, por Dom Manoel Antônio de Oliveira Lopes¹³⁹ e “teve a frente um grupo de jovens sacerdotes formado pelos padres Antônio José de Cerqueira Valente, Luis Carlos de Oliveira Barbosa e José Franklin de Lima” (SILVA & FERRO, p. 07). É o periódico mais antigo da capital alagoana que ainda continua em circulação¹⁴⁰ e, ao menos no período abordado neste trabalho, se posicionou política e socialmente, pois além das matérias de cunho religioso, também trazia notícias do cotidiano político-social maceioense.

¹³⁸ ENGEL, 1997, p. 432.

¹³⁹ 2º Arcebispo de Alagoas: 1911 – 1922.

¹⁴⁰ Até o fechamento deste artigo, as publicações do jornal 'O Semeador' contavam com tiragens quinzenais.



Dom Manuel Antônio de Oliveira Lopes

Fundador do Jornal 'O Semeador'

Foto: SANTOS JUNIOR, J. E.

Acervo do ACMM

Boa parte dos seus exemplares pode ser encontrada no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), presente na Arquidiocese de Maceió, da Igreja Católica Apostólica Romana, a qual foi fundada em 02 de Julho de 1900, localizada na sede do Seminário Provincial Nossa Senhora da Assunção, fundado em 1902, localizado na Avenida Dom Antônio Brandão, Nº 559, Farol, Maceió. Segundo Silva e Ferro, “*quando o jornal O Semeador começou a circular sua redação era nos fundos da Catedral de Maceió*”. (Id. Ibid., p. 07). Ainda de acordo com os autores:

Quando começou a circular O Semeador era impresso em uma tipografia situada no bairro do Jaraguá, pertencente ao ‘Sr. Soares’ como era conhecido o tipógrafo. Eram impressos 2 mil jornais, que tinham um custo de 300 mil réis e sua circulação era semanal. (Ib. Ibid., p. 07).

Durante esses 102 anos de história, ‘O Semeador’ passou por várias alterações, principalmente no tocante à sua diagramação, tiragens semanais ou quinzenais, número de laudas e gráficas diferentes, entre outras, para se adequar a realidade do período, devido ao surgimento de novas tecnologias de impressão, para torná-lo, inclusive, mais atrativo aos leitores. Nesse período, houve também dois momentos nos quais o jornal passou um tempo fora de circulação: Na década de 1960, passou nove meses sem circular, voltando em 16 de agosto

de 1968 e, na década de 1980, ficou um ano e quatro meses sem circular, voltando em 26 de junho de 1982.

Na década de 1990, saiu, pela primeira vez, em tiragem colorida e, desde o ano de 1998, ‘O Semeador’ passou a ser “impresso e diagramado em seu próprio parque gráfico, situado em uma sala no térreo da Cúria Arquidiocesana”. (SILVA e FERRO, p. 08). Hoje, suas edições seguem os padrões exigidos para um jornal e “é distribuído quinzenalmente aos sábados, para 29 paróquias da capital e uma do interior, que o vendem, por meio de voluntários, no valor de R\$ 2,00”. (Ib. Ibid., p. 09).

Para continuar, é necessária uma explicação, ou melhor, um esclarecimento, a respeito das fontes utilizadas neste artigo. Os exemplares usados para a pesquisa são os que podem ser encontrados, exclusivamente, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. É provável que haja jornais ‘O Semeador’ em outros arquivos, mesmo de outros períodos divergentes do recortado. Entretanto, nas edições analisadas, há jornais com a tinta das letras já bastante apagada ou a informação de uma página aparece “colada” na página seguinte, o que às vezes dificulta a leitura e a digitalização. Dentre as fontes selecionadas, cumpre dizer também que optei por manter a grafia original das mesmas, colocando após as palavras, a expressão sic, entre colchetes.

No jornal, há diversas notícias de programações, como retiros de carnaval para senhoras, as quais são repetidas, por exemplo, durante um mês antes da data marcada; portanto, optei por usar apenas uma delas. No geral, os jornais estão bem conservados, mas há períodos silenciosos, devido à ausência de suas edições, possivelmente perdidas – como quase todo o ano de 1963 – e há períodos nos quais os jornais estão bastante deteriorados por traças, ficando difícil até virar as páginas deles – como no primeiro trimestre do ano de 1962.

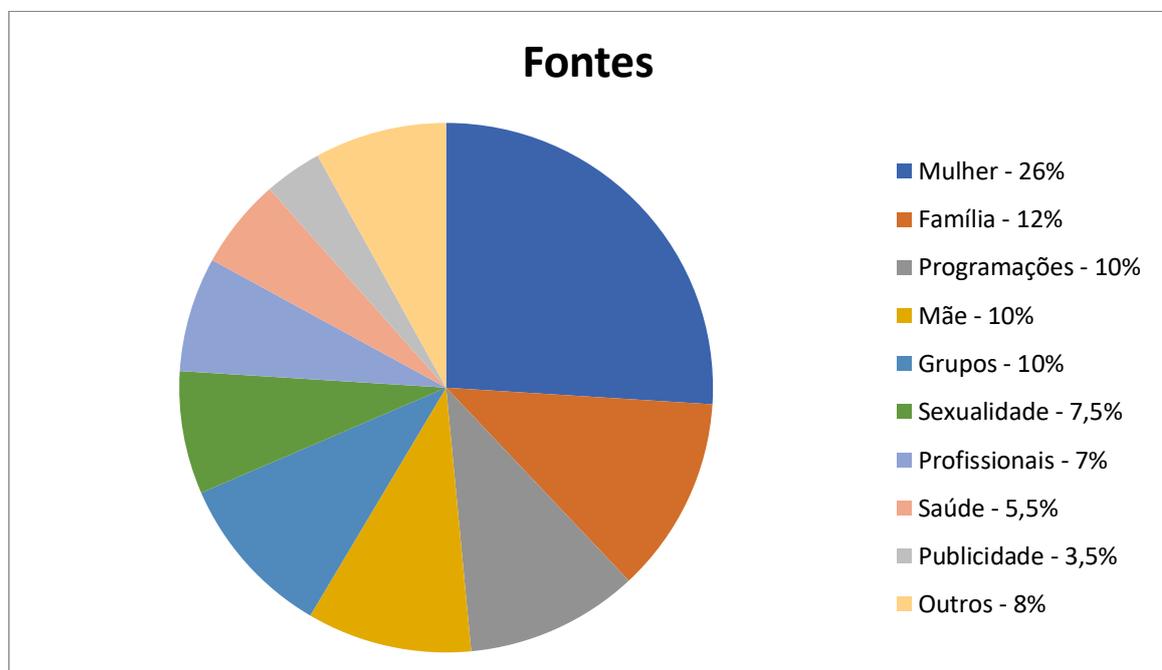
No período escolhido para análise¹⁴¹, nota-se que ‘O Semeador’ apresenta um discurso específico, bem como uma representação totalmente direcionada, logicamente aos seus fiéis e, consequentemente às mulheres. Constitui-se numa ótima fonte para o conhecimento do período escolhido para estudo. Os dados que permitem compreender como a Madre Igreja influenciava

¹⁴¹ Só a critério de informação, foram dois os Arcebispos do período estudado: Dom Ranulfo da Silva Farias, que atuou de 1939 até 1963; e Dom Adelmo Cavalcanti Machado, que atuou de 1963 até 1976. Atualmente, desde precisamente 2006, o Arcebispo é Dom Antônio Muniz Fernandes.

das mulheres que habitaram o corpo social maceioense – assíduas nos eventos da Igreja e leitoras do periódico, na primeira metade da década de 1960 – podem ser revelados a partir de textos extraídos desse jornal, pois, por exemplo, há uma identificação das fiéis, de forma personificada e comportamental, com a vida de Maria, daí se autodenominarem as “Filhas de Maria”.

Os documentos selecionados, os quais tratavam especificamente sobre alguma área feminina ou sobre a mulher propriamente dita, a coleta destes, dentre os anos compreendidos de 1960 a 1965, do jornal ‘O Semeador’, totalizou a quantidade de 200 fontes: 33 em 1960, 34 em 1961, 41 em 1962, 03 em 1963 – um ano silencioso, devido à ausência de exemplares e à deterioração dos que ainda estão acessíveis – 48 em 1964, e 41 em 1965.

Logo na primeira leitura das fontes, percebe-se, a partir do conteúdo das mesmas, que elas são dirigidas as mulheres com expressões que se repetem ao longo da primeira metade da década de 1960, tais como: “mulher”, “mãe”, “filhas”, “senhoras”, “moça”, “esposas”. Como também, ‘O Semeador’ trata de assuntos envolvendo algum aspecto feminino com matérias ou mensagens elaboradas em vários sentidos, pois traz uma gama de vertentes, onde é possível verificar o discurso do periódico sobre a mulher, como demonstra a estatística abaixo:



Traduzindo em números, as 200 fontes selecionadas, entre os anos de 1960 a 1965, temos: 52 fontes que tratam sobre a mulher; 24 sobre a família; 21 sobre programações; 20 sobre as mães; 20 sobre grupos; 15 sobre sexualidade; 14 sobre as profissionais; 11 sobre saúde da mulher; 07 sobre publicidade direcionada à mulher; 16 sobre outros assuntos. A porcentagem

das fontes demonstra que há um investimento, por parte do jornal ‘O Semeador’ na mulher e em seus interesses.

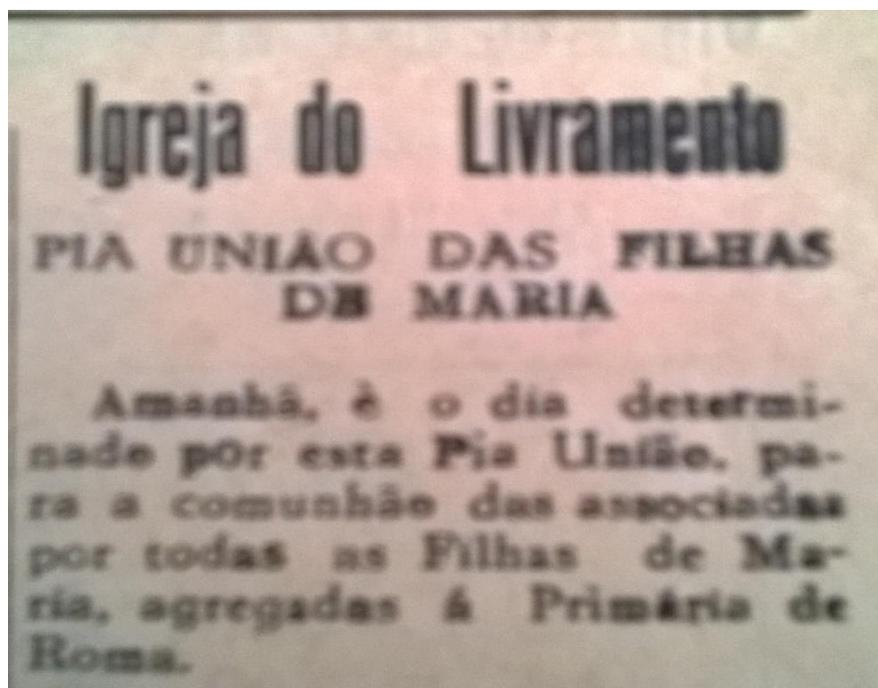
Um dado interessante é que boa parte destes documentos não apresenta o autor (a), sobretudo quando o assunto é sexualidade, ficando a cargo tão somente de uma escrita anônima – mas certamente uma figura masculina – colocar sua opinião sobre determinado assunto ou tão somente repassar alguma decisão vinda direto do Vaticano. Todavia, houve mulheres escrevendo, pois aparece, em certos artigos, uma letra feminina tratando sobre a mulher – mesmo que possivelmente passando por crivo institucional – dentre as que merecem destaque, temos colaboradoras, que aparecem esporadicamente, como Dolores Ferrari, com reflexões destinadas ao sexo feminino, e Maria Edla Lima, que se destaca, em 1962, trazendo textos sobre os direitos da mulher casada. No ano de 1965 aparece Celme Leão – com uma coluna de nome ‘Mensagem a Mulher’ – totalizando, pelo menos, 21 textos de próprio punho. É claro que estas mensagens possuíam cunho religioso, entretanto, vale salientar que o fato de ter mulheres escrevendo em periódicos, comprova que realmente houve avanços, neste caso, relativos à educação, pois surtiram alguns resultados; lembremos que, anteriormente, a caneta de um jornal cabia apenas ao homem.

Outro aspecto interessante a se abordar é a questão da família, ao casamento indissolúvel, diretamente ligado à procriação – consequentemente a obrigação de ser mãe – como também ligado a moral. O comportamento feminino como sinônimo de pudor estava tão enxertado na sociedade que se as mulheres ferissem as leis da moral e eclesiásticas, estavam também desestabilizando a ordem social – e isso era muito sério, se bem que na meia década recortada muitas mudanças nesse sentido já estavam se consolidando – o que nunca ocorria com os homens. À mulher cabia o sucesso do lar; a “mãe de família”, a “rainha do lar” tinha uma função colocada sem arroudeios pela Igreja Católica:



O Semeador, Sábado, 12/05/1962, Nº 87, Ano XLVIX

Outras fontes que aparecem são as que se referem a grupos formados dentro das Igrejas Católicas para manter as mulheres em atividades, através de programações, como retiros, conferências, reuniões e encontros. Esses grupos aparecem recorrentemente, onde as associadas organizam festividades, datas comemorativas – principalmente Dia das Mães e Natal – realizando ações de caridade e adquirindo cada vez mais espaço em ‘O Semeador’ para divulgar seus feitos. Dentre os grupos que podem ser encontrados, no período recortado, temos: a ‘Federação pelo Progresso Feminino’, as ‘Luizas de Marillac’, o ‘Clube das Mães’, as ‘Irmãs Vicentinas’, as ‘Missionárias do Rosário’, as ‘Irmãs de Caridade’ e as ‘Irmãzinhas da Assunção’ e as ‘Filhas de Maria’ – nome este adotado como título deste texto, devido o bom número de aparições, no jornal:



O Semeador, Sábado, 13/02/1960, Nº 28, Ano XLVII

Na década de 1960, o quantitativo de mulheres que passou a trabalhar fora do lar continuou crescendo, sobretudo com a invenção da pílula anticoncepcional e com a sanção do ‘Estatuto da Mulher Casada’ que, entre outros direitos, garantiu que a mulher não mais carecia da permissão do cônjuge para trabalhar fora. É fundamental observar que as primeiras profissões aceitas tinham a ideia de cuidado, de caridade; era, portanto, uma espécie de extensão da maternidade.

As fontes analisadas comprovam que no jornal foram divulgadas propagandas de dentistas e médicas, como também se privilegiavam formaturas de professoras, assistentes

sociais, enfermeiras, aparecendo também empregadas domésticas e visitadoras sanitárias (seria a função do agente de saúde hoje em dia). Falando nessa derradeira questão, há também um investimento na saúde física feminina, somada a parte espiritual, através da indicação de profissionais ginecológicos ou dermatológicos, por exemplo, bem como propagandas de medicamentos.

Todas essas questões fazem lembrar a frase de Carla Pinsky, que afirmou: “ser uma ‘boa dona de casa’ persiste como ideal até hoje [...]. Se não fosse assim, não seria a mulher o público-alvo das propagandas de produtos de limpeza, esponjas de aço, inseticidas domésticos, aromatizadores de ambiente e papel higiênico”.¹⁴² Naquela época não era diferente. ‘O Semeador’ também teve anunciantes de produtos “do lar” e, desde aquele tempo, os mesmos estavam diretamente ligados à mulher, conforme imagem abaixo. Não esqueçamos que ela era considerada a “rainha do lar”.



O Semeador, Segunda-feira, 08/02/1960, Nº 24, Ano XLVII

¹⁴² PINSKY, Carla Bassanezi. **Imagens e Representações 2: A Era dos Modelos Flexíveis.** In: PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 533.

Cabia a elas a função de limpar, passar, lavar, cozinhar, engomar, etc. Hoje parece que as mudanças não ocorreram de modo a deixar funções, mas de acumular funções. A mulher, atualmente, tem uma jornada desgastante: precisa trabalhar, cuidar da casa, do marido, dos filhos, estudar, vestir-se bem, estar em forma, não descuidar do cabelo, da unha, da aparência, etc, etc, etc. E o pior de tudo, muitas vezes o machismo é mantido por elas próprias, quando falam frases como: “O meu marido me ajuda bastante nas tarefas domésticas”. Isto é: ele não compartilha os afazeres, ele a ajuda. Portanto, a responsabilidade é dela, a cozinha é dela, se tiver sujo o problema é dela. Ele, se tiver boa vontade, poderá, no máximo, ajudar. Mulher, mãe de família, esposa, profissional, participante das atividades paroquiais, prudente em sua sexualidade. Esse era e permanece o ideal de mulher católica.

Assunto este, a sexualidade, que foi dedicado ao segundo capítulo deste trabalho, e que, aparentemente, aparece pouco nos anos compreendidos entre 1960 a 1965 – talvez pelo momento político tenso vivido tanto no Brasil quanto no mundo – mas que absolutamente nunca deixou de ser tratado, confirmado, divulgado, sobretudo em relação às posições do Papa concernentes à exibição do corpo feminino, ao seu pudor e comportamento, a possibilidade de controlar o número de filhos, etc.

Basta verificar a quantidade de fontes relativas à maternidade – área totalmente ligada à sexualidade – e à família, visto que havia momentos específicos nos quais os casais, principalmente as noivas, passavam por treinamentos com a finalidade matrimonial e o assunto sexualidade certamente não ficava de fora. Por conseguinte, não esqueçamos que quando o sexo passou a ser estudo objetivamente, a mulher era o foco; e onde a mulher e o catolicismo conviverem, a sexualidade e suas associações estarão presentes. Sobre este tema, ‘O Semeador’ também exibiu abertamente as suas notícias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: A Arte de Inventar o Passado – Ensaios de Teoria da História**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ANDRADE, Ana Paula Pacheco de. **Jornalismo e História: Da Notícia e Produção da Fonte À Análise da Realidade**. Disponível em: http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/A/Ana_Claudia_Pacheco_de_Andrade.pdf.

Acesso em: 05 mai. 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2ª Ed. Ver. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos; 17).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. [Tradução de Maria Manuela Galhardo]. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DINIZ, Debora. **Aborto e Contracepção: Três Gerações de Mulheres**. In: PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 313 – 332.

ENGEL, Magali. **História e Sexualidade**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. São Paulo: Campus, 1997, p. 297 – 311.

LEITE, Alcides. **Novo Catolicismo? A Revolução de Francisco**. In: *Leituras da História*. Edição Nº 69, p. 54 – 55.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos Periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111 – 153.

_____. **Imprensa Feminina: Mulher em Revista**. In: PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 447 – 468.

MALUF, Marina. & MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do Mundo Feminino**. In: NOVAIS, Fernando. & SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil; 3).

O SEMEADOR. **Órgão de Comunicação da Arquidiocese de Maceió**. Fundado em 02 de Março de 1913. Pastoral da Comunicação da Arquidiocese de Maceió. Av. Dom Antônio Brandão, Nº 559, Farol, Maceió/AL.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Imagens e Representações 1: A Era dos Modelos Rígidos**. In: PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 469 – 512.

_____. **Imagens e Representações 2: A Era dos Modelos Flexíveis**. In: PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 513 – 543.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e Sexualidade**. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 578 – 606.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres Sob Todas as Luzes: A Emancipação Feminina e os Últimos Anos do Patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 62 – 95.

SILVA, Amanda Camylla Pereira Silva. **Representação**. In: Historiador Aprendiz. Disponível em PDF.

SILVA, Eduardo Tadeu Lopes da. & FERRO, Ricardo José Oliveira. **Jornal O Semeador: Um Centenário Propagador da Fé Católica**. Disponível em: <<http://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/533/382>> Acesso em 10 mai. 2015.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). In: **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. São Paulo: Campus, 1997, p. 275 – 296.

VAINFAS, Ronaldo. **Moralidades Brasileiras: Deleites Sexuais e Linguagem Erótica na Sociedade Escravista**. In: SOUZA, Laura de M. & NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 222 – 273. (História da Vida Privada no Brasil).

Justa Substantial de Cristo: uma contenda sobre discordância conceitual da interpretação Migeciana e Adocionista

Luanna Klísia de Amorim Mendes¹⁴³

Resumo: A atual Igreja Católica Apostólica Romana é conhecida por ter diversos rituais, dogmas, doutrinas e seus contrassensos instituídos em todas as suas sedes, porém no século VIII ela ainda estava estabelecendo sua ortodoxia. Com constantes debates teológicos que envolvia diversas camadas da sociedade desde os homens da igreja até nobres. A situação multicultural e religiosa do sul da Hispânia trouxe o ressurgimento de práticas consideradas heréticas pela Igreja, o que levou as Igrejas Hispânica e Romana a iniciarem um novo debate sobre heresias. E nesta proposta de comunicação procuraremos refletir sobre o papel que a definição e legitimação dos discursos dogmáticos se prestaram frente ao processo de afirmação política desses diversos grupos cristãos dentro do próprio corpo eclesiástico, como o debate Adocionista surgia por intermédio da negação da ideia Migeciana, como o debate de uma ideia levou a torná-la herética, provocou ao surgimento de outro debate sobre um outro pensamento teológico.

Palavra-chave: Heresia, Hispânia, Trindade

Constituição

Esta pesquisa tem como proposição a análise da causa de uma disputa dogmática que surgiu no século VIII, o surgimento da querela Adocionista Hispânica, o debate Adocionista envolveu diversas camadas da sociedade desde os homens da Igreja, que iam de Diácono até o Papa, como: Elipando, Arcebispo de Toledo¹⁴⁴, Felix, bispo de Urgel¹⁴⁵, Ascario¹⁴⁶, bispo de

¹⁴³ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste). Orientadora: Dr^a Raquel de Fátima Parmegiani. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), Capes.

¹⁴⁴ Elipando foi Arcebispo de Toledo no século VIII, e foi o principal defensor do Adocionismo na Hispânia, suas teses foram condenadas no concílio de Ratisbona (Regensburg) em 792 e no concílio de Frankfurt em 794, e até seu falecimento continuou a defender sua doutrina sem fazer nenhuma retração. (792) e depois em Roma, posteriormente teve sua doutrina refutada por Alcuíno em 798. SANZ. Maria Adelaida Andrés. Et.Al. CODONER, Carmen (coord.). **La hispania visigótica y mozarabe: dos épocas em su literatura**. 1ªed. Salamanca: Ediciones universidad de salamanca, 2010.p 252 - 257

¹⁴⁵ Felix, foi bispo de Urgel no final do século VIII, foi o maior seguidor, apoiador e transmissor do Adocionismo, nas províncias Tarraconesa e nos Pirineus, foi forçado a retratasse no Concílio de Ratisbona em Regensburg Idem, p.259- 268

¹⁴⁶ Bispo de Braga, é conhecido por seu compromisso com a tese Adocionista, defendendo a humanidade de Jesus e sua natureza divina, Eterio e Beato eram seus principais adversários, foi condenado pelo papa Adriano I. Ibidem, Passim.

Braga, o Diácono Alcuíno de York¹⁴⁷ e o Beato de Liébana, monge asturiano¹⁴⁸, assim como também alguns nobres da região Asturiana como a rainha Adosinda¹⁴⁹, e o rei Afonso II das Astúrias, o casto¹⁵⁰ e da realeza Carolíngia na figura de Carlos Magno¹⁵¹, a polêmica durou cerca de dezoito anos de debate entre as Igrejas começou por volta dos anos 782 no Concílio¹⁵² em Sevilha, no debate ao Migeccianismo.

No início do domínio dos árabes ao sul da Península Ibérica, muitos clérigos se refugiaram em outras regiões, porém numerosos clérigos haviam permanecido. Eles tinham preferido negociar capitulações em nome das suas ovelhas, a Igreja hispânica seguiu as normas católicas de maneira praticamente pacífica sobre a



¹⁴⁷ Alcuíno de York, bibliotecário da catedral de York, desempenhou aí um papel proeminente na Renascença Carolíngia e fundou a escola do palácio em Aix-la-Chapelle, onde eram ensinadas as sete artes liberais de acordo com o sistema educacional de Cassiodoro.

¹⁴⁸ Beato de Liébana, teólogo e monge de forte personalidade, pouco se sabe de sua vida, passou parte dela no Mosteiro de São Martinho de Turieno, e alguns anos entre a monarquia de Oviedo, com o rei Silo e sua esposa Adosinda, filha do rei Alfonso I, entre seus escritos estão Comentário ao Apocalipse “Commentarium in Apocalypsin” que foi muito difundido durante a Alta Idade Média, e o Apologético também conhecido como Carta de Eterio y Beato de Liébana a Elipando, por meio desta carta, Beato rebateu as ideias Adocionistas de Elipando. SANZ. Maria Adelaida Andrés. Et. Al. Ibidem, p.229 - 235

¹⁴⁹ Adosinda, filha do rei Alfonso I, após a morte de seu esposo o rei Silo, ela se tornou freira em mosteiro onde teve contato com Beato de Liébana, o Abade Fidel.

¹⁵⁰ Rei das Astúrias (791-842), após a morte de seu pai, ficou sobre os cuidados de sua tia Adosinda, na infância, isso levou a uma série de debates com o reino carolíngio, na intenção de manter a integridade do seu reino frente aos ataques muçulmanos na fronteira oriental das Astúrias e possivelmente para discutir os efeitos do Adocionismo, contra o qual Carlos Magno lutava.

¹⁵¹ Carlos Magno rei dos francos 768-814 e imperador 800-814, consolidou e aperfeiçoou o reino cristão franco herdado de seu pai; estendeu a autoridade implícita desse reino a todas as outras comunidades cristãs existentes na Europa ocidental continental até a fronteira com o Império Bizantino na Itália meridional.

¹⁵² Os Concílio ecumênico ou universal estará presente em toda a Igreja Católica é uma reunião de todos os Bispos da Igreja. É uma reflexão sobre pontos doutrina que precisam ser esclarecidas, declarar dogmas, corrigir erros pastorais, condenar heresias, questões de interesse da Igreja universal. É convocado e presidido pelo Papa ou por algum Bispo, isso porque não é necessário o Papa estar presente para a realização de um concílio, mas para ele ser válido precisa de sua confirmação. Os concílios ecumênicos nacionais referem-se a uma reunião ou assembleia de religiosos: bispos ou preladados convocados para tratar de um ou vários temas específicos de uma determinada região.

proteção dos Árabes, sobre a proteção do Califado Omíada¹⁵³ e posteriormente sobre o Emirado de Córdoba¹⁵⁴, manteve sua administração religiosa e política intacta¹⁵⁵.

No período do Califado Omíada, a multiplicidade cultural e a liberdade religiosa, para os Cristão e Judeus¹⁵⁶, ocasionou um aparecimento de múltiplas heresias cristãs, um bom número delas inscrevia-se na tradição das que os grandes concílios Toledanos dos séculos V a VII haviam condenado. A heresia tornara-se um obstáculo a um pensamento eclesiástico “ortodoxo”, a ortodoxia referisse à ideia de um caminho linear relacionado a um pensamento original, que para a teologia cristã é um pensamento que deriva de Deus, dessa maneira os textos bíblicos e a interpretação que considerada única e correta.

Dentre as diversas temáticas que se tornaram heréticas, várias discussões apareceram entre os líderes intelectuais da Igreja, sobre diversos aspectos do cristianismo entre elas a recorrente temática se passava pelo tema a respeito do Cristo Deus e homem, pois a representação de um único Deus em três pessoas, resultou em diversas controvérsias que decorreram por longos anos até a formação da trindade como dogma. A conceituação de heresia aparece bem cedo nos textos eclesiásticos, elas estiveram inicialmente ligadas a uma recusa ou negação de uma ou mais afirmações de fé de um determinado preceito, sendo o conceito de tornar uma ideia em herética sido diferente em várias momentos, no século que trabalhamos seu uso prático é uma construção discursiva dentro da Igreja, de uma desqualificação da fala de outro.

Contenda

Essas heresias na segunda metade do século VIII ainda eram combatidas na Península Ibérica e o debate Adocionista veio à tona quando esta situação chamou a atenção do bispo de

¹⁵³ Al-Andalus, como ficou conhecida a Hispânia Arabizada, foi comandada a partir de Damasco, era totalmente dependente.

¹⁵⁴ Reino estabelecido em Al-Andalus, pelo emir Abd-al-Rahman ou Abederamão I, ele transformou o califado em um emirado, isto lhe deu a parte da península que lhe era subordinada, independência administrativa, fiscal e militar.

¹⁵⁵ Os árabes de Al-Andalus não encorajavam a conversão forçada, as religiões dos livros poderiam continuar com suas práticas desde que sustentassem os exércitos islâmicos por meio do imposto, o Jizya. Tanto os judeus como os cristãos eram tratados como povos do livro, apesar de não se mostrarem dignos das palavras de deus, tinham pelo menos recebido Dele as suas Escrituras, e podiam continuar as suas práticas religiosas, sob a direção dos seus chefes tradicionais, desde que sustentassem os exércitos islâmicos através do imposto. BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no ocidente**. Tradução: Eduardo Nogueira. Lisboa: Editora Presença, 1999.p. 203-204

¹⁵⁶ Desde que o imposto, Jizya, os cristão e Judeus podiam seguir suas religiões em liberdade.

Roma, o Papa Adriano I¹⁵⁷, este contatar o arcebispo Cixila¹⁵⁸ o primaz da Hispânia. O Hispânico não desejando que um bispo de uma igreja estrangeira se envolvesse em assuntos de sua diocese e recusou a intromissão de Adriano. Deste modo o Papa não obteve a licença para adentra no território até que, um novo primado foi eleito, e novamente Adriano tentou adentra nos assuntos eclesiásticos dos domínios Hispânicos, o novo arcebispo Elipando ao contrário de seu antecessor permitiu a intromissão do bispo de Roma em seu território. E assim Adriano o fez, recorreu a delegados para verificar essas ocorrências, essa investigação teve como resultado a formação do Concílio de Sevilha de (784) que levou a um debate entre as Igrejas de Roma, de Toledo, das Astúrias e de Urgel (Franca) sobre a vertente cristã Adocionista Hispânica.

Ao repercutir essa notícia de inúmeras heterodoxia em Córdoba, Carlos Magno, rei dos Francos e Lombardos (742-814), com um objetivo político, previamente indicado, e possivelmente para conhecer certos desvios da Igreja Hispânica, região esta que Carlos Magno está conquistando territórios e súditos ao nordeste, usou Wulcario, arcebispo de Sens, para que escrevesse ao Papa Adriano I, com uma sugestão de enviar a Espanha Egila com missões pastorais, a fim de corrigir os possíveis desvios desta Igreja.

Adriano seguiu o conselho e Egila foi enviado para a Espanha, la ele encontrou desvios doutrinários, litúrgicos e morais, que envolvia desde datação errônea da celebração da páscoa até ao fato de algumas pessoas não comerem carne sangrada, e para relatar sobre as heresias encontradas cartas erram enviadas da Hispânia para Roma.

Na Antiguidade e na Idade Média as cartas eram os maiores difusores de comunicação disponível para se obter informações de longa distância, como relata Guarniere (2016, p.26):

Ela parece ter surgido junto com a escrita. De início, é a necessidade que faz a carta é suprir de outra maneira a distância que separa os interlocutores: com ela, o autor busca “atravessar os mares nas quinas que entrecortam as ondas, enquanto, quais vagas por vagas, os instantes da vida se esvaem”. A carta deve funcionar como uma “ponte” que liga os interlocutores, fazendo com que eles se apresentem fisicamente um ao outro — ou pode ser criticada por ser incapaz de realizar esse efeito. A carta atua, assim, como um substituto, ainda que débil, para uma conversa presencial.

As cartas são capazes de unir por meio da letra, transformando palpável uma comunicação e capaz de dar senso de presença física, dando contanto a autores que podem nunca terem se conhecido pessoalmente, fazendo uso apenas do dialogo a distância. Nascida junto com a escrita, no estudo da retórica as cartas tiveram duas funções distintas, seu uso particular (*litterae*) e públicas (*epistulae*), na literatura cristã faz uso do gênero público.

¹⁵⁷ Um dos mais influentes papas no período inicial da Idade Média, Adriano convidou Carlos Magno e os francos a apoiá-lo contra a pressão lombarda. A intervenção provou ser decisiva: o reino lombardo foi esmagado e Carlos Magno adotou o título de rei dos lombardos. LYON, Henry R. op. cit. p.4

¹⁵⁸ Cixila, foi arcebispo de Toledo antes de Elipando. Seu arcebispado foi de 775-783.

A epistolografia¹⁵⁹ é um gênero que se diferencia, pelo uso dos discursos por meio de diálogos escritos, ou seja, um tipo de conversa escrita, não falada, que deve ser feita como uma conversa, que deve ter naturalidade e ser envidado como um presente.¹⁶⁰ As cartas epistolares poderiam ter diversos assuntos, desde discussões sobre as sagradas escrituras até questões teológicas como uma heresia, como acontece na carta relatada do bispo de Roma Adriano I (ECHEGARAY, 2004, Carta II do papa Adriano a Egila, p.391):¹⁶¹

Também nos deu a conhecer sua caridade o que com insistência e perseverança e perseverança pregão alguns erros: que quem não comer o sangue de animais e porcos, ou carne sem sangramento (estrangulado), é um tolo e ignorante. Mas nós, imbuídos e doutrinamos pelos ensinamentos apostólicos, pregamos confirmando que, se alguém comer sangue ou carne sem sangramento de animais ou porcos, não só é estranho para toda a iluminação, mas também completamente estranho ao senso comum e, emaranhado em as cadeias de anátema, cairão nos laços do diabo.

Na Hispânia essas heresias estavam sendo dirigidas a arquidiocese de Toledo, que tinha o título de primaz da Espanha¹⁶², esse título no século VIII concedia um status de precedência em relação às outras dioceses, e também a responsabilidade por presidir e convocar concílios.

O debate Adocionista

Essas heresias, e a estada de Egila na região foram relatadas ao arcebispo de Toledo Elipando (755/785-808?)¹⁶³, que descobriu que Egila estava seguindo uma heresia de um homem da Igreja chamado Migecio, este professava sobre uma interpretação diferente da Trindade, onde havia uma diferenciação das pessoas da Trindade.

As ideias de Migecio ficaram conhecidas como Migecianismo, ele defendia que o Pai, o Filho e o Espírito Santo eram interpretados de maneira diferente, a trindade seria composta por Davi como Pai, Jesus Cristo como o Filho e Paulo como o Espírito Santo, como vemos na explicação dada por Elipando em uma Carta (ECHEGARAY, 2004, Carta de Elipando dirigida ao herege Migecio, p.401):

¹⁵⁹ A arte de escrever cartas.

¹⁶⁰ GUARNIERI, Felipe de Medeiros. **A correspondência entre São Jerônimo e Santo Agostinho: Tradução e estudo**. 2016. Dissertação (Mestre em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.28

¹⁶¹ ECHEGARAY, Joaquin Gonzalez; CAMPO, Alberto Del; e FREEMAN, Leslie G. SOTO, Jose Luis Casado. **Beato de Liébana. Obras Completas y complementares II: Documentos de su entorno histórico y literário**. Madri: Biblioteca de autores cristianos, 2004.

¹⁶² Desfrutava neste tempo de ser a mais rica depois de Roma no Ocidente.

¹⁶³ Existem divergências com as datas de arcebispado de Elipando, alguns pesquisadores concordam que ele foi eleito em 785, já outros relatam que ele havia sido eleito em 754.

Há três pessoas corporais na divindade, ao dizer que a pessoa do Pai se acredita estar na figura de David, porque ele diz de si mesmo: *Ele iluminou meu coração uma boa palavra* (Sal 45, 2), e também que Davi acredita que ele disse sobre si mesmo: *você não abandonará minha alma no inferno, nem permitirá que seu santo experimente corrupção* (Sal 16:10). E você também afirma da pessoa do Filho de Deus que a segunda pessoa na Trindade é a que assumiu a Virgem, sustentando a palavra do Apóstolo que a diz: *nascida da linhagem de Davi segundo a carne* (Rom. 1,3); e que a terceira pessoa, o Espírito Santo, você diz é o apóstolo Paulo, declarando que o salmista diz dele: *pelo espírito da boca dele; Sua virtude* (Sl 33,6).

Na carta de Elipando, a pitoresca teologia trinitária de Migecio é afirmado que as figuras de Davi era equivalente ao Pai Eterno na terra, e que a segunda Pessoa da Trindade Jesus não foi gerado pelo Pai, mas aquilo que procede da linhagem de Davi, e o Espírito Santo, seria São Paulo, de acordo com as decisões tomadas pelo concílio de Nicéia isso seria um anátema¹⁶⁴.

O debate sobre a temática da essência de Cristo foi debatido no concílio de Nicéia essa discussão provinda da heresia ariana levou o concílio a formação do símbolo da fé, os pontos arianos se tratavam da não geração divina de Jesus, foi descartada, o que inicialmente de acordo com Alberico¹⁶⁵ foi apresentado o símbolo batismal usado na Igreja de Eusébio de Cesaréia¹⁶⁶ que foi aceito, porém a maioria solicitou que alguns reparos fossem adicionados para aclararem as afirmações, Os debates levaram as modificações e formaram, a declaração de fé do sínodo em Nicéia, o que veio a se chamar de Credo Niceno, que foi finalizado com a palavra homo-ousios.

Cremos em um só Deus, Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, e em um Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado, Unigênito do Pai, da substância do Pai, Deus de Deus, luz da Luz, Deus verdadeiro de Verdadeiro Deus, gerado, não criado, consubstancial com o Pai. Por quem todas as coisas foram feitas, as que estão no céu e na terra. Que por nós homens e para nossa salvação desceu e se encarnou e se fez homem. Ele sofreu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu aos céus. E virá para julgar os vivos e os mortos. Eno Espírito Santo. E quem disser que houve um momento em que o Filho de Deus não existia, ou que ele foi criado daquilo que não existia, ou que ele é de uma substância ou essência diferente ou que ele é uma

¹⁶⁴ Pena ou tipo de maldição que se efetiva com a expulsão de uma pessoa do convívio religioso ou da própria igreja, que pode ser levado a excomunhão.

¹⁶⁵ ALBERIGO, Giuseppe. **História dos concílios ecumênicos**. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

¹⁶⁶ Cremos em um só Deus, Pai onipotente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em um só Senhor Jesus Cristo, Verbo de Deus, Deus de Deus, Luz de Luz, Vida de Vida, Filho unigênito, primogênito de toda a criação, por quem foram feitas todas as coisas; o qual foi feito carne de carne para nossa salvação e viveu entre os homens, e sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu ao Pai e novamente virá em glória para julgar os vivos e os mortos; cremos também em um só Espírito Santo.

criatura, ou sujeito à mudança ou conversão, todos que assim são anatematizados pela Igreja Católica.¹⁶⁷

Com a retomada desses temas heterodoxos dentro da Igreja de Toledo Elipando, por ser um líder da Igreja Toledana achou necessário convocar um concílio, em 784. Com cerca de sessenta e sete anos e sendo o arcebispo de Toledo, a ele, era dado a responsabilidade sobre toda a Igrejas pertencentes à Ibéria, de Elipando pouco se tem conhecimento sobre sua formação, porém sabemos que tinha influência perante as igrejas a ele subordinadas na península e como representante eclesiástico sua oratória era um risco, visto que as relações entre as Igrejas Hispânicas e Romanas eram conflituosas desde o tempo do reino visigodo. Segundo Weber (1993, p.57)

A dedicação ao carisma do profeta, ou líder na guerra, ou ao grande demagogo na Eclésia ou no parlamento, significa que o líder é pessoalmente reconhecido como o líder inerentemente “chamado” dos homens. Os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele. Quando e mais do que um oportunista limitado e presunçoso, o líder vive para sua causa e “luta pela sua obra”. A dedicação de seus discípulos, seus seguidores, seus amigos pessoais do partido e orientado para a sua pessoa e para suas qualidades. A liderança carismática surgiu em todos os lugares e em todas as épocas históricas.

A legitimidade do líder eclesiástico deriva de uma autoridade pré-estabelecida da posição social que ocupa, e a prática de seus dons carismáticos. Elipando precisava provar perante seus pares que sua missão possuía algum valor, que sua leitura das escrituras estavam a favor dos concílios ecumênicos, fazendo emprego do conceito de poder pastoral de Foucault¹⁶⁸, que torna a influência que o pastor tem sobre seu rebanho, para expor a preocupação que Beato deixa claro quando relata “Herege são todos os filósofos, porque um homem rústico não pode ser chamado de herege¹⁶⁹”

Em 785 ocorreu o concílio de Sevilha, pouco se tem registro sobre os debates ocorridos ou quem estava lá, de conhecimento preservado deste concílio moçárabe¹⁷⁰, que se encontra nas obra Apologética de Beato de Liébana, sabemos que foi presidido pelo arcebispo de Toledo, Elipando, e que as ideias Migeccianas foram condenadas heréticas, e Migeccio considerado

¹⁶⁷ SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers: Second Series, Volume XIV the Seven Ecumenical Councils*. United States of America: Lightning Source, 2007. p. 3

¹⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8ed. Rio de Janeiro: Forenses Universitária, 2016. p.155

¹⁶⁹ BEATO DE LIEBANA. Apologético. In *Beato de Liébana. Obras Completas y complementares I: Comentario al apocalipsis. himno “o dei verbum” apologético*. Edición bilingüe preparada por Joaquin Gonzalez Echegaray, Alberto Del Campo y Leslie G. Freeman. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2004. Livro I, 51. p.729.

¹⁷⁰ Denominação da aos cristãos ibéricos que vivia sobre o domínio árabe, ou a eventos ocorridos durante o período ente os séculos VII e XV.

heresiarca. E o registro de um documento proferido neste concílio, o “Símbolo de Fé” proferido por Elipando, desencadeou o debate Adocionista.

Neste concílio fé proferido a fórmula do conteúdo fundamental do pensamento da ideia Adocionista, que posteriormente foi dada como herética, fazendo uso das técnicas de convencimentos advindas dos estudos retóricos episcopais ao refutar Migecio condenando suas teorias, Elipando escreveu sua proteção da verdadeira fé, em sua defesa no “símbolo da fé”, mostra-se a declaração sobre o Adocionismo. (ECHEGARAY, 2004, O símbolo da fé de Elipando (Concílio de Sevilla), p.415):

E quem diz que não cede a minha glória a outro (Is 42,8), um homem entre nós, unido em uma pessoa única e idêntica de Deus e homem e vestido de carne. Porque não acredito em coisas visíveis e invisíveis porque nasceram da Virgem, mas por causa do Filho, não por adoção, mas por geração, não por graça, mas por natureza. E para ele, ao mesmo tempo, Filho de Deus e do homem, filho adotivo em sua humanidade, e não adotado na divindade dele, ele redimiu o mundo¹⁷¹.

Quando são proferidas as atas deste Concílio, ou pelo menos seu Símbolo, pronunciando claramente ideias Adocionistas – *“porque não acredito em todas as coisas ... por aquele que nasceu da Virgem, mas por ele que é Filho, não pela adoção, mas pela geração; não pela graça, mas por natureza ... filho adotado em sua humanidade e não adotivo em sua divindade”*, fica notável o uso argumentativo, na sua escrita, pois ele não pergunta, mas explica a verdadeira fé da Igreja Católica.

Como responsável pela Igreja, ele tinha em suas bases a erudição, e devia arguir bem, sua oratória deveria ser usada para os sermões e discursos. Em outras palavras, ele tinha como objetivo, sempre buscar convencer o interlocutor sobre determinada verdade¹⁷², persuadindo o interlocutor que a vertente proferida deveria ser aceita como uma verdade absoluta. Como explicar Orlandi (2007, p.43, apud Barros 2015, p. 81-82)¹⁷³:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. [...] Deste modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

¹⁷¹ Esta é a frase que desencadeia a batalha do Adocionismo.

¹⁷² ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. **Poder e persuasão no discurso religioso medieval.** Domínios de Linguagem. Ano 1, nº1, 1º Semestre de 2007. p.1

¹⁷³ BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva.** In: Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.p.81-82.

No Símbolo de fé, Elipando em sua declaração fez uma construção discursiva que desqualificava a fala Migejianana transformando-a em uma heresia, ao negar a ideia do outro, afirma que suas ideias Adocionistas que declaravam que Cristo é filho adotivo em sua humanidade, e não adotivo em sua divindade, era a fé correta.

Considerações Finais

Essa declaração de Elipando, ao heretizar as ideias migejiananas, foi a abertura para o debate Adocionista, pois a concepção de dupla essência de Cristo já havia sido debatida em concílios anteriores como os ecumênicos Éfeso, Calcedônia e Constantinopla, mas essa questão cristológica continuou a ser reproduzir, devido ao fato de Cristo ser uma pessoa com duas naturezas, humana e divina ao mesmo tempo ainda não era bem recebida. Como protetor da Igreja Toledana e primaz da Hispânia era seu dever defender a igreja das ideias desviantes, e tomar a frente não deixando ideias contrárias adentrarem em seus domínios, e ao fazer sua finalização argumentativa defensiva da trindade niceniana, ele proferiu seus pensamentos sobre a dupla filiação de Cristo, e como Elipando via os pensamentos de Migeccio heréticos o mesmo foi pensando de sua argumentação, e assim como Migeccio, Elipando passou pelo mesmo processo em concílios posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERIGO, Giuseppe. **História dos concílios ecumênicos**. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. **Poder e persuasão no discurso religioso medieval**. Domínios de Lingu@gem. Ano 1, nº1, 1º Semestre de 2007.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva**. In: Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BEATO DE LIEBANA. Apologético. In **Beato de Liébana. Obras Completas y complementares I: Comentario al apocalipsis. himno “o dei verbum” apologético**. Edición bilíngüe preparada por Joaquin Gonzalez Echegaray, Alberto Del Campo y Leslie G. Freeman. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2004.

BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no ocidente**. Tradução: Eduardo Nogueira. Lisboa: Editora Presença, 1999.

ECHEGARAY, Joaquin Gonzalez; CAMPO, Alberto Del; e FREEMAN, Leslie G. SOTO, Jose Luis Casado. **Beato de Liébana. Obras Completas y complementares II: Documentos de su entorno histórico y literário**. Madri: Biblioteca de autores cristianos, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ed. Rio de Janeiro: Forenses Universitária, 2016.

GUARNIERI, Felipe de Medeiros. **A correspondência entre São Jerônimo e Santo Agostinho: Tradução e estudo**. 2016. Dissertação (Mestre em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LYON, Henry R. Dicionário da Idade Media. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. SANZ. Maria Adelaida Andrés. Et.Al. CODONER, Carmen (coord.). **La hispania visigótica y mozarabe: dos épocas em su literatura**. 1ªed. Salamanca: Ediciones universidad de salamanca, 2010.

SCHAFF, Philip. **Nicene and Post-Nicene Fathers: Second Series, Volume XIV the Seven Ecumenical Councils**. United States of America: Lightning Source, 2007.

WEISS, Jean Pierre. **O método polemico de Agostino no contra Faustum**. In: Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da inquisição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. In: Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

Efeitos do tráfico interprovincial de escravos nas lavouras da província alagoana da segunda metade do século XIX

Maria Valéria da Silva Araújo
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/ICHCA/UFAL
Profa. Dra. Michelle Reis de Macedo

Resumo: A lei Eusébio de Queiroz em 1850 estabelecia o fim do comércio negreiro. No mesmo período, Alagoas via-se em um momento de crise em sua lavoura. Além da queda do preço do açúcar ser um dos fatores, a diminuição do trabalho escravo nas plantações potencializou ainda mais a instabilidade nos cofres da Província. Ao lado dessas problemáticas, o tráfico interprovincial de escravos era ativo nas terras alagoanas, entretanto, estes africanos trazidos ilegalmente não ficavam na Província por muito tempo, fato este provocado também pelo desequilíbrio financeiro, o que refletia no ato de senhores de engenho venderem seus cativos para o pagamento de dívidas. Eram vendidos, principalmente, para o Sudeste do país.

Palavras-Chave: Lei Eusébio de Queiroz; Alagoas; Escravidão

Cessou a provisão de braços escravos e a nossa agricultura que, na ignorância do segredo de aumentar a produção diminuindo o trabalho, vivia da barateza, porque adquiria trabalhadores e só por isso progredia, sentiu peiada no seu desenvolvimento, estagnou-se.

Fala do presidente da província de Alagoas Pedro Leão Velloso, 03 de junho de 1860.

A fala do presidente Pedro Leão Velloso representa o reflexo do fim do tráfico de africanos, estabelecido em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, na província alagoana no ano de 1860. Via-se uma baixa do trabalho escravo nas plantações da Província, em contrapartida o mercado de africanos ainda se mantinha ativo mesmo depois da lei de 1850, “em 1855 há registro de que o comércio ilegal seguia com a cumplicidade e o apoio de senhores de engenho, fazendeiros, pecuaristas, comerciantes e políticos da época”.¹⁷⁴

Com toda a pressão inglesa, após o estabelecimento do fim do tráfico, o governo imperial passou a exigir em todas as províncias um controle maior sobre o problema. Os principais portos comerciais deveriam ser vigiados, uma vez que, a chegada de navios negreiros já não era mais permitida. Entretanto, o patrulhamento não foi tão eficaz assim, muitas autoridades estavam envolvidas no processo. Em 1851, o presidente da Província alagoana José Bento da Cunha e Figueiredo escreve em seu relatório:

O tráfico de africanos que oferecia um poderoso combustível de inquietações intestinas, tem sido vigorosamente combatido sem risco de tranquilidade

¹⁷⁴ CARVALHO, Cicero Péricles de. Formação histórica de Alagoas/ Cicero Péricles de Carvalho. – 3. ed ver e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2015. p. 202.

publica, graças a docilidade e patriotismo do povo brasileiro. A principio tive de lutar com graves dificuldades, principalmente por que acoissados os africanistas pela província da Bahia, e Pernambuco, pretendêrão fazer d'esta o seu principal ponto de desembarque, confiados na mingoa dos recursos necessários para guarnecer uma extensa costa, semeada de pequenos portos. Fui obrigado a lançar mão das medidas as mais enérgicas que estavam em minhas atribuições: effectuárão-se algumas apprehensões, sendo a principal d'ellas a da Escuna Innocente que mandei aprisionar nas agoas do Rio São Francisco pelo Brigue Legalidade, e que naufragou ao sahir da barra, e da Barça Abismo de Maceió que está sendo processada pela Auditoria da Guerra de Pernambuco. Julgava pois extincto o tráfico nessa Província, e suppunha que V. Exa. Não teria de luctar com esse terrivel inimigo de nossa presente e futura prosperidade, quando infelizmente tive no dia 3 do corrente uma leve notícia de haver um Palhabote desembarcado no porto de Pituba em Poxim o melhor de 300 Africanos, que como por um acto de desesperação forão atirados na costa, depois de terem muitos morrido a bordo. No mesmo instante (8 horas da noite do dia 3) ordenei ao chefe de polícia que mandasse chamar a sua presença um barceiro que havia chegado d'aquelle logar, tendo aproveitado parte do massacre do navio negreiro, que fora logo incendiado apenas despejou a carga, e mais um indivíduo por intermédio de quem fui informado do que havia succedido; e como me persuadissem da existência do facto, fiz immediatamente partir força de 46 praças para Poxim acompanhando o chefe de polícia, que levou expressa recomendação de varejar todos os logares suspeitos; de apprehender os Africanos que forem encontrados, e de processar todos os autores, e conniventes de tão nefando attentado: e espero de sua solicitude fazer desenganar, que este governo não transige de modo algum com os Africanistas.¹⁷⁵

O cruel comercio de africanos prosseguia, a relutância na manutenção do sistema servil era ininterrupta. “Fundamentais no sistema de trabalho implantando no Brasil desde o início da colonização, a escravidão como um todo, e o tráfico como uma de suas principais engrenagens, integravam a estrutura lógica de comerciantes e proprietários”.¹⁷⁶ Por este motivo, a resistência em torno da preservação de tal instituição foi sendo prolongada o quanto pode.

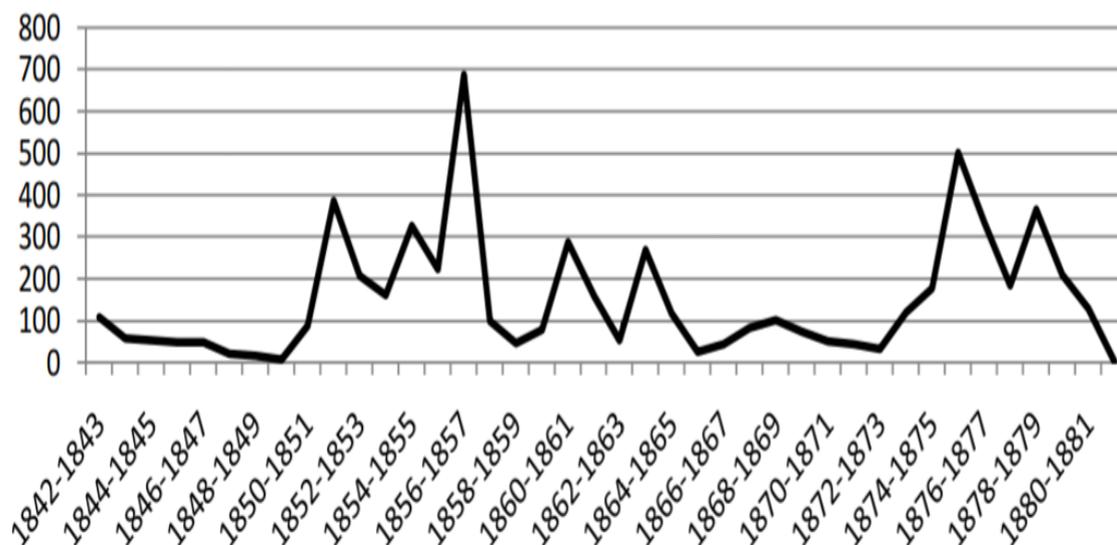
No acontecimento em Poxim acima retratado pelo presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, vários africanos foram jogados na costa, alternativa essa tomada pelos traficantes na chegada dos policiais para livrar-se do contingente de negros que se encontravam dentro do veleiro. Além de muitos terem morrido a bordo, outros morreram afogados no momento em que foram lançados para fora da embarcação. De acordo com o presidente, haviam 300 africanos, um número bastante relevante, ainda mais se considerarmos os outros portos que, fiscalizados ou não, continuavam a praticar o comercio ilegal de escravizados.

A fala do presidente José Bento informando em seu relatório que o tráfico “tem sido vigorosamente combatido sem risco de tranquilidade publica” passa uma impressão de controle

¹⁷⁵ Relatório do presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, 20 de junho de 1851. p. 01-02.

¹⁷⁶ BARBOSA, Josué Humberto. Um êxodo esquecido: O porto do Recife e o tráfico interprovincial de escravos no Brasil 1840-1871. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 1995. p. 12.

total da situação. Entretanto, Alagoas aponta ter uma maior movimentação na exportação de escravizados durante a década de 1850. Luana Teixeira, fez um estudo de extrema significância sobre assunto, em seu trabalho intitulado “*Comércio Interprovincial De Escravos Em Alagoas No Segundo Reinado*”, onde fez um levantamento de dados conseguindo estabelecer o período de êxito no comercio interprovincial de escravos na Província. A autora mostra um gráfico relevante onde aponta os índices de exportação de cativos entre 1842 a 1881:



Fonte: Teixeira (2016, p. 59)

No gráfico é possível notar o repentino crescimento das exportações de cativos a partir de 1851, posteriormente, nos anos entre 1854 e 1855 vê-se uma baixa, ao contrário do enorme crescimento que se estende entre os anos de 1856 e 1857. Verifica-se que após essa alta, haverá oscilações que vão dos anos de 1860 a 1881, onde notamos mais uma vez um aumento significativo. Além do gráfico composto por Luana Teixeira (2016) a mesma informa que:

Em números absolutos foram exportados 2.289 escravos entre o ano fiscal 1850-1851 e 1859-1860 e 2.007 entre 1870-1871 e 1879-1880. Ou seja, o volume oficial do comércio interprovincial de escravos em Alagoas foi mais intenso na década de 1850. É fundamental observar que apenas no ano fiscal 1856-1857 foram exportados 686 cativos, ou seja, 11% de todos os cativos exportados por Alagoas ao longo de 40 anos. Tomando para efeito de comparação os números de Pernambuco, única província para a qual pude encontrar dados para os dois períodos, percebo que ali as exportações de escravos nos anos 1850 foram muito inferiores aos anos 1870.¹⁷⁷

Embora perceba-se um comercio ativo com números expressivos de africanos em terras alagoanas, estes não se mantinham na Província por muito tempo. Com outros concorrentes

¹⁷⁷ TEIXEIRA, Luana. *Comércio Interprovincial De Escravos Em Alagoas No Segundo Reinado*. (Tese de doutorado). Universidade Federal De Pernambuco, Centro De Filosofia E Ciências Humanas, 2016. p. 60.

internacionais, Alagoas passa a ter uma queda na exportação do açúcar e conseqüentemente uma diminuição no valor. Em torno dessas condições, muitos proprietários vendiam seus cativos, principalmente ao Sudeste do Brasil, movimentando o tráfico interprovincial de escravos. “Com esse tráfico, os fazendeiros saldavam suas dívidas, e a população africana diminuía ainda mais sua presença em solo nordestino”.¹⁷⁸

...o tráfico interprovincial, promovido, principalmente, pelo ciclo do café que, ao se transformar no principal produto exportado pelo Brasil, valorizou a mão de obra africana num momento de queda do preço do açúcar. Na segunda metade do século XIX, tornou-se comum um tipo de negócios que “encheu o país de horror”: a exportação regular de escravos da zona açucareira nordestina para as fazendas cafeeiras no sudeste do país.¹⁷⁹

Atribui-se então que “a diminuição da produção de açúcar e o seu baixo preço, e ainda a menor colheita de algodão, determinaram as grandes exportações de escravos [...] com o produto dessas vendas os agricultores satisfaziam seus compromissos anteriores”.¹⁸⁰ Essa contradição de grande movimentação do tráfico de escravos, e a falta dos mesmos nas lavouras andava lado a lado, em 1859 o presidente da província de Alagoas Agostinho Luiz da Gama, foi mais um a se queixar da falta de braços:

A diminuição progressiva dos braços agrícolas, pelo estancamento do tráfico de africanos e pelas epidemias que nos últimos anos teem assolado o império, suscita no espiro de todos os brasileiros mui seria apprehensões sobre a sorte futura da nossa lavoura. Pondo de parte a colonização europeia que o governo imperial com toda força promove no empenho de suprir de braços a agricultura.¹⁸¹

Como falado pelo presidente Agostinho Luiz da Gama, a falta do trabalho escravo era um grande problema para a economia da Província, em junção a isso encontravam-se as condições climáticas, e como citado por ele, as epidemias. Uma das mais fortes foi a cólera que atingiu todo o país a partir do ano de 1855. “Da Bahia, onde surgiu devastadora, ela atingiu Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco”¹⁸², entre falas dos presidentes da Província alagoana da década de 1850 ela foi também um dos motivos da diminuição do contingente de cativos. Manuel Diegues Junior (2006) em seu trabalho “*O Banguê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho do açúcar na vida e na cultura*

¹⁷⁸ CARVALHO, 2015, p. 203

¹⁷⁹ CARVALHO, 2015. iden.

¹⁸⁰ DIEGUES JR., Manuel. *O Banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 139.

¹⁸¹ Fala do presidente Agostinho Luiz da Gama, 1859, p. 6.

¹⁸² KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 62.

regional”, trata um pouco sobre isso. Segundo o autor, “as calamidades climáticas e a cólera, refletindo na vida econômica, segue-se uma fase de crise para o banguê. Concorria também para isso a diminuição progressiva do braço escravo, em virtude da paralização do tráfico. O engenho atravessava momentos difíceis”.¹⁸³

O fato é que, com todas as situações adversas que foram responsáveis pela crise não só do açúcar, mas, de toda a lavoura alagoana, esta era totalmente dependente do trabalho escravo do africano. “Os engenhos alagoanos receberam os primeiros escravos negros ao mesmo tempo em que receberam os primeiros brancos colonizadores [...] o negro se integraria de tal forma na estrutura do sistema econômico [...] que se constituiu os pés e as mãos do senhor.”¹⁸⁴

Antes do fim do tráfico “a possibilidade da reposição de “peças” vindas da África a baixo custo, faria com que os senhores exigissem o máximo de sua escravaria, diminuindo a vida útil dos cativos e aumentando a mortalidade”.¹⁸⁵ Mas, o eclodir da falta de braços nas plantações com registros de reclamações a partir de 1850 em Alagoas, muda esse cenário, provocando o tratamento mais cuidadoso de alguns senhores para com seus cativos. No ano de 1862 mais um presidente, Antônio Alves de Souza Carvalho, recorre ao governo imperial sobre os problemas da falta de cativos nas lavouras, informando que:

Para suprir a falta de braços que se observa nos nossos grandes estabelecimentos agrícolas, teem ocorrido vários alvitres, sem que se tenha ainda chegado a nenhum resultado importante. A necessidade vai ensinando a poupar os escravos, a trata-los com mais humanidade, e a zelar as crias, cuja a mortalidade era tamanha antigamente. Sem embargo, ainda há senhores de engenho que não teem deixado os habitos antigos, e não se pode dizer que nesse sentido já se tenha conseguido um melhoramento muito notável.¹⁸⁶

Sobre a questão da produção agrícola, trazendo a safra do algodão como um modesto exemplo, é possível notar oscilações levando a alguns decréscimos a partir do ano de 1855 tanto na produção como no preço total da arroba. Em 1862, tendo como presidente Antônio Alves de Souza Carvalho, a Província mostrava um progresso no preço do algodão já que o Estados Unidos que, era um grande produtor do gênero, passava por uma crítica guerra civil. Isso proporcionou que outros países, como o próprio Brasil, tivesse um êxito maior na produção e nos preços do Algodão, Alagoas foi um exemplo disso. O quadro a seguir mostrará a Província alagoana não apenas no ano de 1862, mas sim uma serie de anos antecessores que demonstram como se desenvolveu a produção algodoeira nesses períodos:

¹⁸³ DIEGUES JUNIOR, Manuel, p. 125.

¹⁸⁴ DIEGUES JUNIOR, Manuel, p. 163.

¹⁸⁵ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888. Florianópolis, 2006, p. 10.

¹⁸⁶ Fala do presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, 1862, p. 30-31.

Anos Financeiros	Número de Arrobas	Libras	Valor da Arroba	Valor Total	Direitos de 5 por cento
1855-1856	273.955	1	4.988	1.366.245.285	68.312.264
1856-1857	310.072	23	5.370	1.664.884.845	83.244.242
1857-1858	215.166	14	7.140	1.535.253.548	76.762.627
1858-1859	202.679	28	5.630	1.140.452.913	57.022.645
1859-1860	175.540	25	6.190	1.085.660.773	54.283.038
1860-1861	146.293	4	6.624	969.059.903	48.452.991
1861-1862 (10 meses)	240.038	16	7.917	1.900.933.142	95.030.728

Fonte: Associação Comercial de Alagoas. Fala do presidente de província Antônio Alves de Souza Carvalho. Ano: 1862. Tabela sobre o algodão. p. 29.

O preço dos gêneros é claramente associado a renda comercial da província. Olhemos, que inicialmente, apesar da produção de algodão ser maior, é possível verificar que o preço cobrado em cima das arrobas de algodão era inferior comparado aos anos de 1861 e 1862. Houve um aumento significativo nos valores da arroba proporcionando uma maior lucratividade. Entretanto, salvo o fator guerra que estimulou a produção algodoeira, a década de 1850 mostra uma instabilidade nos cofres provinciais.

Um outro gênero muito importante na base econômica da província alagoana foi, o açúcar. Mostraremos, aqui, um quadro demonstrativo do mesmo período que contemplam também anos anteriores e que demonstraram as oscilações do produto:

Anos Financeiros	Número de Arrobas	Libras	Valor da Arroba	Valor Total	Importância dos Direitos
-------------------------	--------------------------	---------------	------------------------	--------------------	---------------------------------

1856-1857	1.595.555	18	2.511	4.007.184.874	142.128.000
1857-1858	1.469.533	26	2.620	3.850.775.326	137.229.545
1858-1859	156.801	27	1.986	3.314.815.012	110.965.514
1859-1860	935.497	13	2.348	2.197.088.852	76.163.586
1860-1861	1.205.184	31	2.015	2.429.056.779	85.143.732

Fonte: Associação Comercial de Alagoas. Fala do presidente de província Antônio Alves de Souza Carvalho. Ano: 1862. Tabela sobre o açúcar. p. 29.

Vejam os dados que há uma queda brusca entre os anos de 1858 e 1860 na produção açucareira. Já o preço da arroba permanece praticamente o mesmo salvo os anos de 1858 e 1859 que teve uma queda de quase metade comparado aos outros anos. Em comparação com o algodão, o açúcar tem um decréscimo muito maior, o que revela a supremacia algodoeira como principal cultura de exportação, neste período.

Findando, as queixas por parte dos presidentes que assumiram a administração da província alagoana durante a década de 1850 e 1860, refletem uma lavoura que necessitava do trabalho escravo para atingir um patamar mais alto de produção. De acordo com esses presidentes, sem o africano efetivando o trabalho escravo haveria dificuldades em atingir uma produção em grande escala, como também, uma maior lucratividade, já que o manejo da terra estaria vinculado ao trabalho escravo com pouquíssimo custo. Ainda, segundo os mesmos, era difícil convencer a população branca livre suprir tal necessidade, visto que, viam o trabalho braçal como indigno, onde apenas o cativo seria responsável por ele. A única via seria a imigração, e os apelos para o governo imperial trazerem famílias estrangeiras para as terras alagoanas foram muitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Josué Humberto. **Um êxodo esquecido: O porto do Recife e o tráfico interprovincial de escravos no Brasil 1840-1871**. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 1995.
- CARVALHO, Cicero Pérciles de. **Formação histórica de Alagoas**/ Cicero Pérciles de Carvalho. – 3. ed ver e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2015. 352 p.

DIEGUES JR., Manuel. **O Banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KODAMA, Kaori et al. **Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.59-79.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Trafico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. Florianópolis, 2006.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio Interprovincial De Escravos Em Alagoas No Segundo Reinado**. Tese de doutorado. Universidade Federal De Pernambuco, Centro De Filosofia E Ciências Humanas, 2016.

Fontes documentais:

Todos os documentos podem ser encontrados em:

<http://ddsnxt.crl.edu/titles/163#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1113%2C-160%2C4529%2C3195>

- Relatório do presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, 20 de junho de 1851. p. 01-02.
- Relatório do presidente Pedro Leão Velloso, 3 de junho de 1860. p. 20.
- Relatório do presidente Agostinho Luiz da Gama, 1859, p. 6.
- Relatório do presidente Antônio Alves de Souza Carvalho, 1862, p. 30-31.

Mnemosine sertaneja: como a memória piranhense se reorganiza a partir da intervenção da Chesf (1980-2000)

Monielly Suelen Gomes Barboza
Mestranda em História pela Universidade Federal de Alagoas

Resumo: A memória como instrumento de trabalho e análise do historiador foi crescendo com o passar das décadas com o auxílio da história oral, pode-se, então, ter a memória como fonte, sem esquecer, claro, dos debates em torno da validação desse tipo de fonte. Temos atualmente, uma dualidade entre memória e história, porém, as duas se contemplam ao mesmo tempo. O presente artigo pretende explicar a questão da memória como fonte e sua relação com a história, propondo abarcar nesse debate, relação da população de Piranhas/AL, cidade do interior de Alagoas que sofreu modificações no seu modo de vida durante o século XX, quando a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) se firma na cidade para realizar a construção de uma hidroelétrica. A partir de entrevistas realizadas para fins de outros trabalhos, como o trabalho de conclusão da graduação, procurar-se-á debater a questão da memória local com o auxílio de autores como Maurice Halbwachs, Le Goff e outros.

Palavras-chave: Chesf. Mudanças sociais. Memória.

A memória tem importância para o ser humano desde a Antiguidade. Na mitologia grega, a memória era uma deusa, *Mnemosine*. Essa deusa teria então gerado musas, as quais serviam de inspiração para os poetas. Dentre as nove musas de *Mnemosine*, uma nos chama mais atenção, sendo ela Clio, a musa da História.

Pela mitologia, podemos dizer então, que a memória é o que produz a história? Ou que memória e história estão interligadas? Através da visão de Le Goff, se fará uma explanação de como a memória “surgiu” e foi recebida através da história.

Le Goff se propõe, em seu livro “História e Memória”, a analisar o surgimento da memória, principalmente, nas ciências humanas. Para ele, a memória coletiva existe com maior vigor nas sociedades sem escrita.

Contrariamente a Leroi-Gourhan que aplica este termo a todas as sociedades humanas, preferir-se-á reservar a designação de memória coletiva para os povos sem escrita. Notemos, sem insistir, mas sem esquecer a importância do fenômeno, que a atividade mnésica fora da escrita é uma atividade constante não só nas sociedades sem escrita, como nas que a possuem.¹⁸⁷

Segundo Le Goff, a escrita surge por conta do crescimento da memória coletiva, ou seja, a memória passa a ser necessária também na escrita, não se manifestando apenas na oralidade. Essa manifestação acontece basicamente de duas formas, estas apontadas por Le Goff:

¹⁸⁷ GOFF, Jacques Le. História e Memória. Editora, Unicamp, 1994, pg. 427.

[...] A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume então a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia. [...] A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofa, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente papiro, pergaminho). Mas importa salientar [...] todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta.¹⁸⁸

Ou seja, durante a Antiguidade, com o surgimento da escrita, a memória coletiva consegue “penetrar” numa linguagem não oral e usar a escrita como utensílio mnemônico, ou seja, formas não orais de fixação da memória coletiva, como, por exemplo, a criação dos calendários, dos arquivos, museus e bibliotecas, ao que Pierre Nora, mais tarde, chamaria de lugares de memória.

Outra mudança impactante para a formação do que temos atualmente da memória coletiva, foi a difusão do cristianismo, durante a Idade Média.

Cristianização da memória e da mnemotécnica¹⁸⁹, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento enfim de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média.¹⁹⁰

Apesar do crescimento da memória coletiva está relacionado ao cristianismo, durante a Idade Média se obteve um maior equilíbrio entre a memória oral e a memória escrita, já que, a oralidade, como ainda era maior do que o “poder” da escrita, os poucos que detinham o saber da escrita, o faziam a partir da oralidade.

Esse equilíbrio e aproximação entre oralidade e escrita chega ao fim com o surgimento da imprensa e as ideias iluministas.

Um bom exemplo desse afastamento é - entre outros- o “esquecimento” dos mortos, consagrada durante o período medieval, a celebração dos mortos era uma forma de eternizar a pessoa na memória, surgindo até um dia para isso, o dia de finados. Esse afastamento acontece por conta dos ideais iluministas e o desejo de esquecer a “Idade das Trevas”.

Enquanto que os vivos podem dispor de uma memória técnica, científica e intelectual cadavez mais rica, a memória parece afastar-se do mortos. Do final do século XVII até o fim do século XVIII, assim como na França de Philippe Ariès e de Michel Vovelle, a comemoração dos mortos entra em declínio.¹⁹¹

¹⁸⁸ Idem, pg. 431/432.

¹⁸⁹ Técnica de estimulação da memória.

¹⁹⁰ GOFF, Jacques Le. História e Memória. Editora, Unicamp, 1994, pg. 443.

¹⁹¹ Idem, pg. 461.

A questão de lembrar dos mortos volta à tona após a Revolução Francesa, onde várias outras formas visuais, além de outros monumentos são criados para “guardar” a memória coletiva. Por exemplo, temos, já no século XX, a construção de monumentos em homenagem aos mortos na Primeira Guerra Mundial, como também o recurso da fotografia.

Após essas novidades, o século XX, o mundo contemporâneo trouxe como maior ferramenta para a memória, a questão eletrônica, por exemplo, o computador. A memória coletiva passa a ter um papel ainda maior e mais importante a partir disso. No âmbito da História, a memória passa a ter “lugar de fala”, ou seja, representação, através da História Oral, assim, História e memória tem sua dualidade, porém, se contemplam em alguns pontos, como disse Le Goff, “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”¹⁹²

Como mostrado anteriormente, Le Goff, em “História e Memória” faz uma análise do desenvolvimento da memória coletiva, ele não se atenta então às memórias individuais; surge então um questionamento - através do que Le Goff e também Maurice Halbwachs, que nos aprofundaremos nesse tópico -, em que âmbito a memória individual existe? Discutiremos aqui, sobretudo, através do trabalho de Maurice Halbwachs “A memória coletiva”.

Através de vários exemplos de lembranças que o indivíduo pode ter, como por exemplo, a de um professor que marcou durante a escola, as lembranças de infância, entre outras, Halbwachs constrói e valida sua análise sobre a memória coletiva e também a individual.

Para Halbwachs, toda memória é coletiva. Segundo ele, a memória não tem como se manifestar sem que esteja em sociedade, portanto, o indivíduo, na verdade, nunca está sozinho, há sempre com ele vivências de seus grupos sociais, pessoas do seu convívio que influenciarão nas memórias ativadas; ele escreve, “... A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte e em seu conjunto.”¹⁹³

Dessa forma, segundo Halbwachs, mesmo as lembranças mais pessoais são “produto” de um convívio coletivo.

¹⁹² Idem, pg. 477.

¹⁹³ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, pg. 51.

Estabelecido para Halbwachs que a memória é majoritariamente coletiva, ele parte para o debate da existência de uma memória histórica, concluindo que este termo não é apropriado já que memória e história são opostas em alguns pontos. Nas palavras do próprio autor,

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo e uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo.¹⁹⁴

Assim, Halbwachs deixa bem clara a dualidade entre memória e história, como é dito no texto, a memória coletiva se encontra na tradição, enquanto a história é o que passa da tradição, vale ressaltar que, apesar de mostrar a dualidade entre memória e história, Halbwachs entende o papel da memória nos processos históricos, trazendo visibilidade na história de certos grupos sociais.

Tratar-se-á a partir de agora das relações encontradas entre o estudo da memória e a cidade de Piranhas/AL, objeto de pesquisa de pós-graduação.

Para tanto, faremos uma breve contextualização do objeto e do período estudado, trazendo reminiscências analisadas no TCC (trabalho de conclusão do curso), feito na graduação.

Salienta-se que o rumo da pesquisa atual não tinha, a princípio, muito envolvimento com a questão da memória, porém, passou-se a pensar nesse viés após as aulas ministradas no curso de pós-graduação, portanto, a análise disposta neste artigo é inicial.

A cidade de Piranhas tem muitas memórias coletivas, de vários períodos, por exemplo, a visita de D. Pedro II, a exposição das cabeças de Lampião e alguns capangas (sendo o museu da cidade um lugar de memória para esse evento), o tombamento da cidade como patrimônio histórico, entre outros, nos ateremos as memórias produzidas no período em que a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) se instala na cidade.

Para que ocorra a construção de uma hidroelétrica são necessários alguns tipos de mudanças no local, isso implica em diversos impactos, sejam eles sociais e/ou estruturais. Criase então, no caso estudado, estruturalmente, um ambiente modernizador, porém, que causou várias divergências no âmbito social de Piranhas.

Piranhas está situada no sertão alagoano, e, desde sua emancipação, que ocorre no fim do século XIX, em 1887, passou por altos e baixos.

¹⁹⁴ Idem, pg.81/82.

Economicamente, a cidade girava em torno da pesca, mas, sobretudo, através da ferrovia, construída em 1878, ligando Piranhas às cidades como Paulo Afonso, na Bahia, e Petrolândia em Pernambuco. Dessa forma, mesmo com uma economia pequena a cidade estava estabilizada, e isso perdura até a década de 1960, pois, em 1964, quando é instaurada a ditadura no Brasil, os militares decretam a desativação de várias ferrovias pelo país, incluindo a de Piranhas.

Com a desativação da estação ferroviária de Piranhas na década de 60, a cidade sofreu forte impacto nos aspectos sócio-cultural e econômico, testemunhando a saída dos trabalhadores da Rede Ferroviária; o esvaziamento das casas; a diminuição da população e a perda de figuras importantes que, ligadas à Estação, estimulavam a cultura local. (RODRIGUES, 1999, apud, BARROS, 2005,pg 87).¹⁹⁵

A economia da cidade ficou então estagnada por volta de uma década, momento em que a Chesf se firmou na cidade. A Companhia surgiu na década de 1940, com o objetivo de construir hidroelétricas pelo Nordeste.

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, com sede em Recife, capital do estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista, criada pelo decreto Lei nº 8031, de 03/10/45 e constituída em 15/03/48, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, com missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste.¹⁹⁶

A construção feita entre Piranhas/AL e Canindé do São Francisco/SE, foi a última a ser feita no Nordeste pela Chesf.

A intervenção da Companhia se inicia no início da década de 1980, porém, os preparativos para a ida à Piranhas começam nos anos 70, após os recursos materiais e hídricos a serem liberados.

De início, a Chesf promoveu – assim como fez nas cidades que anteriormente se instalaram -, a construção de bairros em Piranhas, para que fosse possível abarcar a grande quantidade de pessoas que iriam trabalhar na construção da hidroelétrica. Esses bairros seriam o palco das demonstrações de poder aplicadas pela Chesf. Com a criação desses bairros, Piranhas passa por um fluxo de diferentes costumes e hábitos que são trazidos pelas pessoas recém-chegadas.

¹⁹⁵ SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Oficina de Projetos Ltda, pg.10.

¹⁹⁶ SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. **Piranhas de baixo, Piranhas de cima, Nova Piranhas: conservação urbana patrimonial versus modernização em área de influência direta da UHE de Xingó.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História 2010. Pg. 45 pdf.

Em relação à economia, Piranhas volta a se reerguer com a chegada da Chesf, começando pelas construções de grande porte como a usina e os bairros, que geraram empregos, como também, mais à frente, estimulando o turismo na cidade, graças a hidroelétrica.

No âmbito social é onde se encontram os maiores problemas, pois, as divergências entre a população local e a recém-chegada entre si, adicionado com as exigências e normas aplicadas pela Chesf, causa um efeito de desigualdade e discriminação antes não experimentada pela população piranhense.

Essa desigualdade e discriminação apareciam, primeiramente, na estrutura das casas que foram construídas para compor os bairros Xingó e Nossa Senhora da Saúde. A estrutura moderna, em relação a estrutura das moradias de Piranhas, que tinham uma arquitetura do fim do século XVIII e do século XIX, faz com que, os recém-chegados reconheçam a parte mais antiga da cidade como atrasada e inferior aos bairro construídos pela Chesf, e a população local, em sua grande maioria, internaliza isso, durante as entrevistas realizadas em 2016 se percebeu esse sentimento.

[...] a Chesf construiu o seu acampamento e discriminava quem era engenheiro, quem era advogado, quem era do segundo escalão, do terceiro escalão, uma coisa extremamente, é, inconstitucional até,...., Paulo Afonso foi pior ainda, Paulo Afonso existia até um muro, você pra ter acesso ao bairro da Chesf, você tinha guarda nas guaritas, era uma coisa absurda, era uma separação enorme, quem fosse da Chesf era tido como nobre e quem morava fora da vila, como eles chamavam, era as pessoas com menos (sic) condições, conclusão, com a construção da hidrelétrica de Xingó já não teve muro, mas continuou com esse mesmo pensamento, é, vila Sergipe eram os nobres, que eram os engenheiros, os mais qualificados profissionais que viriam trabalhar na questão da hidrelétrica, e, a vila Alagoas, exatamente ficava aqueles funcionários com menor poder aquisitivo.¹⁹⁷

A relação dos recém-chegados entre si foram mais intensas, em geral, no bairro Xingó, isso se deu por conta da forma como a Companhia distribuiu as casas, de como foram feitas as estruturas de cada vila do bairro. Nas estruturas, formas de lazer e comércio, a vila Sergipe se destacava da vila Alagoas (ambas pertencem ao bairro Xingó), e do bairro Nossa Senhora da Saúde, e das entrevistas, sabe-se que a distribuição dessas moradias foi feita de forma discriminatória, portanto, pessoas de maior status social e poder aquisitivo, geralmente ficavam localizados na vila Sergipe, como por exemplo, os executivos da Chesf, e os outros moradores recém-chegados, com menor status e poder aquisitivo eram distribuídos entre a vila Alagoas e o bairro vizinho.

Entretanto, a distribuição das moradias não foi o único fator para se perceber o poderio que a Chesf tinha na cidade. O lazer era controlado, no sentido de que, quando, por exemplo,

¹⁹⁷ Entrevista concedida por Inácio Loiola em setembro de 2016.

tinha festa na vila Sergipe, fosse no clube ou não, quem não morasse na vila Sergipe era proibido de participar de tais festas, ou tinham que pedir autorização. Além disso, as formas de se locomover ao trabalho, que eram fornecidas pela Companhia, também era diferenciado lugar onde se morava.

... também tinha aquela discriminação nos transportes, pra peãozada, que trabalhava no braçal mesmo, era caminhão grande, coberto de lona, e pra classe empregaticia (sic) de encarregado, auxiliar administrativo, encarregado de... e alguns da classe da outra também, da como é que diz, do, do seu ponto de emprego, até o pessoal de engenheiro, até engenheiro as vezes, engenheiro, médico, ia também de ônibus também, mas a maioria tinha seus carros próprios, próprio não, da empresa né.¹⁹⁸

Essa divisão imposta acabou se enraizando na população, que passaram a ter conflitos, em geral, entre os moradores do bairro Xingó. Esses conflitos nos mostram o quão grande era a influência da Chesf na cidade, conseguindo transformar a dinâmica da população local e “criando” uma forma de relação antes desconhecida em Piranhas.

Isso ficou tão enraizado na população, que, até hoje, décadas após o poderio da Chesf diminuir, ainda assim, mesmo que inconscientemente, ouve-se diferenciar as vilas como “vila dos ricos” e “vila dos pobres”, entre outras coisas.

A partir desses dados encontrados na pesquisa da graduação, acima mostrado resumidamente, traremos, a partir das entrevistas realizadas, a discussão para o âmbito da memória, como falado antes, de forma inicial, introdutória.

Nos debruçaremos a partir de agora nas questões da memória da população piranhense manifestada no período que a Chesf estava na cidade, para isso, serão utilizadas, além de referencial bibliográfico, algumas das entrevistas realizadas em 2016.

Essa questão memorial tem alguns vieses com a ida da Chesf para Piranhas, pois, por exemplo, se tem a mudança geográfica da cidade, com a construção dos bairros, e isso afeta, de alguma forma população local. Entretanto, nos ateremos as memórias que se firmaram na população em detrimento da utilização que a Chesf fez do seu poderio, e, como isso afetou a população.

Durante a pesquisa de graduação, se percebeu, nos entrevistados, uma compreensão, no sentido de entender como a Companhia, de certa forma, procedia com a população, por outro lado, percebeu-se também, uma certa adoração para com a mesma.

A memória é seletiva, como salienta Pollak,

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que

¹⁹⁸ Entrevista concedida por Altamiro Barboza em junho de 2016.

resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.¹⁹⁹

Nas entrevistas realizadas, se percebeu que a população piranhense, em sua maioria, não percebe a gravidade da intervenção da Chesf, mesmo relatando tais coisas. Desenvolveremos adiante.

Para ilustrar essa “dicotomia”, veremos duas falas de entrevistados, para, a partir disso, continuar o debate.

É, a convivência tinha a sua separação porque já foi criado três tipos de residência justamente pra alojar as pessoas de acordo com a classe né, por exemplo, criaram a vila, criaram os alojamentos aqui de..., alojamento Cascavel, tinha o alojamento na fazendinha e criaram os bairros (sic), vila Alagoas, vila Sergipe, justamente a vila Sergipe fizeram ela pra separar de acordo com a classe, não a classe social assim, mas com a classe empregatice (sic), por exemplo, se fosse um doutor, um engenheiro e fosse daquela classe ali, tinha suas casas na vila Sergipe, morava na vila Sergipe, tinha clube separado também, que Ra o clube Atalaia, e o pessoal que trabalhava já ne (sic) outro área, por exemplo, encarregado, assistente administrativo, já morava na vila Alagoas, e ainda tinha outras casas mais pequenas também na vila Alagoas e alojamento Cascavel, que morava o pessoal que a gente chamava de peãozada, né, peãozada naquelas casinhas menor.²⁰⁰

E ainda,

Olha, a Chesf tinha uma visão extremamente reacionária, discriminatória; quando se começaram as primeiras hidrelétricas – começou em Paulo Afonso aqui no Nordeste -, a Chesf construiu o seu acampamento e discriminava quem era engenheiro, quem era advogado, quem era do segundo escalão, do terceiro escalão, uma coisa foi extremamente, é, inconstitucionalmente até..., Paulo Afonso foi pior ainda, Paulo Afonso existia até um muro, você pra ter acesso ao bairro da Chesf você tinha guarda nas guaritas, era uma coisa absurda, era uma separação enorme, quem fosse da Chesf era tudo como nobre e quem morava fora da vila, como eles chamavam, era as... as pessoas com menos (sic) condições, conclusão, com a construção da hidrelétrica de Xingó já não teve muro, mas continuou com esse mesmo pensamento, é, vila Sergipe eram os nobres, que eram os engenheiros, os mais qualificados profissionais que viriam trabalhar na questão da hidrelétrica, e a vila Alagoas, exatamente ficava aqueles funcionários com menor poder aquisitivo, mesmo assim, já no final do século XX, a Chesf continua ainda com essa visão, mas as coisas mudam, e eu acredito – apesar de a Chesf não tem mais como construir hidrelétrica no São Francisco -, mas que realmente foi uma coisa que veio pra separar[...]²⁰¹

Através desses dois exemplos, percebe-se que a população tinha consciência dessa discriminação, e, além disso, não aceitava tal posição da Companhia.

Considera-se para esse debate, o conceito de memória coletiva trabalhado por Halbwachs, já citado neste trabalho, mostrando, pelo relato dos entrevistados, que essa memória do modo coercitivo da Chesf operar ainda existe na população piranhense.

¹⁹⁹ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos históricos, vol.2, Rio de Janeiro, 1989.

²⁰⁰ Entrevista concedida por Altamiro Barboza em junho de 2016.

²⁰¹ Entrevista concedida por Inácio Loiola em setembro de 2016.

Pelas entrevistas feitas (apenas algumas estão destacadas aqui), se entende que boa parte da população piranhense, além de ter sofrido de alguma forma com as imposições da Chesf, atualmente ainda tem esse sentimento de não pertencimento a um local da cidade, seja ele a parte mais antiga da cidade, para quem passou a morar na cidade depois da ida da Chesf, ou dos bairros, principalmente por parte da população local.

Uma pergunta foi feita a todos os entrevistados para entender essa relação. Perguntou-se, basicamente, como eles avaliavam a ida da Companhia para Piranhas. As respostas mostram essa seletividade da memória. Vejamos as respostas:

Eu classifico como boa, muito boa mesmo, porque Piranhas antes era aqueles negocinho (sic), pequeno né, e a Chesf trouxe o desenvolvimento pra Piranhas muito grande, e até hoje, é visto aí, não só aqui, como em todo país como Piranhas que cresceu aí, vamos dizer, a 1000% ou mais, porque Piranhas na época não tinha desenvolvimento porque não tinha dinheiro, o pessoal trabalhava na agricultura quando chovia, se não, não tinha nada, e o Estado com algum funcionário, na época pequeno, e a prefeitura da época também pequenininha, não recebia verbas que dava pra crescer a cidade, então, se não tivesse vindo a Chesf pra cá, hoje, só tinha Piranhas lá, do mesmo jeito que ta (sic), só o Centro Histórico ali.²⁰²

E,

Piranhas antes da Chesf era, era uma catástrofe, digamos assim. Porque antes da Chesf aqui o Centro Histórico, antes se chamava Piranhas Velha, e a vida do povo lá era nessa época, era só de comércio, comércio muito pequeno, e pesca, comércio e pesca e funcionário público, e, Piranhas só veio a si desenvolver mesmo depois da Chesf, mas antes era só, por exemplo, 'pra' se ir à Delmiro Gouveia, a estrada era de chão, tinha um carro por dia, o carro saía de manhã, cinco horas e voltava meio-dia, se você perdesse o carro em Delmiro, você ficava lá, só vinha no outro dia, se perdesse aqui também não ia mais porque não tinha outro, e acho que a vida econômica era muito pequena, não tinha, não tinha (sic) desenvolvimento.²⁰³

Esse tipo de relato foi ouvido com quase unanimidade pelos entrevistados, o que nos mostra uma seletividade da memória, quando se é perguntado com todas as letras o que foi a participação da Chesf na cidade, se escolhe mostrar apenas o lado positivo, mesmo antes terem relatado - talvez sem perceber o quão sério era o que estavam relatando – as mazelas causadas pela Companhia. Analisando essa questão, Michel Pollak, embasado em outros autores escreve:

[...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato – e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os *camisards* -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua

²⁰² Entrevista concedida por Altamiro Barboza em junho de 2016.

²⁰³ Idem.

memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.²⁰⁴

Como lembrado por Pollak, alguns acontecimentos são tão fortes e marcantes para uma população, que ela se internaliza. Trazendo para o caso piranhense, remetemos essa “adoração” da população em geral para com a Chesf a questão econômica, ou seja, economicamente, a Companhia foi importante e positiva para Piranhas, e, a população local e recém-chegada - acredita-se através dessa análise -, internalizaram a salvação econômica que a Chesf proporcionou para a cidade, com empregos, comércio, e, depois, com o crescimento do turismo, que a questão social sofrida, fica “apenas” na memória, e, o subconsciente não vê como um aparato de separação implementado pela Companhia, tornando, com o passar das décadas e da tradição oral (passando através das gerações) uma identidade social positiva em relação a intervenção da Chesf na cidade.

Nessa construção da identidade – e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise – há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos do indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²⁰⁵

Para Pollak, então, essa identidade social surge da necessidade de pertencimento a um local ou grupo, como foi observado no caso piranhense.

Considerações Finais

A memória abre várias discussões, até em trabalhos que não se imaginava ter esse contato. A mesma passou por vários altos e baixos ao longo dos séculos, até ser consolidada para a pesquisa através da história oral.

Na questão da memória da cidade de Piranhas, vimos na análise vários pontos de estudo da memória que ainda tem que ser aprofundados, como o esquecimento, e, talvez, um silenciamento de parte dessa população, do que foi vivenciado com a intervenção da Chesf.

²⁰⁴204 POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: Estudos históricos, vol.5, 1992. Pg. 2, pdf.

²⁰⁵ Idem, pg 5 do pdf.

O intuito com este trabalho foi iniciar a correlação entre a pesquisa em andamento e a memória, mostrando que, pelas entrevistas realizadas, somado a um contato maior com a discussão da memória se percebeu a existência de uma “memória oficial” da população para com o trabalho realizado pela Chesf na cidade, mesmo que, durante suas falas, os entrevistados relatassem divergências com essa “memória oficial”, o que nos deu combustível para iniciar esse diálogo, pois, como Pollak escreve, “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.”²⁰⁶ Portanto, se buscou começar a travar esse diálogo entre a pesquisa em andamento e a memória, para, mais à frente, entender essa seletividade em retratar a Chesf apenas pelo lado positivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, vol.2, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**, vol.5, 1992.

SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Oficina de Projetos Ltda.

SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. **Piranhas de baixo, Piranhas de cima, Nova Piranhas: conservação urbana patrimonial versus modernização em área de influência direta da UHE de Xingó**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História 2010.

²⁰⁶ Idem, pg.4 do pdf.

O Gabinete do Dr. Caligari (1920) - reflexões sobre uma sociedade em crise

Nara Machado Gonçalves de Andrade
Graduanda em História – Bacharelado/ICHCA/UFAL

Resumo: O Tratado de Versalhes (1919), imposto pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), coloca a Alemanha como a principal instigadora da guerra, punindo-a de maneira mais severa do que as outras nações, deixando seus cidadãos desgostos, humilhados e com um sentimento de revanchismo. Durante o período conhecido como a República de Weimar (1919-1933), a Alemanha passa por um momento de crises, fazendo com que os alemães questionassem seus governantes. Cada sociedade têm sua maneira de expressar seus medos e insatisfações. Uma das formas utilizadas pelos artistas alemães foi através de películas produzidas dentro do movimento Expressionista alemão no cinema. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a sociedade alemã da República de Weimar (1919-1933) através do filme *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920), do diretor Robert Wiene.

PALAVRAS CHAVE: Expressionismo alemão. República de Weimar. Sociedade alemã.

Segundo Marcos Napolitano há 3 relações possíveis entre a história e o cinema. O primeiro cenário é o cinema na História, no qual utilizamos o cinema como fonte primária para a história, como agente histórico. Na segunda possibilidade, a história no cinema, trata sobre como o cinema representa a história. E a terceira é História do cinema, ou seja, o estudo dos movimentos cinematográficos e a sua importância, a linguagem e as técnicas e a recepção dos filmes.

As fontes audiovisuais – cinema, televisão, música, entre outros – estão ganhando cada vez mais espaço e são tidas como fontes primárias pelos historiadores, neste artigo, apenas o cinema será abordado.

Encontramos contradições no meio acadêmico sobre esse tipo de fonte. As obras cinematográficas que apresentam cunho documental são tratadas como relatos objetivos da história, como se tudo que o filme mostra é igual à realidade – o que é uma visão equivocada – , já nas películas ficcionais, alguns historiadores levam em conta apenas o seu lado subjetivo. Contudo, o que devemos considerar são as suas estruturas internas e como a realidade é representada nos filmes, sejam eles documentários ou ficções. “[...]A questão, no entanto, é perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seu mecanismo de representação da realidade, a partir de seus códigos internos.[...]” (NAPOLITANO, p. 235, 2008).

Sempre é bom quando um filme é fiel – diálogos, figurinos, costumes, etc. – a época que está sendo adaptado, mas essa não é o principal objeto de análise de um historiador, ao trabalharmos com o cinema, precisamos analisar os motivos pelos quais os foram produzidos, quais as suas representações, quais foram as reações do público e dos críticos, etc.

Os historiadores mais tradicionais, os fundadores da historiografia acadêmica, acreditavam que a História escrita com documentos. A sua função era procurar fatos e testemunhos nesses documentos, todavia, não havia uma contestação em cima deles, tudo que narravam era tido como verdade absoluta. Ou seja, para os fundadores, o documento falava por si só, não era necessária explicar o motivo pelo qual tinha ocorrido o fato histórico, era necessário apenas narrá-lo. Mas, essa ideia de que “o documento fala por si só” caiu por terra. “[...]O conceito moderno de documento rejeita a máxima metódica “o documento fala por si”. Portanto, as armadilhas de um documento audiovisual ou musical pode ser da mesma natureza das de um texto escrito.[...]” (NAPOLITANO, p. 239, 2008)

Mesmo que o historiador não queira se tornar um crítico de cinema, é preciso que ele tenha conhecimento da linguagem do cinema, dos movimentos cinematográficos e das suas técnicas, por isso é importante que ele faça algum curso especializante na área visto que no cinema tudo que compõe um filme precisa ser observado com um olhar crítico. Outro aspecto significativo no cinema é *mise-en-scène*. Mas o que isso significa? *Mise-en-scène* é termo que se refere a tudo que compõe uma cena. Ou seja, maquiagem, diálogos, enquadramento, música, figurinos, cenário, atuação, entre outros.

A internet pode ser uma forte aliada para o historiador que trabalha com cinema, há diversos livros e artigos sobre filmes lá, além de cursos sobre cinema. Nela é possível achar uma gama de informações sobre os filmes, tais como sua produção, sua recepção – público e críticas –, sobre os atores, os diretores, etc. Ou seja, é uma ótima ajuda na hora de fazer um levantamento das fontes. Lá, também é possível ter acesso a diversos filmes pelos canais de streaming como Amazon Prime, Netflix, HBO Go, dentre outros.

No decorrer da pesquisa foram utilizados livros, artigos e um filme escolhido para ser analisado e estudado. Leituras de livros importantes sobre a relação do cinema com a história como o *Cinema e História* do historiador francês Marc Ferro, *Fontes Históricas*, organizado por Carla Pinsky e *Novos Domínios da História*, organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas foram feitas para a formulação do trabalho. Sobre o Cinema, os principais livros foram *História do cinema mundial*, organizado por Fernando Mascarello, *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão*, do autor alemão Siegfried Kracauer. A

leitura de alguns artigos também ajudou a construir o trabalho, além do filme *O Gabinete do Dr. Caligari*, lançado em 1920 e dirigido por Robert Wiene

Esse trabalho tem a intenção de analisar e compreender a sociedade alemã entre o fim da Primeira Guerra e a ascensão do regime nazista, período histórico conhecido como a República de Weimar (1919-1933) através do Expressionismo alemão no cinema da época. O tema do artigo surgiu diante uma discussão sobre possíveis temas para trabalhos acadêmicos durante uma aula da matéria Tópicos Especiais em História Cultural, daí apareceu a ideia de trabalhar com cinema como fonte histórica.

Como foi dito, *O Gabinete do Dr. Caligari*, foi a película adotada como fonte histórica audiovisual. É considerado a obra cinematográfica mais relevante do movimento expressionista alemão, já que transformou e inovou o cinema da época, estabelecendo as características gerais dos filmes que o procederam, além de influenciar as produções feitas até hoje.

Arrasada economicamente e humilhada após o Tratado de Versalhes (1919), a Alemanha entra em crise após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918). O índice de desemprego era alto, assim como a inflação e havia muitos conflitos políticos. Com cenários bizarros e maquiagens pesadas, tratando, principalmente, de temáticas como loucura e assassinato, o movimento Expressionista alemão no cinema, conseguiu transparecer mediante suas produções os medos e as angústias de uma sociedade que habitava um país instável em tempos de crise. O filme é carregado de simbologias e metáforas que podem nos ajudar a compreender a crise sociopolítica e econômica pela qual a Alemanha estava passando na época.

O embate da 1ª Guerra Mundial aconteceu entre as Potências Unidas – Grã-Bretanha, França, Sérvia e Rússia Imperial (depois a Romênia, Grécia, Portugal e Estados Unidos juntaram-se a eles) e as Potências Centrais – Alemanha e Império Austro-Húngaro (Império Turco Otomano e a Bulgária uniram-se às Potências Centrais durante a guerra).

Considerada a “primeira guerra tecnológica”, foi uma guerra na qual as máquinas tiveram lugar de destaque perante a carnificina das batalhas. Com o seu fim, vieram as consequências. Através dos tratados de paz, os países perdedores tiveram que pagar reparações financeiras para os países vitoriosos, além de ceder parte de seus territórios. Entre civis e militares, o número de mortos chegou a cerca de 9 milhões de pessoas, houve a fragmentação dos impérios Alemão, Otomano e Austro-Húngaro, uma crise econômica se alastra pela Europa por causa da devastação causada pela guerra e dos gastos militares, também surge um sentimento de revanchismo por parte do povo alemão em função das penalidades impostas pelo Tratado de Versalhes (1919).

O Tratado de Versalhes determinou que a Alemanha cedesse territórios à Bélgica, à antiga Tchecoslováquia - dividida em República Tcheca e a Eslováquia - e à Polônia. A região da Alsácia-Lorena voltou ao controle da França e as Nações Unidas passaram a comandar todas as colônias alemãs no exterior.

Temendo uma rápida recuperação e de sofrer uma retaliação alemã, caso o país recuperasse sua superioridade econômica, os franceses, através do Tratado, limitaram o poder da Alemanha. Em razão disso o Tratado tinha um artigo chamado “Cláusula de Culpa da Guerra”, tornando a Alemanha a única culpada pela Grande Guerra.

O poder militar alemão foi limitado, podendo ter um exército, mas com um número de homens reduzidos. Sem poder ter uma frota de submarinos, sua marinha ficou limitada, foi proibido ter uma força aérea e o serviço militar obrigatório foi abolido no país.

Terminada a 1ª Guerra, a Alemanha encontra-se humilhada, destruída, devastada e economicamente debilitada. Como nos mostra Marilda Soares, a situação do país era bastante instável:

A rendição alemã, em 1918, e a assinatura do Tratado de Versalhes impuseram ao país uma série de restrições, como o pagamento de reparações de guerra, a concessão de territórios à França, Polônia e Tchecoslováquia. Com isso, verificou-se grande instabilidade econômica e política em meio a um cenário de desvalorização de moeda, crescimento de dívida externa e fuga de capitais (SOARES, 2001).

Em 1919, é estabelecida na Alemanha uma república democrática semipresidencial, a República de Weimar (1919-1933). Durante os primeiros anos pós-guerra, mesmo havendo investimentos e medidas tivessem sido implementadas, não havia indícios de melhoria na economia. Apenas em 1924 há sinais de que a economia do país está voltando a se estabilizar.

A hiperinflação somada às consequências da Grande Depressão – iniciada em 1929 – causou grande instabilidade na economia do país, deixando grande parte da população sem emprego. A desordem econômica ajuda a aumentar a crise social, tornando a República de Weimar bem mais fragilizada. A dura punição pós-Primeira Guerra facilita o enfraquecimento dos líderes democratas alemães e traz, como consequência, na mentalidade da população, a necessidade de recuperar o prestígio nacional pelo poder militar e da expansão de territórios, dando voz aos partidos radicais de direita no país.

A culpa da humilhação caiu em cima daqueles que ajudaram a negociar a paz e a formar um novo governo. Muitos alemães esqueceram que haviam apoiado a queda do Kaiser e aprovado a reforma política do país. O que era lembrado era que a esquerda alemã, composta por socialistas, comunistas e judeus, havia concordado com um tratado de paz vergonhoso. Tirando proveito disso, a direita nacionalista alemã promete revisar o Tratado de Versalhes,

atraindo cada vez mais simpatizantes de suas ideias. Junta-se isso a uma ameaça comunista – Revolução Bolchevique na Rússia e as revoltas comunistas na Hungria e na Alemanha – e a população passa a se interessar mais ainda pelas causas da direita.

Toda essa instabilidade fez com que a população começasse a duvidar das soluções achadas pelos governantes para solucionar os problemas da República, desejando um governo com mais autoridade, uma liderança achada em Hitler, eleito através de votos pelos alemães.

Cada sociedade responde de uma maneira diferente a épocas de crise e instabilidade, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais. Para Cleber Rudy, os filmes produzidos na República de Weimar foi a maneira que os alemães acharam para colocar para fora todo o conflito emocional que estavam passando:

De fato, o cinema expressionista foi o caleidoscópio do pós-guerra, diante de uma Alemanha que ao mesmo tempo em que abrigava vanguardas culturais como a Bauhaus e o Dadaísmo, era vilipendiada pela inflação, pelo desemprego e por conflitos políticos. Submerso nesse cenário de caos e tratando, sobretudo de temáticas ligadas à loucura e ao assassinato, o cinema alemão expressionista em sua densidade canalizou os pesadelos e clamores de uma sociedade em crise e atormentada pelos fantasmas do passado, e que por ora encontrava na penumbra de uma sala de cinema, o seu divã. (RUDY, p. 3, 2016)

O Expressionismo não foi um movimento artístico que ocorreu apenas na Alemanha. Na pintura, teve representantes na França, na Holanda e na Noruega - *O Grito* de Edvard Munch é o exemplo mais famoso. Na Alemanha surgiu no século XX, foi um movimento vanguardista que envolveu vários tipos de manifestações artísticas como a pintura, arquitetura, teatro, dança, música, cinema e na literatura.

Em oposição ao impressionismo, o movimento cultural expressava o real, o que só poderia vir da percepção do artista, de sua visão de mundo, ressaltando as experiências emocionais do artista sob formas excepcionalmente vigorosas. O movimento Expressionista propaga a liberação de emoções que estavam reprimidas, ou seja, a expressão direta dos sentimentos originados da própria vida do artista, mostrando ao espectador sentimentos e emoções sem se preocupar com o verossímil.

Há uma divisão do movimento, pré e pós-1ª Guerra Mundial. Antes da guerra, há um diálogo com as outras vanguardas internacionais, procurando uma linguagem mais expressiva, após o começo da guerra, ganha um caráter mais político e nacionalista. Pós-guerra, as manifestações artísticas que mais se destacam são o teatro e o cinema. No cinema, o movimento foi de pouca duração, teve início em 1920 com a película *O Gabinete do Dr. Caligari* (nome original em alemão: *Das Cabinet des Dr. Caligari*) e termina quando Hitler sobe ao poder em 1933.

Na 7ª arte, o movimento aparece como repercussão do desastre econômico, social e moral da Alemanha após o fim da Grande Guerra. Evidenciando as angústias pós-guerra. “[...]tanto cinema quanto literatura abordam o pensamento de uma nação e até mesmo de uma civilização ao longo de um período ou também em um curto espaço de tempo.” (FERREIRA, p. 1, 2011).

É notável o pessimismo e o desequilíbrio social presentes nas obras do movimento, através da estética de seus filmes, das narrativas, das interpretações e nas demais características presentes nas obras. Por certo, a arte expressionista marcava com sua estética a produção cinematográfica na Alemanha, por intermédio de filmes carregados de simbologias e metáforas, que davam vida a pinturas e objetos, em cenários disformes e agônicos, onde atuavam personagens perturbados e melancólicos. (RUDY, p. 4, 2016).

Para o sociólogo alemão Siegfried Kracauer esse movimento cinematográfico nos mostrou os medos de um futuro incerto e anuncia uma conseqüente ascensão do regime nazista. Donny Correia nos ajuda a compreender o pensamento de Kracauer numa matéria escrita para a revista *Cineplot*:

Siegfried Kracauer (1889-1966), há 70 anos, realizou um dos estudos mais importantes para o espólio histórico do Cinema, e sem dúvida o mais importante trabalho, até o momento, sobre o cinema alemão. Trata-se do volume de bastante fôlego *From Caligari to Hitler: A psychological history of the German film*. Um estudo hercúleo sobre o cinema na Alemanha entre o final da Primeira Guerra Mundial e a ascensão de Hitler em 1933. Não é um recorte aleatório. O autor faz questão de assinalar, já no primeiro parágrafo de sua obra: “Não se trata de estudar o filme alemão de forma estanque, mas de ampliar nosso conhecimento sobre a Alemanha pré-Hitler de forma mais específica (CORREIA, p. 4, 2018).

Nos anos que antecederam a guerra, o cinema alemão dependia de filmes importados da França, Itália, EUA e Dinamarca. Ao começar a guerra, a Alemanha fecha suas portas para as importações cinematográficas, com exceção dos filmes vindos da Dinamarca, tornando escassa as exhibições em suas salas.

Ao longo da guerra, os filmes vindos de fora são poucos, mas o interesse da população no cinema como uma forma de lazer, aumenta. Segundo Rudy “Como novo ramo comercial e produto de consumo, paulatinamente o cinema firmava-se como uma das mais promissoras empresas ligadas à distração das massas, superando as feiras, os circos etc.” (p. 4, 2016)

Por obra dos grupos militares e industriais, o cinema firma-se como setor empresarial, tornando-se uma instituição. Com o objetivo de promover filmes de propaganda a favor da guerra, há a criação de várias empresas cinematográficas como a Bufa, a DLG e a mais famosa

dessas empresas, responsável pela maior parte de produção, distribuição e exibição de filmes no país, a UFA. Portanto, há um aumento a produção de filmes produzidos internamente:

Se, até 1914, o cinema alemão havia enfrentado dificuldades para se estabelecer na esfera doméstica, ao começar a guerra, sua posição se inverteu. Afinal, com o país excluído do circuito de distribuição internacional e com a campanha antigermânica orquestrada em Hollywood a partir de 1916, foi necessário que a indústria cinematográfica alemã não apenas suprisse sozinha o mercado interno, como também produzisse filmes de guerra para manter a moral da população e dar respostas à ofensiva cinematográfica internacional. (CÁNEPA, 65, 2010).

Terminada a Grande Guerra, a Alemanha abre novamente as portas para o cinema estrangeiro. *O Gabinete do Dr. Galigari*, filmado em 1919, lançado em 1920 na Alemanha e em 1921 no estrangeiro, é o responsável não só por colocar o cinema alemão de volta ao mercado internacional, mas também é o marco do surgimento do Expressionismo no cinema alemão. “Seu conceito revolucionário surpreendeu e atraiu o público intelectual que até então raramente havia dado atenção a cinema, e a curiosidade gerada em torno dele ajudou a reabrir o mercado externo cinematográfico que estava fechado para a Alemanha desde o começo da guerra.” (CÁNEPA, p. 55, 2010)

Dirigido por Robert Wiene – importante diretor alemão, também responsável por obras como *Crime e Castigo* (1923) e *As Mãos de Orlac* (1924) – *Caligari* foi um dos primeiros filmes a ter uma narrativa com flashbacks e um plot-twist (final-surpresa) no final, sendo bem à frente de sua época.

Há 3 coisas em comum nos filmes do Expressionismo: composição (cenografia, fotografia e mise-en-scène), temática recorrente (tipologia dos personagens e de situações dramáticas) e estrutura narrativa (como a história é contada e organização dos fatos). Em relação à composição, os filmes mostravam elementos ligados à mise-en-scène que combinado ao figurino e a maquiagem, a realçam. Sobre a temática, normalmente, os temas abordados eram referentes ao universo da literatura romântico-fantástica. Já as narrativas eram oblíquas, deixando o filme em aberto para interpretação do público e dos críticos – uma das características das películas era evitar o uso dos letreiros explicativos ou narrativos, mas quando utilizados eram integrados à narrativa visual do filme, como em *Caligari*.

Responsável por ditar as regras desse movimento no cinema, as características presentes na obra, foram utilizadas nos filmes produzidos em seguida. Os principais diretores do Expressionismo, como Fritz Lang e F.W. Murnau seguiram os passos de Wiene nas suas produções. O filme tornou-se um clássico do cinema, sendo considerado a primeira grande produção do gênero de horror, apesar de já existirem filmes com algumas características do gênero.

Filmado em estúdio, assim como todos os outros filmes do movimento – com exceção de *Nosferatu* de F. W. Murnau – o filme utiliza o jogo de luz e sombra, dando destaque aos contrastes. Em todas as obras expressionistas, a utilização de contrastes não é apenas uma escolha estética, demonstrando que há um conflito de contestações, característica presente na sociedade que está inserida em um período entre guerras.

Como a Alemanha estava fragilizada economicamente, a produção do filme não podia ser muito custosa. Hermann Warm, Walter Rhorig e Walter Reiman foram os artistas responsáveis pela estética caótica do filme, como se ele fosse um pesadelo.

Assistindo ao filme, no deparamos com uma atmosfera surreal e sombria, com cenários desproporcionais e desfigurados – janelas deformadas, chaminés inclinadas, os letreiros do filme são compostos de letras irregulares, dentre outros. Características reforçadas pela maquiagem bastante pesada, interpretações exageradas dos atores e a influência teatral – muitos dos atores e diretores famosos do cinema alemão vieram do grupo teatral de Max Reinhardt. Segundo Cánepa, o filme consegue nos passar exatamente como era a proposta do movimento devido a junção de todos os seus elementos:

Mas a criação da atmosfera de pesadelo que lhe daria fama duradoura só foi possível porque a cenografia produzida em painéis pintados ao estilo expressionista conseguiu evocar a fisionomia de um mundo tortuoso e imprevisível. Ao evitar as formas realistas, reforçando as curvas abruptas e a pouca profundidade, esse cenário provocava sentimentos de inquietação e desconforto adequados à história que estava sendo contada. A isso se somavam as interpretações dos atores – repleta de exageros e de movimentos de grande impacto visual, reforçada pela maquiagem pesada e igualmente deformadora – e uma narrativa que envolvia personagens lidando com sentimentos destrutivos e de revolta contra a autoridade. Tratava-se, afinal, de uma obra que realizava a proposta expressionista de traduzir visualmente conflitos emocionais (CÁNEPA, p. 67, 2010).

Com 73 minutos de duração e dividido em 6 atos, o roteiro foi escrito por dois poetas que serviram e presenciaram os horrores da 1ª Guerra Mundial, Hans Janowitz e Carl Mayer. O roteiro foi baseado nas experiências de Mayer com psiquiatras e no testemunho do assassinato de uma moça por Janowitz no parque Holstenwall (nome da cidade da película).

O enredo do filme é o seguinte: Dr. Caligari (interpretado por Werner Krauss) e seu assistente, Césare (Conrad Veidt), o sonâmbulo que pode prever o futuro, chegam a cidade de Holstenwall com um espetáculo para a feira local. Logo após sua chegada, uma série de assassinatos se inicia, tornando Cesare o principal suspeito dos crimes. No decorrer do filme, Francis (Friedrich Feher) descobre que Caligari controla os atos de Césare, sendo o Dr. o mandante dos crimes.

Contudo, há uma polêmica envolvendo o filme. No final, ocorre o plot twist, Francis é mostrado como um louco, um paciente em um manicômio, toda a história não passou uma alucinação. Caligari é o diretor do manicômio e se mostra compreensivo com o paciente ao falar, no final do filme, que consegue compreender a fonte de insanidade de Francis e agora é capaz de ajudá-lo. É assim que o filme termina, quando a autoridade está restaurada. Porém, este não era o final do roteiro original do filme, Wiene o tinha mudado, adicionado esse último ato.

Originalmente, tinha um final revolucionário, feito para ir contra a obediência cega do subalterno com a autoridade, tal como defende Kracauer ao dizer que o Dr. Caligari era a representação da autoridade, símbolo da tirania e da manipulação e o sonâmbulo Césare, um submisso que acata as ordens das autoridades sem contestá-las, mais uma vez, temos Correia nos repassando como Kracauer interpretava o filme *Caligari*:

No último ato, segundo Janowitz e Mayer, o Dr. Caligari é desmascarado, revela-se um louco que acredita ser o verdadeiro médico chamado Caligari, que séculos antes perambulava pela Europa com um sonâmbulo chamado Cesare. Preso a uma camisa de força, o, agora indefeso louco, é contido. Isto deveria comunicar ao espectador que qualquer tipo de controle sobre a massa é um sinônimo de desarranjo iminente, que deve ser contido e enclausurado, bem longe do convívio social (CORREIA, p. 5, 2018).

Contudo o filme acaba nos dando um final conformista, com o desejo de satisfazer as massas. Para Kracauer, “Enquanto a história original expunha a loucura inerente a autoridade, o *Caligari* de Wiene glorificava a autoridade e condenava o antagonista a loucura” (p. 84, 1988).

Em sua obra Kracauer analisa os filmes produzidos na República de Weimar e não apenas em *O Gabinete do Dr. Caligari*, mas em vários filmes dessa época, como por exemplo, *Dr. Mabuse* (1922) de Fritz Lang, *Nosferatu* (1922) de F.W. Murnau, Kracauer enxerga uma representação predominantemente tirânica e uma disposição do povo alemão a sua submissão. Ele analisa o cinema alemão da República de Weimar como uma expressão da crise, do medo, do terror. Mostrando uma sociedade apática diante o surgimento de um novo horror, o nazismo, segundo Correia:

[...] tinha absoluta certeza de que era possível prever a ascensão totalitarista do regime nazista por meio dos filmes realizados durante a década de 1920 e início dos 1930. O que ele queria dizer é que, num país arrasado por uma guerra que reconfigurou a geopolítica de nações inteiras e a percepção social e cultural de seus cidadãos, o inconsciente coletivo apontaria diretamente para a crítica ao desmonte econômico, para a falta de ordem, e, no limite, para a necessidade de um líder onipotente capaz de manter o mal-estar daquela civilização numa camisa de força. [...] (CORREIA, p. 5, 2018).

No final da década de 20 a Alemanha está estável, porém em 1929 ocorre a Quebra da Bolsa de Nova York, afetando a economia de todo o mundo. A classe média, vulnerável, duvida das soluções democráticas tomadas pelos governantes de Weimar. Temendo uma tomada de poder por parte dos comunistas, anseiam por um governo com autoridade, uma liderança que os eleitores acabando achando em Adolf Hitler e seu Partido Nacional-Socialista.

O antiliberalismo avança, assim como o antisemitismo, disseminando a ideia que os judeus detinham o capital e eram inimigos da Alemanha. Com o povo fragilizado, os nazistas passam a fazer promessas, “A partir de 1929, os desfiles nazistas tornaram-se mais constantes, com promessas de emprego e controle dos preços, luta antissocialista e antiliberal e, sobretudo, oposição grande capital, aos democratas, comunistas e judeus.” (SOARES, 2011).

Durante a década de 30 poder nazista cresce mais ainda, ao mesmo tempo que o Expressionismo entrava em decadência. As eleições presidenciais acontecem em 1932, no ano seguinte, Hitler sobe ao poder, dando fim à República de Weimar e o movimento expressionista alemão. O cinema na Alemanha acaba se tornando uma arma na mão dos nazistas que o utilizaram como uma forma de transmitir suas ideias. A maioria dos artistas expressionistas fugiram do país, como o próprio Robert Wiene e Fritz Lang, levando suas técnicas para outros lugares do mundo. Os que ficaram, como Werner Krauss, trabalharam para o governo totalitário. Joseph Goebbels, comandava o Ministério da Propaganda do governo nazista e tornou a UFA a maior produtora de filmes para propaganda a favor da guerra e do regime nazista, exemplo é o filme *Triunfo da Vontade* (1935).

Não apenas Hollywood, mas também o cinema mundial foi influenciado pelo cinema alemão. Nos anos de 1930-1940, o cinema de horror e os filmes de gângsteres e os filmes noir na década de 1940-1950. Mesmo após o final da 2ª Guerra Mundial, o cinema alemão levaria algum tempo para se recuperar. Avançando para a década de 1960, surge uma nova leva de diretores formando o movimento chamado Novo Cinema Alemão, mas seu prestígio só é recuperado na década de 1970. Inclusive, um dos filmes mais famosos da época é um remake de *Nosferatu: uma sinfonia do horror* (1922) de F.W. Murnau, dirigido por Werner Herzog, chamado *Nosferatu, o fantasma da noite* (1979).

O cinema encontrou a história bem antes dela o descobrir, exemplo disso são as diversas produções de filmes épicos feitos nos anos 1950 e 1960. Ele só é considerado objeto de análise histórica a partir dos anos de 1970 e um dos grandes responsáveis por isso é o historiador francês Marc Ferro. No entanto, devido à quantidade de imagens que nos cercam, cada vez mais o cinema está sendo utilizado pelos historiadores como fonte.

Kracauer examina grande parte dos filmes do Expressionismo alemão, como: *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920) de Robert Weine, *Dr. Mabuse* (1922) de Fritz Lang, *Nosferatu* (1922) de F.W. Murnau, *M, O Vampiro de Dusseldorf* (1931), também de Fritz Lang.

O Gabinete do Dr. Caligari (1920) é um filme revolucionário com sua narrativa não-linear e a mise-en-scène fugindo dos padrões das produções de sua época, sendo o marco para o Expressionismo na Alemanha e que influenciou os filmes produzidos até os tempos de hoje. O plot-twist no fim do filme, apesar de ser inovador para a época nos traz um final conformista, restaurando a autoridade.

Através de seus estudos, Kracauer observa nas produções feitas durante a República de Weimar uma dominância tirânica e uma submissão da sociedade, chegando a conclusão que o povo alemão observou apaticamente a ascensão do nazismo.

REFERÊNCIAS

CÁNEPA, L. L. **Expressionismo alemão**. In: MASCARELLO, F. **História do Cinema Mundial**. Campinas, SP: Papirus, 2010.

CORREIA, D. **De Caligari a Hitler: Um tributo a Kracauer**. In: **Cineplot**. edição 5, fevereiro, 2018. Disponível em: <<<http://cineplot.com.br/index.php/2018/02/24/revista-cineplot-de-caligari-a-hitler/>>>

FERREIRA, R. B. **O prognóstico de um mal: Nazismo e opressão no cinema e na literatura alemã**. In: **Darandina Revisteletrônica**. Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política. Disponível em: <<<http://www.ufjf.br/darandina/eventos-2011/comunicacoes/>>>

KRACAUER, S. **De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

NAPOLITANO, M. **Fontes Visuais: A história depois do papel**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. SP: Contexto, 2008, p. 235-289.

RUDY, C. **O lado obscuro do espelho – o Expressionismo no cinema alemão do período entre guerras: trajetórias e influências**. In: **Revista O olho da História**. Bahia, n. 26, 2016. Disponível em: <<<http://oolhodahistoria.ufba.br/numero-23-novembro-de-2016-olhares-do-cinema-sobre-o-mundo-e-sua-historia/>>>

SOARES, M. **A Alemanha no período entre-guerras: crise econômica e ascensão do nazismo**. In: **Percursos Históricos**, Ano I, vol. jul., série 07/07, 2001. Disponível em:

<<[http://percursoshistoricos.blogspot.com.br/2011/07/alemanha-no-periodo-entre-guerras-
crise.html](http://percursoshistoricos.blogspot.com.br/2011/07/alemanha-no-periodo-entre-guerras-
crise.html)>>

VALIM, A. B. **História e cinema**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo.

Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WIENE, R. **O Gabinete do Dr. Caligari**, 1920.

A imprensa abolicionista em Alagoas: o discurso e a propaganda

Ricardo Alves da Silva Santos*

Resumo: Alagoas na segunda metade do século XIX, assim como as outras províncias do então Império do Brasil, enfrentava os embates pela manutenção ou abolição da escravatura. Para resgatarmos e descrevermos a história do movimento abolicionista em terras alagoanas faremos uso da imprensa que no período da década de 1880 aglutinou os principais debates em torno do “elemento servil”. A formação de uma imprensa abolicionista somente foi possível graças a um repertório ideológico capaz de convencer a sociedade dos prejuízos da escravidão para combater os contrários à ideia de abolição. Ao mesmo tempo em que se articulava o discurso em prol da abolição, os proprietários reagiram para reafirmar seu discurso pela manutenção do trabalho escravo. Esse embate ideológico foi travado nas páginas dos jornais, protagonizado em Alagoas pelos jornais *Orbe*, *Lincoln*, *Gutenberg*, *Jornal do Penedo*, *Gazeta de Notícias*, entre outros.

Palavras-chave: Abolicionismo – imprensa – Alagoas.

Apresentação

Para Ângela Alonso (2002), o abolicionismo foi um movimento que agitou a nação brasileira na segunda metade do século XIX. E ressalta que um movimento dessa magnitude somente poderia ser efetivado graças a um repertório teórico que deu suporte às lideranças do movimento. É nessa perspectiva que *Ideias em movimento* torna-se importante ao analisar como a chamada geração 1870 auxiliou na crise que levou ao fim do regime imperial do Brasil, para dar lugar a um novo modelo político e social, a República, que foi propagandeada como sendo o progresso e a liberdade.

No primeiro capítulo *A sociedade imperial: valores, instituições e crise*, Alonso observa como o repertório europeu de civilidade e progresso mesclou com a experiência nacional para o desenvolvimento de uma tradição imperial, firmada em valores e nas instituições para manter o *status quo*.

Ao estudar o Brasil do século XIX, observa-se que “o movimento intelectual da geração 1870 surgiu em meio à desagregação da ordem política imperial” (ALONSO, 2002, p. 51). A partir de então, é interessante notar que “a estrutura de poder do regime, a sociedade hierárquica, a forma monárquica eram uma espécie de senso comum da elite, percebidas como

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: ricardo_alves@hotmail.com

a ordem natural das coisas” (ALONSO, 2002, p. 52). Essas observações nos ajudam a perceber como a escravidão, entendida nesse contexto como algo natural, vai aos poucos se configurando em abominável, ao ponto de o próprio governo operar por sua extinção. Essa mudança de atitude em relação a escravidão somente foi possível graças a força das ideias. Ideias novas vindas da Europa, um repertório que “chegava não só por experiência pessoal direta como também pelas revistas de divulgação filosófica e literária” (ALONSO, 2002, p. 53), que germinou por aqui princípios novos e atitudes novas.

O modelo europeu, tão valorizado pelas elites, inspirou por seu rebuscamento e estilo “o discurso à antiga, recheado de alegorias greco-romanas e de figuras de linguagem” (ALONSO, 2002, p. 54). Prova disso são os artigos encontrados nos diversos jornais que circulavam na época. Como exemplo temos um artigo do Jornal *Gazeta de Notícias*²⁰⁷ que circulou em Maceió no ano de 1879. Ao se posicionar sobre a atuação da imprensa alagoana, o jornal se coloca da seguinte forma:

Reatando o fio de nossas fracas observações sobre a imprensa alagoana, – o que fazemos com um certo pesar, – ousamos perguntar a este século XIX, este século que se diz das luzes, o século do progresso – que se orgulha de nascer com a aurora da redenção social – esse místico de liberdade e escravidão, de igualdade e privilégios; – que não viu um senado romano corrupto, cruel, deshumano, unanimemente glorificar o seu Deus, o seu soberano – o seu imperador Nero; quando essa hydra da fabula, esse monstro sanguinário; coberto de todos os crimes e baixezas, gasto pela vida dissoluta em que se achafurdou, condenou a pena de morte sua própria mãe; – ouzamos, repetimos, perguntar – a esse século que derrocou os abysmos dos claustros, que zombou dos Loyolas de todos os séculos – que luta se trava hoje entre a consciência e o homem, entre a razão e Deus?!

(GAZETA DE NOTÍCIAS, Maceió, 22 de setembro de 1879, p. 1)

Nesse artigo observamos as remissões greco-romanas na comparação das incoerências do século XIX à corrupção e degradação do senado romano e também às excentricidades do imperador Nero. A geração 1870 surge em meio a “este século que se diz das luzes, o século do progresso”, ideias tão fortemente presentes entre as elites brasileiras que tem o desafio de sobreviver nesse “místico de liberdade e escravidão, de igualdade e privilégios”. As elites do século XIX conviveram com a dualidade “entre a consciência e o homem, entre a razão e Deus”. Por essa citação, vemos também como “essas referências a autores e obras desempenharam às vezes o papel de ornato erudito dos discursos, mas compareciam principalmente na legitimação de argumentos e posições políticas” (ALONSO, 2002, p. 55).

²⁰⁷ Exemplar disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Entender o fim oficial do cativo no Brasil a partir da dialética expressa nos discursos políticos-ideológicos através das páginas dos jornais é um caminho seguro para compreender o porquê, nas décadas finais do século XIX, homens que outrora eram escravistas, agora declaravam-se abolicionistas. A dialética também nos fornecesse as chaves para avaliar os variados projetos abolicionistas, perpassando o gradualismo até chegar ao radicalismo em 1888²⁰⁸. Vemos, portanto, que os projetos abolicionistas que tiveram impacto estavam aquém da situação dos negros. Nesse caso o abolicionismo era um movimento de contestação que pretendia unicamente elevar o Brasil à conjuntura internacional com liberdade política e trabalho livre, abolindo a escravidão e a monarquia. Não necessariamente nessa ordem, pois o liberalismo adotado pelos republicanos nem sempre veio acompanhado pela ideal de trabalho livre, assim como o abolicionismo não necessariamente pretendia destituir a monarquia.

Algumas interfaces da imprensa abolicionista alagoana

Ao retomar a ideia central desta proposta de pesquisa, nota-se a relevância da atuação do movimento abolicionista em Alagoas através das páginas da imprensa escrita. Nesse aspecto, Moacir Medeiros de Sant`Ana, ao escrever acerca da história da imprensa em Alagoas, aponta para o ano de 1831 como marco da primeira publicação na província. *O Iris Alagoense* nascia como jornal político, literário e mercantil²⁰⁹. A partir de então, multiplicaram-se as publicações da imprensa na Província de Alagoas acompanhando as mudanças sociais e políticas do país e também das localidades circunvizinhas. Sant`Ana nos diz que a imprensa alagoana atuou fortemente na causa abolicionista. Aponta para o *Jornal das Alagoas* de 1870 como sendo provavelmente o primeiro jornal alagoano a fazer campanha abolicionista, cujo 1º número datado de 2 setembro de 1870, em seu artigo de apresentação declara-se abolicionista²¹⁰. Porém,

²⁰⁸ Aqui 1888 é considerado radical em virtude de a assinatura a Lei Áurea não ter correspondido aos anseios da classe proprietária, pois decretou a abolição imediata e sem indenização.

²⁰⁹ Sant`Ana ao referenciar Craveiro Costa (1931, p. 20), indica que o fator primordial da criação deste jornal foi a política e que, o então presidente da Província das Alagoas, Manoel Lôbo de Miranda Henriques, negociou a produção do *Iris Alagoense* em virtude da necessidade e um elemento de transmissão das ideias que agitavam o país e que fosse o anunciador do pensamento naquele período, sendo esse elemento a imprensa. SANT`ANA, Moacir Medeiros de. **Primórdios da imprensa em Alagoas**. Maceió: Edufal, 1981 (Catálogo de exposição de jornais alagoanos do passado). – Arq. Pub. Alagoas – Doc. 756. (Coleção autores alagoanos).

²¹⁰ Essas e outras informações sobre os jornais abolicionistas em Alagoas encontram-se no Arq. Pub. Alagoas, caixa 682. Documento: governo do Estado de Alagoas; Assunto: exposição de documentos sobre o negro: castigos – imprensa abolicionista.

nossas observações indicam que alguns periódicos mais antigos, mesmo não se declarando abolicionista, sinalizavam em seus artigos o desejo pelo fim do trabalho escravo.

O *Jornal Mercantil*²¹¹ cuja direção cabia a Boaventura José Castro e Azevedo, tendo publicações em dias alternados, na edição do dia 26 de outubro de 1864, apresenta um artigo elogiando o decreto imperial nº. 3.310 de 24 de setembro de 1864 que concedia emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, dizendo que o “Imperador mostrou por esse ato, verdadeiramente liberal e digno da imperial sabedoria”. Mais adiante defende o fim da escravidão posicionando-se da seguinte forma:

Acabe-se com essa vergonha que nos opprime, e tratemos de ir assentando as bases para a grandiosa obra da completa abolição da escravidão, o facto mais degradante, mais barbaro [sic.] que pode envergonhar o homem. A escravidão, bem como a pena de morte, são duas nodos de nosso paíz, de nossas leis, de nossos costumes. São duas anomalias que acham-se em contradicção diametral com a Constituição e forma de governo liberal que infelizmente nos rege, posto que as vezes *in romine*.

(JORNAL MERCANTIL, ano II, n. 129, 26 de outubro de 1864, p. 2)

O excerto retirado do *Jornal Mercantil* defende “a grandiosa obra da abolição da escravidão” que a considera uma “vergonha que nos opprime” e “o facto mais degradante, mais barbaro [sic.] que pode envergonhar o homem”. Apesar desse apelo em prol da liberdade, paradoxalmente, na página seguinte, o mesmo jornal anuncia aluguel de escravos: “precisa-se de alugar um negro ou na falta uma negra idosa para o serviço doméstico em casa em Jaraguá [...]”. Nesse contexto, descortina-se a ideia de que a mobilização nacional em prol da emancipação política dos povos africanos escravizados em terras brasileiras ocupa as páginas dos jornais na então Província Alagoas.

A medida que o movimento abolicionista crescia, multiplicava-se em Alagoas clubes e associações abolicionistas que se apoiavam em jornais e periódicos como a *Gazeta de Notícias*, de Maceió surgida em 12 de maio de 1879, e que colocou suas colunas a disposição da Sociedade Libertadora Alagoana²¹², tendo Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior como redator abolicionista. A título de exemplificação, a atuação política deste periódico, faz notar por meio de uma de suas publicações do ano de 1881, os abusos e maus tratos provocados por um senhor de engenho a um de seus cativos:

²¹¹ Este jornal encontra-se disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br> Acesso: 12 de agosto de 2017), constando edições incompletas: 1 exemplar do ano de 1863; 2 do ano de 1864 e 1 exemplar do ano de 1865.

²¹² Surgida em Maceió em 28 de setembro de 1881 a Sociedade Libertadora Alagoana tinha por objetivo promover a campanha abolicionista em Alagoas, além de arrecadar manumissões para a libertação de escravos.

Ontem foi recolhido a cadeia, de ordem do chefe de polícia, o escravo Pedro, pertencente ao sr. Canuto José Pereira de Lucena, proprietário do engenho Santa Rita, na Boca da Mata, termo de Anadia, que se apresentou à polícia pedindo socorro por se achar ferroadado no pescoço e nos pés com grossas vergas e gancho.

Ação tão desumana provoca a indignação de todos e chamamos a atenção das autoridades competentes, pedindo a punição legal para a barbárie do senhor do infeliz cativo.

(GAZETA DE NOTÍCIAS. Maceió, 30 de março de 1881, p. 1)²¹³

Em face disso, o escravo Pedro ao buscar ajuda por meio de denúncia dos maus tratos de seu senhor por tais abusos, revelava consciência do incipiente direito que lhe cabia. Dessa maneira, nota-se que quando era de interesse de alguns jornais, estes buscavam atuar na conscientização da população negra escravizada. A veiculação desse tipo de notícia buscava comover e despertar na população livre e nas elites a indignação contra a prática da escravidão em larga escala no país, mostrando o sofrimento da pessoa escravizada e pressionando decerto as autoridades a garantir a liberdade e proteção da comunidade negra cativa às amarras do sistema escravagista.

Por seu turno, além de denunciar os maus tratos sofridos pelos cativos, o *Jornal Gazeta de Notícias* também se posicionou por meio de artigos de forma positiva às abolições dentro e fora da então província de Alagoas. Na edição do dia 2 de junho de 1879²¹⁴, o periódico traz no artigo de abertura o título “13 de novembro de 1872”, da publicação do Decreto nº. 5.135, que regulamentava a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, quando foi instituído o fundo de emancipação²¹⁵ para libertar o filho da mulher escrava em cada província. Naquela ocasião foi destinado à província de Alagoas os valores correspondentes para este fim. O excerto a seguir nos oferece informações que nos possibilita uma melhor compreensão da posição política-ideológica desse periódico:

É a data celebre para a classe mais infeliz que existe entre nós por um os grandes defeitos de nossos maiores, que abressavam, e nos fizeram esposar a ideia fatal de viver a custa do suor de miseráveis reduzidos por elles a escravidão. Muitas cabeças bem organizadas, muito brasileiro bem intencionado, muitos moços esperançosos meditaram, fallaram, pairavam sobre meios que seriam mais convináveis para desraigar de nosso solo arvore que tão maos fructos produzia.

Antes da data com que abrimos nosso pretencioso artigo, já mais de um individuo cedia sem custo a liberdade a escravos seus, mais de uma associação se fundara para o mesmo fim – a liberdade de escravos. Todo esse movimento,

²¹³ Fragmento disponível no APA, caixa 682, em texto de autoria de Moacir Medeiros de Sant’Ana – exposição de documentos sobre o negro: castigos – imprensa abolicionista.

²¹⁴ Exemplar disponível no Inst. Hist. e Geográfico de Alagoas (IHGAL).

²¹⁵ MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo, Edusp: 2004. p. 363.

porem, era demorado, e não produzia os efeitos correspondentes a nobreza do cometimento. Faltava a iniciativa do governo, o sopro as regiões o poder, sem o que neste paiz nada se faz.

[...].

(GAZETA DE NOTÍCIAS, 2 de junho de 1879, p. 1)²¹⁶

O trecho do artigo em questão nos revela que o movimento abolicionista era conduzido por “cabeças bem organizadas, muito brasileiro bem intencionado, muitos moços esperançosos” e que a medida que a conscientização fazia com que muitos indivíduos libertassem sem custo seus escravos, “mais de uma associação se fundara para o mesmo fim”, porém de forma lenta, pois “faltava a iniciativa do governo, o sopro das regiões do poder, sem o que neste país nada se faz”. Dessa forma, a propaganda também era direcionada aos governantes, pressionando-os para a extinção do trabalho escravo no Brasil. É interessante notar também que o autor culpa a condição atual da escravidão aos “nossos maiores, que abressavam, e nos fizeram esposar a ideia fatal de viver a custa do suor de miseráveis reduzidos por elles a escravidão” e assim colocando-se como obrigado a viver à custa do trabalho dos escravizados. É esse distanciamento talvez, que possibilitou este autor e outros tantos, a assumir a causa da libertação escrava.

Na mesma estratégia do *Jornal Gazeta de Notícias*, o *Jornal Gutemberg*²¹⁷, órgão da Associação Typográfica Alagoana de Socorros Mútuos, surgido na cidade de Maceió no ano de 1881, se posicionava contra a escravidão em apoio a campanha abolicionista. Na edição do dia 23 de abril de 1883, o referido periódico traz na seção “Sennas da Escravidão” o caso de uma escrava vítima de desumano castigo:

- A população d'esta cidade acaba de presenciar horrorizada, um facto contristador e deponente.

Mais uma vez temos desejo de clamar contra esse direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo de outro homem.

Na segunda-feira da semana ultima o escriptorio da typografia da Gazeta de Notícias foi invadido por numerosa multidão de pessoas, que observavam consternadas o espectáculo hediondo que oferecia-lhes a vista uma escrava – victima de desumano castigo!

A pobre mulher, ou antes, o espectro horrível conduzia ao hombro uma peia de ferro, pesando 9 libras, a qual lhe havia sido trancada aos pés a 11 longos mezes!!..

A sua cor denunciava à primeira vista o efeito de tão pequenos sofrimentos: o corpo era apenas um composto de ossos: e nas pernas, isto é, ao lugar onde a peia tinha seu continuo lugar, havia uma carne esponjosa e nojenta! ...

[...]

²¹⁶ Exemplar disponível no IHGAL.

²¹⁷ Na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) encontram-se exemplares dos anos de 1883/1884/1888/1889/1892/1897 e 1904, num total de 9. Outros exemplares encontram-se no IGHAL (1883-1884/1890/1895-1899) e no Arq. Público de Alagoas (APA).

Compenetre-se o povo brasileiro da necessidade que a de extinguir-se a escravidão: o Brazil não deve por sua honra tolerar mais essa caga medonha. Noticiando este facto, temos somente em vista registrá-lo como prova de que a escravidão é um absurdo.
[...].

(JORNAL GUTEMBERG, ano II, n. 13, 23 de abril de 1883, p. 1)²¹⁸

O *Jornal Gutemberg* foi um dos jornais mais ácidos em seus editoriais e ativo na campanha de emancipação dos negros escravizados. Foram várias denúncias de maus tratos condenando o “direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo sobre outro homem”, e apoiava constantemente a atuação do movimento abolicionista na capital da província de Alagoas, persuadindo a população alagoana da necessidade de extinguir a escravidão. E ao noticiar senas como a da escrava mencionada acima, que outrora eram aceitas como natural, o referido jornal noticiava tais fatos como prova dos absurdos da escravidão frente ao mundo civilizado, pois “o Brazil não deve por sua honra tolerar mais essa caga medonha”.

Por outro prisma, Craveiro Costa destaca que ao iniciar-se a campanha abolicionista e republicana em Alagoas no período de 1881 e 1889, inúmeros jornais surgiram, período este entendido como um momento de intensa atividade jornalística. Notadamente, quase todos os periódicos daquela época tiveram circulação efêmera, ganhando destaque tão somente nos momentos de tensões políticas, exceto o notável *Gutemberg*, por ter concentrado todas as suas aspirações nas agitações políticas entorno da campanha abolicionista (COSTA, 1931, p. 15).²¹⁹

Outro jornal interessante nessa discussão é o *jornal Lincoln*, este surge exclusivamente para oferecer suporte a campanha abolicionista em Alagoas. Desta forma, o *Jornal Lincoln* se posicionava como o grande propagador do abolicionismo em Alagoas entre os anos de 1884 e 1888, anunciando os feitos dos vários clubes e associações abolicionistas da capital e de outras regiões da província. Tomemos como exemplo a edição do dia 24 de julho de 1884:

O movimento abolicionista da nossa província progride, não como aquella invejavel impetuosidade só propria [sic.] do Amazonas que na sua passagem não encontrou obice algum que o pudesse deter, mas progride pacifica, diária e gradativamente.

– Na capital a sociedade literária *Castro Alves* declarou-se abolicionista; instituiu-se a *Libertadora Artística Alagoana* e diversas manumissões particulares se fazem todos os dias.

No Penedo a *Sociedade Redemptôra* vae prestando seus bons serviços: no Limoeiro houve diversas manumissões em regozijo de ter assumido a regência de sua freguezia o Rvd. Vigário Francisco Vital, exímio sectario da abolição e a cuja influencia não podia ter escapado o honroso facto que deixamos

²¹⁸ Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>). Acesso: 13 de agosto de 2017

²¹⁹ COSTA, Craveiro. Cem anos de jornalismo (Memória histórica sobre o jornalismo alagoano). In: **Revista Inst. Arch. Geogr. Alagoano**, Maceió, 58 (15): 91, 1931.

consignado, e principalmente dando-se entre pessoas de sua família e dedicados amigos de sua Rvma.

Na Côrte e no Recife diversos comprovincianos e amantes da gloria de sua terra natal se constituirão igualmente em sociedades e se empenham na propaganda de acelerar o movimento abolicionista de nossa província.

(LINCOLN, ano I, n. 3, 24 de julho de 1884, p. 1)²²⁰

Ao mencionar o avanço do movimento abolicionista em Alagoas, o *jornal Lincoln*, evidencia a ação pacífica, gradativa, e quase sem obstáculos, porém de forma lenta, conduzida pelas várias sociedades, clubes e associações, por meio da propaganda e da arrecadação de fundos para compra de alforrias. Ao mesmo tempo, articula-se com jornais de outras províncias no empenho da propaganda e assim acelerar o movimento abolicionista na província de Alagoas. Observa-se que o *Jornal Lincoln* foi instrumento genuinamente abolicionista, além de seus discursos e suas prerrogativas favoráveis ao fim da escravidão, este era distribuído gratuitamente não dependendo de interesses de assinantes.

O *Lincoln*: “ódio à escravidão” e “defesa à abolição”

O *jornal Lincoln* surge no ano de 1884 exclusivamente para oferecer suporte a campanha abolicionista em Alagoas. Em face disso, salienta-se que o nome do periódico é uma homenagem ao notório líder norte-americano, responsável pela extinção do trabalho escravo nos Estados Unidos. O *Jornal Lincoln* surgia como órgão de propaganda abolicionista, com publicação periódica e gratuita, alcançando tiragem de 1.000 exemplares. No frontispício de suas edições vinham fixadas as frases “ódio à escravidão” e “defesa à abolição”, deixando claro sua proposta editorial. Em seu segundo ano, informa que está sob direção da Sociedade Libertadora Alagoana. Sob a perspectiva de José Avelino Silva²²¹

depois da “Gazeta de Notícias”, onde também colaboraram os ilustrados abolicionistas drs. João Gomes Ribeiro e João Francisco Dias Cabral, um dos prestantes presidentes da Sociedade Libertadora Alagoana, e do “Correio de Maceió”, prestou valiosíssimos serviços de propaganda ao Abolicionismo em Alagoas o periódico “Lincoln”, que teve existência acidentada, por dificuldades financeiras, mas sempre heroica sua luminosa missão, graças aos poderosos auxílios que lhe dava a perseverança rara de Francisco Domingues da Silva. O “Lincoln” foi também distribuído gratuitamente ao povo e afixado

²²⁰ Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) onde constam apenas 4 exemplares do ano de 1884 e um exemplar do ano de 1888; e uma edição especial de 25 de julho de 1885 em memória do falecimento do Dr. João Francisco Dias Cabral. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

²²¹ SILVA, José Avelino. O Abolicionismo em Alagoas (individualidades e fatos de um período áureo de nossa história). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1937 [1915] (p. 61-70).

em forma de boletim, nos lugares mais frequentados da nossa capital. Seus redatores foram: Francisco Domingues da Silva, L. Lavenère e Euzébio de Andrade. (SILVA, 1975, p. 67-68).

Desta forma, o *Jornal Lincoln* se posicionava como o grande propagador do abolicionismo em Alagoas entre os anos de 1884 e 1888, anunciando os feitos dos vários clubes e associações abolicionistas da capital e de outras regiões da província. Seus redatores eram “ilustrados abolicionistas” nomes já conhecidos na sociedade alagoana e membros das associações abolicionistas da província. Seu surgimento foi percebido por outros periódicos já consagrados na capital como o *Orbe*, que em julho de 1884²²² noticiou que o *Lincoln* “em sua chonica trata do movimento abolicionista na província” e que em seus artigos abolicionistas “se ocupa de these diversa, mas todos tendentes ao mesmo fim”. A notícia ressalta ainda que “é incontestável o serviço que o Lincoln presta à ideia” observando que sua distribuição era gratuita “e de um formato original” incitando dessa forma “a todos a leitura e se insinua em todas as camadas sociais discutindo e criando proselytos”. Dessa maneira o *Lincoln* trabalhava para “suavizar o jugo dos que vivem oprimidos”. Seu surgimento ocorre numa época em que a sociedade passou a condenar a escravidão e a ver a liberdade como um direito e o *Lincoln* empenhou-se em “trabalhar para que ella se firme e se estenda por toda parte”. Reconhecida sua atuação nobre e humanitária pela sociedade alagoana, logo se observa que este instrumento da propaganda abolicionista não tardará a incomodar e a despertar os ódios dos conservadores e escravocratas da província. Nesse ínterim, enfatizamos que o período de existência do Lincoln, foi de intensa campanha abolicionista, desencadeando conflitos com os grupos escravagistas. O mesmo *Orbe* que no início elogiou a atuação do *Lincoln*, tornou-se o porta voz dos descontentes e defensores da escravidão. Como veremos adiante, o *Orbe* passa a ser o principal instrumento de oposição ao *Lincoln*.

Em seu período de atuação, o *Lincoln* propagandeou e noticiou as diversas estratégias de luta pela liberdade na Província de Alagoas, colocando em prática a sua “defesa à abolição” através, principalmente, das ações da Sociedade Libertadora Alagoana. Os escravizados recorriam as associações abolicionistas para o auxílio de suas liberdades e nos últimos anos da escravatura, observamos o constante uso do recurso judicial através de ações movidas contra seus senhores. Chalhoub (2011, p. 189) observa o uso da justiça a partir da data célebre de 28 de setembro de 1871 no qual percebe esse evento ressaltando que “a causa da liberdade avançara de forma irresistível nas duas décadas anteriores [...] e os escravos agora pareciam mais ativos

²²² Orbe, ano VI, n. 84, 25 de julho de 1884, p. 1. Exemplar disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) acesso em 11/10/2017.

ou até capazes de levar a melhor no confronto com os senhores”. Refletindo com Thompson (1998, p. 15) em seu *Costumes em comum* onde nos diz que o direito não escrito, fundado no uso, costume ou prática, em dado momento era codificado e podia “ter força de lei”, percebemos nas ideias de Chalhoub (2011, p. 199) que “o texto final da lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquiridos pelo costume e a aceitação de alguns objetivos dos negros”. Essas palavras se referem ao trecho da lei que regulamenta o pecúlio e a indenização forçada, que nas observações de Chalhoub, já eram recorrentes antes de 1871. Muitos negros conseguiam acumular o valor necessário para a compra de sua alforria e caso o senhor se negasse a receber o valor, numa ação judicial, um negro poderia requerer sua liberdade. No julgamento, nos diz Chalhoub (2011, p.157), muitos magistrados se posicionavam favoráveis a causa dos negros, mas que seu veredito baseava-se em sentimentos humanitários ou em posições políticas e quase nunca com base no Direito, demonstrando dessa forma, que alguns magistrados inclinavam-se pela causa da liberdade no desmonte do regime escravista.

Em torno do *Lincoln*, outros periódicos o apoiavam na campanha abolicionista e também se identificavam como órgãos abolicionistas. Destacamos entre eles o *Gutemberg* que constantemente se reportava ao *Lincoln* reclamando sua atenção para situações que envolviam abusos de senhores e autoridades sobre os escravizados. Na edição do dia 13 de maio de 1886, o *Gutemberg*²²³ pede a atenção do *Lincoln* para o anúncio veiculado pelo *Orbe* em que a senhora D. Umbellina Aguiar “pede ella as autoridades judiciais e policiais que capturem uma menina livre, que não quiz morar em sua casa, e lh’a vão entregar”. Junto a essa reclamação seguiu-se uma crítica as autoridades da Província “que tão esquecias de seus deveres, tão desquitadas de todos os sentimentos de humanidade que se preste a triste papel” de capturar a inocente menina simplesmente porque “não quis mais gozar das meiguices e conchegos do lar daquela exma. Senhora”.

Ao mencionar que era “uma menina livre”, o jornal *Gutemberg* expôs uma interface da escravidão em Alagoas pouco explorada, a dos negros que se encontravam na condição jurídica de livres. Infelizmente, pelo tempo e escassez de fontes, não temos condição de abordar com detalhes esses aspectos, deixando apenas indicações para estudos posteriores. Para o momento, concentremo-nos na “menina livre” que estava sob os cuidados da “exm. snra. D. Umbellina Aguiar”. Sobre a condição da liberdade da menina, podemos conjecturar que ela gozasse da condição de livre porque nascera após a decretação da lei de 28 de setembro de 1871

²²³ RECLAMAMOS a atenção do Lincoln. In: *Gutemberg*, ano V, n. 33, 13 de maio de 1886, p. 3.

(Lei do Ventre Livre). Porém, mesmo livre, essa liberdade não lhe concedia mobilidade de ir e vir, pois ao mesmo tempo em que a lei em seu artigo 1º decretava livres todos os filhos da mulher escrava que nascessem após a decretação da lei, estes ficariam sob a tutela do senhor até os 8 anos. “Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos”²²⁴. Ou seja, somente aos 21 anos de idade, o filho da mulher escrava seria livre. Remetendo-nos a “menina livre” de D. Umbellina Aguiar, pela data da publicação do jornal e o ano da decretação da lei, presumimos que não teria mais que 15 anos de idade. Assim, e como previa a lei, D. Umbellina Aguiar estava a “utilizar-se [sic] dos serviços do[a] menor até a idade de 21 anos completos”. E por não suportar ainda os anos que lhe obrigavam a permanecer sob as “meiguices e conchegos do lar daquela exma. Senhora”, a menina foge. E a solicitação da senhora para que as autoridades policiais atuassem na captura da menina é uma indicação de que o poder público, a esta altura, ainda atuava na defesa e manutenção da escravidão. Ao expor essa situação, o *Gutemberg* pretendia desmoralizar diante da opinião pública o cotidiano obscuro da escravidão na pessoa da senhora Umellina Aguiar e da atuação da polícia em auxiliar na manutenção do cativo.

Por fim, destacamos que a problematização dos excertos dos jornais que compõe o corpo documental dessa pesquisa são exemplos que revelam como a imprensa já era reconhecida como instrumento de poder e dominação no sentido de inquietar a opinião pública divulgando, silenciando e/ou distorcendo fatos para conduzir o leitor/espectador na direção de seu ideal. Nessa perspectiva, as interpretações dos jornais aqui citados fazem notar que tanto no passado como no tempo presente, determinados veículos de comunicação impressa (jornais), atuaram com discursos fortemente hegemônicos, envoltos em interesses, paixões e subjeções. Mesmo em tempos passados, os jornais abolicionistas eram marcados por fortes discursos moralistas e às vezes humanitários.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²²⁴ O extrato dessa lei encontra-se disponível em <http://www.planalto.gov.br>, acesso em 18/04/2018. Art. 1º, inciso 1º.

_____ O abolicionismo como movimento social. In: **Novos Estudos** – SEBRAP – n° 100, Novembro de 2014, (pp. p. 115/137)

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites (século XIX) – prefácio de Peter Eisenberg. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006, (pp.111/153).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Contribuições à construção de uma história das transformações urbanas de Arapiraca a partir da memória dos atores sociais locais

Rodolfo José Oliveira Lima

Mestrando em História pelo PPGH/ICHCA/UFAL

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Maciel

Bolsista CAPES/FAPEAL

RESUMO: Este artigo apresenta as contribuições que o debate sobre a relação entre história e memória pode trazer para as pesquisas em história, em específico, à dissertação que vem sendo desenvolvida pelo autor que visa discutir os conflitos de classe por trás da forma como a cidade de Arapiraca-AL vem se desenvolvendo. Pretende-se expor, resumidamente, considerações de autores já consagrados na temática, mostrando como elas são um importante ponto de reflexão para as pesquisas que estão sendo ou serão realizadas, para, em seguida, descrever como isso vem contribuindo na pesquisa que está em curso no programa de mestrado em história social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Palavras chave: História. Memória. Conflitos de classe.

Este artigo apresenta as contribuições que o debate sobre a relação entre história e memória pode trazer para as pesquisas em história, em específico, à dissertação que vem sendo desenvolvida pelo autor a partir do projeto de pesquisa desenvolvido na área de concentração de História Social do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado em História – da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, intitulado: “Expansão urbana e conflitos de classe: o recente histórico de urbanização e especulação imobiliária no Lago da Perucaba em Arapiraca-AL”. Seu objetivo geral visa discutir os conflitos de classe por trás da forma como a cidade de Arapiraca-AL vem se desenvolvendo a partir da análise do histórico de urbanização e especulação imobiliária da área do açude do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – hoje rebatizado pelo poder público de “Lago da Perucaba”.

Pretende-se expor na primeira parte do presente trabalho, resumidamente, considerações de autores já consagrados nas discussões sobre a relação entre história e memória, mostrando como elas são um importante ponto de reflexão para as pesquisas que estão sendo ou serão realizadas que perpassam, mesmo que pouco, por esse mesmo caminho.

Em seguida, após melhor situar o leitor sobre nosso objeto de estudo na dissertação, pretendemos destacar como trabalhar com as memórias dos sujeitos sociais inseridos nesse contexto vem ampliando as possibilidades de compreensão do processo histórico que Arapiraca vem passando, utilizando-se da história oral como forma de ter acesso as mesmas.

Acertos teóricos: história e memória

Os conceitos de passado, história e memória elenca grandes discussões dentro da historiografia. Debates que, inclusive, recebem contribuições das demais ciências sociais que, mesmo com outros objetivos, expõe considerações que são bastantes pertinentes aos historiadores. A memória não diz respeito apenas aos profissionais da história que são os mais interessados no passado. Antropólogos, psicólogos, sociólogos, entre outros, também se interessaram em entender o que é a memória, como ela influencia nas relações culturais, psicológicas e sociais, considerações que enriqueceram a compreensão do homem no mundo.

Le Goff (1990) bem discorre sobre o papel da memória no capítulo com esse mesmo nome de sua obra “História e Memória” nos diferentes períodos da história humana, e faz destaque ao peso que a “memória coletiva” – entendida como história não cientificizada na forma como é percebida por um coletivo – possui em nossa sociedade atualmente, assim como na historiografia que é produzida, apontando-a também como um instrumento de poder, mas que pode ser usado para a libertação do homem, ao invés de sua dominação. O debate realizado pelo autor nos obriga a ter maior atenção seja para uma análise casual da realidade, seja para um trabalho historiográfico mais profundo, de modo que nosso olhar seja mais abrangente.

Em seu fazer historiográfico, além de métodos e técnicas de pesquisa, o historiador precisa compreender a sua realidade a partir de modelos, conceitos, enfim, teorias que o ajudem em sua trajetória, afinal, como nos diz Peter Burke: "Sem combinar a História com a teoria, é provável que não se consiga entender nem o passado nem o presente" (2012, p. 38). Desta forma, ao lidarmos com memórias, é importante conhecermos as discussões em torno de sua utilização pelos historiadores como uma forma de alcançar o passado (ou uma parte do passado) que não poderia ser feito sem esta mediação.

David Lowenthal (1998) nos apresenta as memórias como exclusivamente particulares. O passado para o autor é inalcançável, jamais poderemos saber o que realmente aconteceu, mas há registros que nos podem levar a um passado possível, são os resíduos remanescentes de outras épocas que nos trazem pequenas frações das gerações anteriores e, entre esses resíduos, temos as memórias. O passado é lembrado coletivamente, as lembranças de uma pessoa sempre são complementadas por outras, não sendo possível, deste modo, nenhuma síntese pessoal completa:

Na verdade, precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos que são

absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros. Partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas e estimulam sua emergência; acontecimentos que só nós conhecemos são evocados com menos segurança e mais dificuldade. (LOWENTHAL, 1998, p. 81)

Mesmo assim, em sua visão, a memória é algo individual por ter um caráter pessoal que varia de indivíduo para indivíduo. A memória possui uma seletividade ao ser exposta por seu portador, assim, acontecimentos públicos também são transformados em pessoais a partir do ponto de vista que cada ator enxerga determinado processo. Nessa perspectiva teríamos as memórias de cada indivíduo como uma estrela isolada, mas que, se somada a outras, nos daria a noção de algo maior, da constelação que formam. Uma reflexão importante também trazida por Lowenthal é o papel fundamental da memória para a construção da identidade de cada indivíduo. Nós necessitamos de uma imagem de nós mesmos, ainda que isso não seja fácil de definir (se auto definir), na verdade, segundo o autor essa é uma característica das lembranças que nos identificam, elas são tácitas e involuntárias.

As lembranças podem ser tanto vívidas como ilusórias, aqui fica nítida a diferenciação entre memória e história. Esta última expande e elabora a memória ao interpretar os fragmentos e sintetizar testemunhas oculares do passado. A memória é particular do indivíduo, maleável, sujeita a modificações, esquecimentos; a história é um contingente coletivo, mais rígida, implica a preservação do passado e consegue alcançar fatos que estão além das possibilidades da memória (ainda assim não dando conta de toda a dimensão que é o passado). A natureza coletiva da história afasta-a da memória que é, com dito, pessoal.

Podemos problematizar se realmente a memória é algo particular como diz Lowenthal, se não há um papel coletivo nesse processo de construção da mesma, também a visão de história e do papel do historiador que esse autor nos apresenta. Quanto ao primeiro ponto, é algo pertinente ao tema que aqui desenvolvemos, mas discutir as diferentes concepções de história se imporia como algo além de nosso objetivo neste artigo. Acredita-se que a visão de história com que nos afinamos pode ser identificada de forma implícita no decorrer deste trabalho, não necessitando ser polemizada com a de autores dos quais buscamos algumas contribuições para a temática. Retornando a Lowenthal, sem dúvidas ele contribuiu para uma reflexão profunda ao discutir o papel entre memória e identidade e a necessidade de diferenciar memória de história, o que é bastante relevante para os trabalhos que possuem essa abordagem em suas pesquisas.

Contudo, é Halbwachs (1990) quem dá um maior peso ao processo coletivo que envolve a formação da memória: “se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por

suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Para o autor, mesmo os posicionamentos pessoais são explicados a partir das “combinações” e “influências” e ambas possuem uma natureza social. Através dos fatos comuns identificados pelos indivíduos de um determinado meio, podemos chegar a uma memória histórica. Mesmo esta memória sendo diluída no senso comum, seus argumentos permanecem históricos, vistos em cortes cronológicos.

Nos parece mais crível que há um peso maior do coletivo na construção das memórias dos indivíduos, uma vez que é impossível separar as influências sociais que os homens recebem de seu meio, mas entendo as mesmas não como fatos sociais, para usar a terminologia da sociologia durkheimiana (DURKHEIM, 2011), escola a qual Halbwachs é vinculado, sim como um processo dialético advindo da relação homem-mundo. Deste modo, podemos também buscar em autores de outras concepções teóricas, visões que caminham por esse mesmo entendimento sobre a memória, não sendo esse, portanto, um posicionamento isolado de uma determinada corrente.

Em Hobsbawm (2013) temos uma referência para sustentar este entendimento. Ao nos explicar que o passado tem uma experiência a legar ao presente no capítulo “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?” de sua obra “Sobre História”, o autor também vai colocar a função do historiador caracterizando-o como banco de memória da experiência:

Os historiadores são um banco de memória da experiência. Teoricamente, o passado – todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje – constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que se compilam e constituem a **memória coletiva** do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles (HOBSBAWM, 2013, p. 45, grifo nosso).

Assim, nessa curta passagem, vemos o destaque ao conceito de memória coletiva também sendo focado por Hobsbawm ao nos apontar um dos pontos do fazer historiográfico. Talvez Halbwachs não lesse satisfeito parte dessas palavras já que Hobsbawm não trabalha aí uma diferenciação entre história e memória, até poderíamos enxergar que o trecho “memória coletiva do passado” é utilizado como sinônimo de história. Halbwachs, mesmo não sendo historiador – e aqui vemos o quanto produções advindas de outras áreas disciplinares são importantes para a história –, é bem mais enérgico quando se propôs a essa discussão:

De tudo que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos

homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados, são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Mas em nenhum momento essa foi a proposta de Hobsbawm, também não achamos que foi um deslize, pois, com um pouco mais de aprofundamento no autor percebemos que essa diferenciação não passa sem a devida criticidade. Tais citações curtas podem ser didáticas, mas por vezes abrem espaço para más interpretações, por isso, é importante não deixarmos dúvidas quanto a alguns posicionamentos dos autores. Para pegar apenas a mesma obra de Hobsbawm, em vários momentos vemos o cuidado e seriedade com que ele discute o compromisso que o historiador deve reservar aos fatos e fontes, sem perder de vista o caráter universal da história (uma marca de sua concepção teórica), em contraste à manifestação pura da memória das pessoas que ainda precisa ser trabalhada pelos profissionais da história e não possuem tal comprometimento.

A memória por si só não é história, e a memória pessoal é por demais escorregadia para esse historiador, merecendo bastante cuidado e, para não deixar dúvidas quanto ao que afirmamos de Hobsbawm, o mesmo cita: “História não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprendem de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão” (HOBSBAWM, 2013, p. 22). Se avançássemos mais nessa discussão poderíamos ainda identificar melhor a tonalidade que separa um historiador marxista de um sociólogo durkheimiano. Novamente são diferenças que não passaram despercebidas no momento que escrevemos este artigo, mas o que buscamos foi extrair destas várias contribuições uma maneira de enriquecer o debate e ampliar as possibilidades de abordagens. O que um autor nos diz, ajuda a suprir as lacunas que existem no acúmulo teóricos que estamos construindo, evitando assim o sectarismo que empobrece qualquer trabalho.

Expor aquele pequeno fragmento ora citado de Hobsbawm que gerou toda essa necessidade de esclarecimento foi importante para evidenciar a visão que nos parece mais adequada à forma como compreendemos e buscamos dar enfoque nesse processo de formação da memória. Levando essas preocupações em consideração, podemos agora melhor avaliar como lidar com a história oral, meio pelo qual teremos acesso as memórias dos atores sociais envolvidos com nosso objeto de estudo.

Expansão urbana e conflitos de classe em Arapiraca-AL

Arapiraca localiza-se no centro do Estado de Alagoas, é uma cidade de médio porte com uma estimativa populacional de aproximadamente 232 mil habitantes (IBGE, 2016), é uma das cidades que mais cresce no Estado, sendo o segundo maior município. Já foi conhecida como "A capital brasileira do fumo", por possuir na década de 1970 a maior área de plantio de tabaco do país, contudo, por sua posição estratégica no centro do Estado, o setor terciário é de longe o que mais se destaca, sendo mais de três vezes maior que a renda bruta da agropecuária e indústria juntas, com o total anual de R\$ 1.859.795 (mil reais), contra R\$ 548.499 (mil reais) dos outros dois setores somados (IBGE, 2014).

É em um ritmo acelerado que Arapiraca cresce, sendo o principal centro comercial da região, onde nota-se que o avanço da "modernização" tem modificado claramente suas feições. As próprias feiras de rua, comércio típico de pequenos mercadores muito comum na cidade, sofreram mudanças significativas em suas localizações, formas e periodicidades à medida que o varejo de médio e grande porte se instalou, sobrepondo seus interesses na organização espacial da mesma. Mas não só. As cidades médias possuíram um papel de destaque no panorama de urbanização do Brasil a partir da segunda metade do século XX, caracterizado pela concentração da população brasileira nas grandes metrópoles e nos centros de médio porte, sendo estes últimos responsáveis por mais da metade da população do país (SANTOS, 1993). Tal caráter trouxe a estas cidades uma realidade partilhada pelos grandes aglomerados urbanos: a exclusão social. Destarte, em Arapiraca podemos encontrar diversos casos de gentrificação, expulsão e transferências de famílias de áreas centrais para a periferia, dando lugar a empreendimentos imobiliários, assim como o aumento do perímetro urbano da cidade engolindo comunidades rurais de modo a possibilitar a construção de loteamentos pelo programa "Minha Casa Minha Vida" do Governo Federal, já que o mesmo destina-se apenas a localidades na zona urbana.

Diante dessa amplitude de possibilidades de estudo que a recente história urbana da cidade nos oferece, a pesquisa pretende focar na área que ultimamente vem sendo o principal ponto de especulação imobiliária de Arapiraca, as imediações do Açude do DNOCS, atual "Lago da Perucaba".

A construção do mesmo, originalmente "Açude Público Arapiraca" remota ao início da década de 1960, sendo os recursos para a sua obra liberados em 1962 pelo então Ministério da Viação e Obras Públicas e concluído em 1964. Localizado numa região periférica, a utilização do mesmo, apesar da propensão à irrigação como indicava o DNOCS (tendo em vista as

atividades agrícolas realizadas na área), foi mais voltado à pesca, acabando também por ser o destino dos dejetos da cidade e do matadouro público. No geral, essa foi a típica relação do Açude para com o restante de Arapiraca ao longo dos anos.

Contudo, vê-se que nas últimas duas décadas há uma mudança qualitativa na forma como o empresariado e o poder público enxergam o local. É possível analisar como a Prefeitura atende claramente aos interesses do capital imobiliário quando a mesma move em 2014 um processo pedindo a reintegração de posse da área do Açude (cuja propriedade oficialmente é do DNOCS) alegando que pescadores que residem no local há mais de meio século, estariam "monopolizando" a área que é de uso comum do povo, de preservação permanente e impedindo obras de urbanização e drenagem. Ao mesmo tempo em que essa ação é movida, o empreendimento que vem sendo realizado na área, o "Perucaba Bairro Planejado", já divulga em seus *folders* de propaganda um projeto de construir um hotel de luxo exatamente no local onde fica a vila dos pescadores.

Fica claro que esta é uma pesquisa situada no campo da chamada História do Tempo Presente. Chauveau e Tétart (1999) ressaltam que um fator que impulsionou as pesquisas históricas focadas no período recente é a chamada "demanda social", isto é, a necessidade da população compreender a sua realidade com maior propriedade. É o que ocorre em Arapiraca. Como enfatiza Harvey (2005), nas sociedades de classe, como é a capitalista, o processo de urbanização também ganha um viés classista, mas não que este seja o único, afinal relações culturais, de gênero, entre outras, também se desenvolvem. Contudo, a pesquisa que está em andamento é mais voltada às necessidades de uma interpretação do espaço urbano enquanto campo a ser estudado pela ótica da luta de classes. Hoje notamos uma narrativa hegemônica que tenta mascarar as contradições que existem no processo de crescimento que a cidade vem passando.

É sob a justificativa do desenvolvimento que os discursos de poder das elites para seus projetos que excluem as camadas populares do acesso à cidade, em benefício dos grupos ligados ao comércio de grande e médio porte e a especulação imobiliária, buscam se legitimar, sendo os moradores de áreas que passaram por um processo de valorização vítimas dessa política. É possível observar através das mídias locais como em Arapiraca foi sendo construída uma narrativa por esses atores de que "a cidade está se tornando moderna, a metrópole do futuro", justificando assim várias obras de urbanização na cidade que mais favorecem as elites do que as classes populares.

Arapiraca carece de jornais impressos próprios, desse modo, a imprensa local concentra seus meios de divulgação na internet, cujos principais patrocinadores são, obviamente, o empresariado local. Assim, é perceptível que a imprensa comum é um veículo de reprodução da ideologia dominante, historicamente ela nasce com a burguesia e, ao se afirmar como empresa capitalista, liga-se visceralmente as grandes forças econômicas e sociais (NOGUEIRA, 1999). Onde então é possível encontrar as contradições desses processos, as vozes das classes subalternas? Não são grupos que produzem muitos materiais que possam ser usados como fontes, então vamos encontrar na história oral uma das formas de buscar esse passado.

Por meio das memórias, da forma como os sujeitos sociais percebem sua realidade e os processos de mudança podemos identificar choques de realidade, ou melhor, de interesses políticos. Nesse sentido, Michael Pollak faz um apontamento preciso da utilização da história oral: “Fora dos momentos de crise, estas últimas [as memórias subterrâneas²²⁵] são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral” (POLLAK, 1989, p. 13).

É bastante precioso cada relato oral para nosso objetivo, afinal, como também expõe Pollak (1989), a memória subalterna está em disputa com a memória coletiva, isto é, a memória hegemônica. Aqui temos um ponto não levantado por Halbwachs. O contexto social é muito importante para entender a memória, inclusive o momento em que ela é exposta, assim, o que talvez não se achasse necessário expor anteriormente, até passando despercebido no cotidiano da vida, pode se tornar relevante para a população de pescadores do Lago da Perucaba em um momento em que se torna real o risco de serem expulsos do local que vivem há décadas, surgindo assim a necessidade de criar uma narrativa de resistência e denúncia.

Registros orais já coletados que estão condensados num documentário produzido pelo movimento Perucaba Para os Pescadores (2015) trazem os relatos dos pescadores do Lago da Perucaba sobre os impactos que as já mencionadas ações da Prefeitura tiveram sobre os mesmos. As narrações expõem que suas casas (na área onde inicialmente moravam) foram derrubadas pelas máquinas utilizadas nas obras, obrigando-os a se deslocarem para a outra margem do Açude que não seria alcançada por essa primeira etapa do projeto de urbanização. Os pescadores também tiveram grandes prejuízos com a morte de peixes de criatórios devido

²²⁵ O termo “memória subterrânea” para Pollak (1989) tem um significado abrangente. Se remete não apenas as memórias dos setores subalternos da sociedade, sentido que foi empregado em nosso texto, mas também a memória envergonhada, a memória resignada, enfim, a percepção de passado que o contexto político dominante do momento contraria ou impõe um silenciamento.

ao escoamento de resíduos químicos da pavimentação para as águas, sem receber qualquer indenização. Enquanto o poder público os trata como invasores, os pescadores relatam que sempre estiveram lá desde a construção do Açude há mais de 50 anos, estas informações podem ser cruzadas com fontes documentais do DNOCS que já relatam a existência de moradores as margens da área pouco depois de sua construção:

Situação do Açude: O açude Arapiraca está localizado em áreas urbana e suburbana da cidade de mesmo nome, acumulando 4.700.000 m³ d'água. Sua bacia de captação é boa, fazendo que ele saia de 5 a 6 meses por ano o que de certo modo é um benefício, pois evita que a sua água venha se tornar maiores concentrações de sal.

Sua linha de contorno (faixa seca) incluirá nada menos de 18 casas residenciais, além do matadouro da cidade localizado no fim da avenida norte(sic) (BEZERRA, 2014, p. 210, grifo nosso).

Um panfleto distribuído pelo Movimento Perucaba para os Pescadores traz os seguintes dizeres:

A prefeitura nunca nos deu a mínima atenção. Vivemos todo esse tempo sem água encanada, energia elétrica ou saneamento básico. Agora para atender aos interesses de grandes empresários que desejam construir um ambicioso condomínio de luxo, ferem nossa dignidade e nos colocam em uma situação de risco (PERUCABA PARA OS PESCADORES, 2015b).

Acreditamos que o principal mérito dessas fontes não está em descobrir o quanto elas falam a “verdade” sobre como os fatos ocorreram, afinal não estamos aqui assumindo um papel de juízes, mas sim como elas demonstram uma contraposição à narrativa hegemônica trazida pelas mídias da cidade. São conflitos de classe que ficaram registrados na história da cidade que mostram o preço do seu desenvolvimento. Podemos contrapor os relatos orais ao do discurso que as mídias locais vêm transmitindo. Várias notícias publicitárias do empreendimento podem ser encontradas, as mesmas destacam suas características modernas, as grandes vantagens sociais e a importância de ter um projeto como este para Arapiraca:

O diretor da CIA, empresa especializada em bairros planejados, Paulo Mariano explicou como vai ser o funcionamento do sistema independente de rede de água e esgoto do Perucaba Bairro Planejado. “Tudo foi pensado e planejado para que o nosso sistema de esgoto possa durar no mínimo 40 anos. Nós pensamos também na possibilidade de ampliação da capacidade deste sistema no novo complexo residencial que iremos construir aqui em Arapiraca. Os bairros planejados existentes precisam ser construídos longe das grandes cidades. Estamos trazendo um conforto e um produto de qualidade”, disse (MELO, 13/11/2013, np., grifos originais).

Outras reportagens dispensam comentários:

Não é mais sonho. A cidade que mais se desenvolve em Alagoas, Arapiraca, já vê o futuro sendo construído às margens do Lago Perucaba. Depois do sucesso do primeiro empreendimento lançado no fim do ano passado e com obras das áreas de lazer quase concluídas, os empresários José Levino e Junior lançam em julho o Jardins Perucaba, que terá lotes de 300 a 500 m² na nova área de desenvolvimento de Arapiraca (MINUTO ARAPIRACA, 26/06/2014, np.).

Há ainda aquelas que já nos títulos deixam claro essas características: “Empreendimento imobiliário deve transformar setor em Arapiraca” (SETE SEGUNDOS, 06/11/2013, np.).

Para quem seria todos esses benefícios? quais camadas sociais teriam acesso a todos esses avanços da engenharia? O discurso generalista da mídia mascara as relações de classe onde observamos a criação de um espaço de habitação para os que detêm melhores condições financeiras enquanto as camadas mais baixas se localizam nos conjuntos habitacionais mais periféricos e com infraestrutura mais precária, sem falar naquelas que realmente são vistas como um empecilho ao andamento das obras. No momento em que os sujeitos trazem suas memórias de tudo que viveram, podemos ter novos olhares acerca da forma como vem se dando o histórico de urbanização da cidade de Arapiraca. É uma memória que, como discutido na primeira parte deste artigo, expressa a identidade dos indivíduos e do coletivo, representa mais que uma impressão pessoal, sim, todo um panorama que naquele momento o indivíduo está inserido, mas, como toda a memória, necessita ser trabalhada pelo historiador antes de virar história: “precisamente para conhecer o campo da memória, é necessário depurá-la de uma série de traços que lhe são vulgarmente atribuídos, para abrir caminho ao crivo da História” (MENEZES, 1992, p. 10).

Considerações Finais

Vemos que utilizar a história oral como forma de ter acesso as memórias dos sujeitos envolvidos com nosso objeto de estudo pode ser uma rica fonte histórica. Ao compreendermos o papel da memória para a formação da identidade de um grupo, também considerando a memória, mesmo a individual, como indissociável da organização social da vida, identificando mesmo nas memórias individuais sinais de um contexto mais abrangente – afinal “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 201) – temos muito a aprofundar sobre o quanto podemos avançar em nossas reflexões a partir das mesmas.

Mas ao fazer uso desta abordagem histórica, o pesquisador precisa ter certos cuidados e também algumas noções teóricas que acreditamos resumidamente ter sido exposto no primeiro tópico deste texto. Esperamos que ao menos como ponto de norteamo tenha sido útil.

Quanto a segunda parte, trouxemos um pouco do que está sendo pesquisado, ou do que pode ser percebido a partir do momento que tivemos um olhar mais crítico sobre o que

representa as memórias dos sujeitos relacionados com nosso objeto de estudo, algo crucial para entender a realidade da cidade, trazendo o debate tanto para os meios acadêmicos como políticos; tarefa fundamental para fomentar alternativas a essas camadas da população.

REFERÊNCIAS E FONTES

BEZERRA, G. E. Considerações sobre solo e água do Açude Público Arapiraca - AL. Ministério da Viação e Obras Públicas, Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, 3º Distrito de Fomento e Produção, Diretoria de Fomento e Produção, Divisão Agro-industrial, 1966. In: PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. 4ª Vara Civil de Arapiraca. **Reintegração / Manutenção de Posse, processo número 0000992-62.2014.8.02.0058**, Município de Arapiraca versus Omoacir Fernande da Silva e outros, P. 210. 15/02/2014.

BURKE, P. **História e teoria social**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CHAUVEAU, A; TÉTART, P. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, A; TÉTART, P. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. P. 07 - 38.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: Alagoas/Arapiraca**, 2016. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=_EN&codmun=270030&search=alagoas|arapiraca>. Acesso em: 04/04/2017.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios - 2014: Alagoas >> Arapiraca**. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=270030&idtema=162&search=alagoas|arapiraca|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014>. Acesso em 04/04/2017.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. Tradução: Lucia Haddad. In: **Projeto História**, v. 17, jul./dez. 1998. P. 63-201.

MELO, S. Perucaba Bairro Planejado está orçado em R\$ 500 milhões. **Alagoas Em Tempo Real**, 13/11/2013. Arapiraca. Disponível em: <

<http://www.alagoastempo.com.br/noticia/46310/arapiraca/2013/11/13/perucababairroplanejadoestaorcadoemr500milhes.Html>>. Acesso em: 05/06/2016.

MENEZES, U. T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

MINUTO ARAPIRACA. Perucaba Bairro Planejado lança segundo empreendimento. **Minuto Arapiraca**. Arapiraca, 26/06/2014. Cidade. Disponível em: <<http://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/13911/2014/06/26/perucaba-bairro-planejado-lanca-segundo-empreendimento#>>. Acesso em: 19/01/2018.

NOGUEIRA, H. F. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. **Revista Mediações**, Londrina, v. 4, n. 2, jul./dez. 1999. P. 7-18.

PERUCABA PARA OS PESCADORES. Direção e produção: Rodolfo Oliveira; Cleviton dos Anjos; Henrique Felix; Leandro Alves; Daniel Alves. Arapiraca: **Movimento Perucaba Para os Pescadores**, 2015a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jSfUyM7VMEg>>. Acesso em 26/10/2017.

_____. **Folheto**: Movimento Perucaba Para Os Pescadores. 17/04/2015b. Disponível em: +6 <<https://www.facebook.com/perucabaparaospescadores/posts/927898183897054> >. Acesso em 26/10/2017.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vo. 2, n. 3, 1989. P. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. P. 200-2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SETE SEGUNDOS. Empreendimento imobiliário deve transformar setor em Arapiraca. **Sete Segundos**. Arapiraca, 06/11/2013. Arapiraca. Disponível em: <<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2013/11/06/26747/empreendimento-imobiliario-deve-transformar-setor-em-arapiraca.html>>. Acesso em: 05/11/2017.